



PAULO JORGE
RODRIGUES
PEREIRA

DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

APLICAÇÃO A UM CENTRO DE
FORMAÇÃO - LEARNING CENTER

Trabalho de Projeto submetido como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Segurança e
Higiene no Trabalho**

Júri

Presidente (Professora Coordenadora, Maria Odete
de Almeida Pereira, ESCE)

Orientador (Professora Adjunta, Olga Maria
Figueiredo Costa, ESTS)

Vogal (Professora Adjunta, Aldina Maria Pedro
Soares, ESTS)

Novembro, 2019

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer aos meus orientadores Professor Adjunto Luis Coelho e à Professora Adjunta Olga Costa a ajuda e apoio prestados e de forma particular à Professora Olga Costa pela disponibilidade e paciência ao longo de todo este processo.

Agradecer também ao meu administrador executivo Eng.º João Paulo Oliveira e à coordenadora corporativa de saúde e segurança da The Navigator Company ao facto de me terem autorizado a utilizar documentos internos da companhia.

Um agradecimento ao Sr. Nuno Carmo, sócio gerente da empresa Fluxotec pelos esclarecimentos técnicos acerca de equipamentos do serviço de incêndios.

E por fim, agradecer à minha esposa e aos meus filhos pela paciência e apoio durante estes meses.

RESUMO

O presente Projeto de estudo foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Segurança e Higiene no Trabalho, lecionado na Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal, em parceria com a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal. A temática do estudo foi – Medidas de autoproteção - tendo sido definido como objetivo principal identificar, analisar e desenvolver as medidas de autoproteção para um edifício pertencente a uma organização, o edifício do novo *Learning Center* da The Navigator Company, dando cumprimento aos requisitos legais em vigor. Como objetivo secundário, tendo em conta que o local objeto de estudo irá comportar pessoas, nomeadamente formandos, definiu-se, também, desenvolver no presente projeto, cartas de risco associadas aos mesmos. Em termos metodológicos recorreu-se a uma pesquisa e análise legislativa (sendo as medidas de autoproteção um requisito legal), assim como análise documental. Para a temática da elaboração das cartas de risco recorreu-se a uma pesquisa qualitativa com recurso a análise bibliográfica que permitiu desenhar um modelo de carta de risco direcionada para o seu propósito – formandos - que frequentem o edifício novo – Learning Center. Como principais conclusões é possível referir que a temática – Medidas de autoproteção – é complexa, que interrelaciona vários fatores, mas que tende a permitir, quando corretamente aplicada, assegurar a manutenção das condições de segurança, definidas no projeto, ao longo do tempo de vida do edifício. As cartas de risco foram desenvolvidas num formato que tende a ser expedito para uma utilização igualmente expedita em termos de transmissão de informação relacionada com a identificação de perigos e riscos associados a uma função, com o complemento de algumas medidas de controlo a considerar, assim como a identificação das principais atividades a considerar para a função em causa.

Palavras-Chave: segurança, incêndio, autoproteção, emergência, risco.

ABSTRACT

This study project was developed under the master's degree in Segurança e Higiene no Trabalho, at Escola Superior de Ciências Empresariais de Setúbal, in partnership with Escola Superior de Tecnologia de Setúbal. The subject studied was – Self-protection measures – and the main objective was identify, analyze and develop self-protection measures for an organization building, the new The Navigator Company's Learning Center building, complying with the laws in force. The secondary goal, considering that the object in study will be frequented by people, mainly students, it was also defined that risk cards associated to the buildings would be developed too, in this project. In methodologic terms legislative research and analysis were done (the self-protection measures are a legal requirement) as well as documental analysis. For the risk cards' elaboration subject a qualitative research with bibliographic analyses was done which allowed a risk letter conception directed for its own propose – students who frequent the new building – Learning Center. As main conclusions it is possible to refer that the subject – self-protection measures – is complex, combining several factors, however allows, when correctly applied, the maintenance of the conditions of security, defined in the project, as long as the building exists. Risk letters have been developed in a format that tends to be expedient for equally expeditious use in terms of transmitting information related to the identification of hazards and risks associated with a function, with the addition of some control measures to be considered, as well as the identification of the main activities to consider for the function concerned.

Keywords: safety, fire, self-protection, emergency, risk.

Índice

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	vii
INTRODUÇÃO	1
1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS	4
1.1. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NACIONAL (SUMÁRIA)	4
1.2. ESTUDO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES	7
1.3. ENQUADRAMENTO LEGAL - MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	9
1.4. GESTÃO DO RISCO	13
2. METODOLOGIA	15
3. CASO PRÁTICO – MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO PARA O EDIFÍCIO DO LEARNING CENTER	17
3.1. IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	17
3.2. ESTRUTURA DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	22
3.2.1. PLANO DE SEGURANÇA	22
3.2.2. PROMULGAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	24
3.2.3. REVISÕES DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	25
3.2.4. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO	25
3.2.4.1. INFRAESTRUTURAS	29
3.2.4.2. REDE ELÉTRICA	29
3.2.4.3. ASCENSORES	29
3.2.4.4. REDE DE COMUNICAÇÕES	30
3.2.5. IDENTIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO TIPO E CATEGORIA DE RISCO DO EDIFÍCIO	30
3.2.5.1. UTILIZAÇÃO TIPO - UT	30
3.2.5.2. CATEGORIA DE RISCO	30
3.2.5.2. DATA DE ENTRADA EM FUNCIONAMENTO	30
3.2.5.3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA	30
3.2.5.4. IDENTIFICAÇÃO DO DELEGADO DE SEGURANÇA	30
3.2.5.5. POSTO DE SEGURANÇA	32
3.2.6. LOCAIS DE RISCO	33
3.2.7. PLANTAS DE SEGURANÇA	33
3.3. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO	34
3.3.1. PLANO DE PREVENÇÃO (art. 202.º)	34
3.3.1.1. PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS	34
3.3.1.2. PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	35
TÉCNICAS	35
3.3.1.3. PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE	36
SEGURANÇA	36
3.3.1.4. PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	36
3.3.2. FORMAÇÃO E TREINO (art. 206º)	37
3.3.2.1. Ações de Formação	37
3.3.2.2. TREINOS E EXERCÍCIOS PERIÓDICOS	38
3.3.3. REGISTOS DE SEGURANÇA (art. 201º)	39

3.3.3.1.	ORGANIZAÇÃO DOS REGISTOS DE SEGURANÇA	39
3.3.4.	PROCEDIMENTOS EM CASO DE EMERGÊNCIA (art. 204º)	41
3.3.4.1.	PLANO DE ATUAÇÃO	42
3.3.4.2.	EXECUÇÃO DO ALERTA	43
3.3.4.3.	FIM DA EMERGÊNCIA	44
3.3.4.4.	REPOSIÇÃO DA NORMALIDADE	44
3.3.4.5.	COMUNICAÇÃO ÀS ENTIDADES OFICIAIS	45
3.3.4.6.	PLANO DE EVACUAÇÃO	45
3.3.4.7.	PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	46
3.3.4.8.	PONTO DE ENCONTRO	46
3.3.4.9.	APOIO À INTERVENÇÃO DAS EQUIPAS DE SOCORRO EXTERNAS	47
3.3.4.10.	INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA	47
4.	AS CARTAS DE RISCO – UTILIZADORES DO LEARNING CENTER	50
5.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	52
	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS	56
	Apêndices	58
	APÊNDICE A - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DOCUMENTO	60
	A1 – Registo de Revisões e Alterações	60
	A2 – Distribuição das Medidas de Autoproteção	60
	A3 – Siglas e Abreviaturas	61
	A4 - Glossário de Termos Técnicos	62
	APÊNDICE B - REGISTOS DE SEGURANÇA	65
	APÊNDICE C - CATEGORIA DE RISCO E LOCAIS DE RISCO	69
	APÊNDICE D - PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO	71
	APÊNDICE E - PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS	73
	E.1 Instruções Operacionais das Instalações Técnicas	73
	E.2 Instruções Operacionais dos Equipamentos e Sistemas de Segurança	73
	APÊNDICE F – PROCEDIMENTOS/INSTRUÇÕES DE ATUAÇÃO EM EMERGÊNCIA	76
	F1 – Instruções Gerais de Segurança	76
	F2 – Instruções Particulares de Segurança	81
	F3 – Instruções Especiais de Segurança	87
	F4 – Procedimentos de Atuação para a Evacuação	93
	APÊNDICE G – LISTA DE CONTACTOS EM EMERGÊNCIA	98
	APÊNDICE H – EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS	101
	APÊNDICE I - PLANTAS DE SEGURANÇA	103
	APÊNDICE J- CARTAS DE RISCO	105

Índice de Figuras

Figura 1 – Diagrama da estrutura metodológica do trabalho de projeto.....	15
Figura 2 – Resumo esquemático para a elaboração das MAP	16
Figura 3 – Localização do edifício.....	27
Figura 4 - Planta do Piso Térreo	28
Fonte: The Navigator, 2019c.....	28
Figura 5 – Planta do Piso 1	28
Fonte: The Navigator, 2019c.....	28
Figura 6 – Planta da Cave.....	29
Fonte: The Navigator, 2019c.....	29
Figura 7 – Atuação em emergência	42
Figura 8 – Localização do ponto de encontro	47

Índice de Quadros

Quadro 1 – Legislação Nacional em matéria de segurança contra incêndio	6
Quadro 2 – Resumo da legislação francesa em matéria de incêndio	7
Quadro 3 – Responsáveis de Segurança por utilização tipo	10
Quadro 4 – Medidas de autoproteção exigíveis.....	11
Quadro 5 – Configuração das Equipas de Segurança.....	12
Quadro 6 - Categorias de risco da UT IV.....	19
Quadro 7 – Medidas de autoproteção exigíveis para o caso do Learning Center.....	21
Quadro 8 – Configuração das Equipas de Segurança.....	31
Quadro 9 – Locais de Risco	33
Quadro 10 - Procedimentos de Prevenção	34
Quadro 11 - Instruções Operacionais das Instalações Técnicas.....	36
Quadro 12 - Instruções Operacionais dos Equipamentos e Sistemas de Segurança	36
Quadro 13 - Organização dos Registos de Segurança	39
Quadro 14 - Instruções de segurança.....	48
Quadro 15 - Instruções gerais, especiais e particulares de segurança	48
Quadro 16 – Objetivos vs Resultados vs Análise	52

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho
ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
BT - Baixa tensão
CTE - Código Técnico de la Edificación
DL - Decreto-Lei
DS - Delegado de Segurança
INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica
MAP - Medidas de Autoproteção
PEI - Plano de Emergência Interno
RGEU - Regime Geral do Edificado Urbano
RJSCIE - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios
RIA - Rede Incêndio Armada
RS - Responsável de Segurança
RTSCIE - Regulamento Técnico de Segurança e Combate a Incêndio em Edifícios
SADEI - Sistema Automático de Detecção e Extinção de Incêndios
SCIE - Sistema de Combate a Incêndios em Edifícios
SGSST - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho
SNPC - Serviço Nacional de Proteção Civil
SSO - Segurança e Saúde Ocupacional
SST - Segurança e Saúde do Trabalho
UPS - *Uninterrupted Power Supply* (Unidade de Tensão Autónoma)
UT - Utilização tipo

INTRODUÇÃO

Os edifícios, bens preciosos colocados à disposição de pessoas e das organizações, destinam-se a ser utilizados garantindo que as funcionalidades previstas são concretizadas em segurança. Assim, a segurança contra riscos de incêndio é um aspeto muito importante a atender na exploração de edifícios.

As sociedades mais evoluídas têm vindo a encarar a problemática dos incêndios numa perspetiva muito diferente da inicial, a das medidas preventivas. Estas são consideradas, na atualidade, como a solução mais eficaz face aos riscos de incêndio e em alguns casos (como o de explosão), são mesmo as únicas que surtem algum efeito.

Infelizmente, nos últimos tempos trágicos acontecimentos, em Portugal e em Inglaterra, trouxeram para primeiro plano a questão do incêndio em edifícios. Para além da designada Engenharia de Segurança, é de extrema importância dotar edifícios e pessoas dos meios necessários para que em caso de incêndio saibam como proceder, desde a rápida evacuação até à 1ª intervenção.

Assim, cada entidade deve estabelecer medidas de autoproteção, estruturando a intervenção humana, implementando uma organização de segurança que vise prevenir a ocorrência de um incêndio, manter a operacionalidade das medidas de segurança e preparar a atuação em caso de emergência.

As medidas de autoproteção consistem em procedimentos de organização e gestão da segurança e têm duas finalidades principais: a garantia da manutenção das condições de segurança definidas no projeto e a garantia de uma estrutura mínima de resposta a emergências (APSEI, 2019).

Pretendem também salvaguardar que os equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios estão em condições de ser operados permanentemente e que, em caso de emergência, os ocupantes abandonam o edifício em segurança.

Todos os edifícios e recintos estão abrangidos pela necessidade de existirem as medidas de autoproteção, no entanto, para edifícios de habitação (partes comuns) das primeiras e segundas categorias de risco não existem medidas específicas obrigatórias.

As medidas de autoproteção exigíveis dependem da utilização-tipo e da categoria de risco do espaço. Só após a determinação da utilização-tipo e da categoria de risco se pode definir quais as medidas de autoproteção exigíveis, e para tal importa analisar vários parâmetros como, por exemplo, a altura, o efetivo total, o efetivo em locais de risco D ou E, o n.º de pisos abaixo do plano de referência, a área bruta e a densidade de carga de incêndio modificada. Os locais de risco (de A a F) devem também ser considerados para a identificação das medidas de autoproteção, de acordo como Decreto-Lei nº 220/2008.

No caso de edifícios com projeto, aprovado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 220/2008 e Portaria n.º 1532/2008, deve cumprir-se integralmente o prescrito no regulamento. No caso de edifícios

existentes, as medidas de autoproteção devem ser adaptadas às condições reais de exploração de cada utilização-tipo e proporcionadas à sua categoria de risco, isto é, em princípio, devem limitar-se aos meios já existentes no edifício.

Decorrente de uma necessidade da organização, onde o aluno - autor do projeto - exerce a sua atividade profissional, associada à necessidade do aluno ter que desenvolver um projeto no âmbito do Mestrado de Higiene e Segurança no Trabalho, surgiu a temática do projeto.

A organização objeto de estudo é detentora de um edifício em que a sua utilização tipo vai sofrer alteração, que será sujeito a licenciamento ao abrigo de cumprimento de regulamentação em vigor, e consequentemente, à elaboração das medidas de autoproteção.

As alterações arquitetónicas necessárias para responder às necessidades na nova utilização tipo, edifício escolar, que serão efetuadas num edifício já existente são por vezes difíceis de executar. No caso das medidas de autoproteção, o grande desafio é dotar o edifício e, principalmente, os responsáveis por gerir as eventuais emergências, das valências necessárias para esse efeito e elaborar Procedimentos de Exploração e Utilização das Instalações Técnicas, Instruções Operacionais das Instalações Técnicas, Instruções Operacionais dos Equipamentos e Sistemas de Segurança e Procedimentos/Instruções de Atuação em Emergência, claros e eficazes.

O objetivo principal desde projeto é identificar, analisar e desenvolver as medidas de autoproteção para o edifício do novo *Learning Center* da The Navigator Company, dando cumprimento aos requisitos legais em vigor.

Tendo em conta que o local objeto de estudo irá comportar pessoas, nomeadamente formandos objetivou-se, também, desenvolver no presente projeto, cartas de risco associadas aos mesmos.

As medidas de autoproteção são, como já foi referido, um requisito legal. Tendo sido objetivado para o presente projeto a elaboração das mesmas para um caso real, a metodologia adotada focou-se, essencialmente, na pesquisa e análise legislativa (fonte de dados: legislação em vigor sobre a temática), assim como análise documental (fonte de dados: projeto de arquitetura do local objeto de estudo e procedimentos internos da companhia).

Para a temática da elaboração das cartas de risco, para o público-alvo – formandos - associado ao local objeto de estudo da elaboração das medidas de autoproteção, recorreu-se a uma pesquisa qualitativa com recurso a análise bibliográfica que permitiu desenhar um modelo de carta de risco direcionada para o seu propósito.

A análise e apresentação dos dados recolhidos e tratados foi elaborada e apresentada de diferentes formas mediante as suas características, tendo por isso, resultados diferentes desde: procedimentos, listas, plantas, cartas de risco.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta os Fundamentos Teóricos que pretende suportar teoricamente a temática de estudo - as medidas de autoproteção – requisito legal aplicado a edifícios com projeto de acordo com os diplomas Decreto-Lei n.º 220/2008 e Portaria n.º 1532/2008. A temática da gestão do risco também serviu de sustentação à elaboração das cartas de risco.

O segundo capítulo – Metodologia – apresenta a sua explicitação por forma a perseguir os objetivos propostos.

O terceiro capítulo - As Medidas de Autoproteção – identifica, analisa e apresenta os resultados em termos de medidas de autoproteção aplicadas ao objeto de estudo. Tendo em conta o seu formato como planos, instrumentos, registos são apresentadas em formato de apêndice.

O quarto capítulo - Cartas de Risco – apresenta o descritivo do desenvolvimento das mesmas sendo, igualmente, apresentadas em apêndice dedicado.

No quinto capítulo – Análise e Discussão de Resultados – é abordado a forma como os resultados foram obtidos associada a uma análise crítica e sustentação teórica, quando possível.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A pesquisa e análise bibliográfica e documental é uma etapa essencial à exploração de um domínio de investigação. A consulta de diversas fontes documentais permite ao investigador ter uma noção do estado dos conhecimentos no domínio de investigação. Permite também, seguramente, alargar o seu campo de conhecimentos, estruturar o seu problema de investigação e estabelecer ligações entre o seu estudo e os trabalhos realizados por outros.

No presente capítulo procurámos abordar temáticas (em subcapítulos dedicados) que sirvam de contextualização e sustentação teórica ao desenvolvimento do nosso estudo tais como: evolução legislativa nacional (sumária) em segurança contra incêndios em edifícios; estudo comparativo com outros países sobre a temática de estudo; enquadramento legal sobre medidas de autoproteção em edifícios e abordagem à gestão do risco que irá ser associado ao desenvolvimento das cartas de risco apresentadas no estudo.

1.1. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NACIONAL (SUMÁRIA)

Ao longo destes 11 anos de vigência do atual RJ-SCIE, vários trabalhos foram publicados acerca da temática das Medidas de Autoproteção, de uma forma generalista e teórica e obviamente concretizados em alguns casos práticos. Como este projeto é mais um desses casos práticos, poderemos dizer que cada caso é um caso e que apesar de um referencial teórico comum, as especificidades ditam que todos os documentos de Medidas de Autoproteção – MAP - sejam diferentes.

Entre 1951 e 1967 Portugal não tinha uma legislação própria sobre segurança contra incêndio em edifícios. Nesta altura, existia um conjunto de artigos sobre esta matéria espalhados por uma série de regulamentos em vigor. A título de exemplo, as medidas que existiam publicadas, e de uma forma não exaustiva, era um capítulo com um conjunto de 20 artigos dedicados a esta matéria, abrangendo todos os tipos de ocupação e todos os tipos de edifícios, publicados no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU) e 29 artigos dispersos no Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos. Em outubro de 1974 o Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa publicou um conjunto de regras de forma a permitir o licenciamento de edifícios com mais de 10 pisos e de edificações de natureza especial, nomeadamente caves, estacionamento cobertos para veículos automóveis e estabelecimentos com espaços acessíveis ao público. Posteriormente, foi criado o Serviço Nacional de Proteção Civil (a organização, atribuições e competências do Serviço Nacional de Proteção Civil ficaram estabelecidas com a publicação do Decreto-Lei n.º 510/80, de 25 de outubro) que em coordenação com o Serviço Nacional de Bombeiros tinham a missão de ajudar a Administração a estabelecer programas de

desenvolvimento da legislação de segurança contra incêndio. Desde essa altura até à presente data foram publicados vários regulamentos de segurança contra incêndio mais específicos, destinados a vários tipos de edifícios. Esta legislação encontrava-se, até aos finais de 2008, dispersa por diversos diplomas (nove Decretos-Lei, um Decreto Regulamentar, cinco Portarias e uma Resolução de Conselho de Ministros) que apresentavam aspetos heterogéneos entre si e não abrangiam todos os tipos de edifícios, como museus, bibliotecas, igrejas, entre outros (Silva, 2014). Fica clara esta situação, no artigo do diploma associado à norma revogatória, todos os diplomas revogados aquando da sua entrada em vigor.

Apesar de tudo isto, o incêndio ocorrido no Chiado a 25 de agosto de 1988, com graves consequências no património histórico de Portugal, corresponde a um marco importante na regulamentação da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE) e teve como resultado a promulgação, como foi referido, de vários diplomas regulamentares.

Em 2008, com o início da publicação do atual Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RJ-SCIE), e a revogação de vários articulados dispersos, que regulamentavam diferentes setores de atividades da nossa sociedade, foi possível condensar no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro e na Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, a regulamentação técnica de SCIE. Este regime estabelece um conjunto de regras e de relações entre entidades públicas e privadas, com o objetivo de assegurar a segurança de pessoas e bens.

No quadro 1 será explicitado um levantamento (mais ou menos exaustivo sob o ponto de vista do autor do projeto de estudo) de legislação nacional em matéria de segurança contra incêndio, por forma a ser facilmente percecionado, por um lado, o período de vigência da legislação e, por outro lado, a quantidade de legislação que tem vindo a ser publicada/revogada no que concerne a esta temática.

Quadro 1 – Legislação Nacional em matéria de segurança contra incêndio

Declar.Rectif. 7-G/99		◀		▶	Lei 123/2019
Declar.Rectif. 7-H/99		◀		▶	Lei 123/2019
Portaria 1064/97		◀		▶	Dec.-Lei 95/2019
Res.CM 31/89		◀		▶	AcórdãoTC 319/2018
Port. 586/2004		◀		▶	Dec.-Lei 224/2015
Dec.-Lei 64/90		◀		▶	Dec.-Lei 224/2015
Port. 1444/2002		◀		▶	Desp. 12037/2013
Port. 1276/2002		◀		▶	Desp. 12605/2013
Port. 1275/2002		◀		▶	Desp. 13042/2013
Port. 1063/97		◀		▶	Portaria 1532/2008
Port. 1299/2001		◀	Decreto-Lei nº 220/2008		
Dec.Reg. 34/95		◀	de 12 de novembro		
Dec.-Lei 368/99		◀			
Dec.-Lei 410/98		◀			
Dec.-Lei 409/98		◀			
Dec.-Lei 66/95		◀			
Dec.-Lei 167/97		◀			
Dec.-Lei 426/89		◀			
Dec.-Lei 38382/1951		◀			

- ◀ Legislação revogada pelo Decreto-Lei nº 220/2008
- ◀ Legislação parcialmente revogada pelo Decreto-Lei nº 220/2008
- ▶ Legislação que altera o Decreto-Lei nº 220/2008
- ▶ Legislação que revoga parcialmente o Decreto-Lei nº 220/2008
- ▶ Legislação que regula o Decreto-Lei nº 220/2008

1.2. ESTUDO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES

Do que foi possível encontrar na pesquisa de outros países, nomeadamente, França, Bélgica e Espanha em termos de legislação relacionada com medidas de autoproteção, a conclusão que se pode retirar é que a legislação nacional é aquela que está mais estruturada e dá indicações de uma forma mais direta de como as organizações devem estabelecer as medidas de autoproteção para as suas instalações (novas ou em funcionamento) de forma a promover a proteção de todas as pessoas que ocupam os espaços das diversas Utilizações Tipo (UT's).

Em França existem alguns diplomas direcionados para este tema, como o “Code de la construction et de l’habitation” que contempla vários artigos relativos à segurança contra incêndio, embora misturados com várias outras obrigações referentes a construção.

O artigo R*123-51 deste diploma refere a obrigação de existência de um registo que indique as verificações técnicas, as formações do pessoal e de se efetuarem controlos e verificações aos equipamentos e sistemas e segurança e registar as modificações, entre outros aspetos.

O quadro seguinte resume os principais diplomas legais aplicáveis em França, agrupados por destinatários e tipo de edifício.

Quadro 2 – Resumo da legislação francesa em matéria de incêndio

SYNTHESE DES PRINCIPALES REGLEMENTATIONS EXISTANTES EN MATIERE D'INCENDIE					
Objectif	Protection des personnes				Protection du voisinage
	Salariés	Occupants	Public	Occupants	Environnement
Établissement	Établissements industriels et commerciaux	Immeubles de grande hauteur (IGH)	Établissements recevant du public (ERP)	Habitations	Installations classées des établissements dangereux, insalubres ou incommodes
Prescripteur	Ministère du Travail	Ministère de l'Intérieur		Ministère chargé du logement	Ministère de l'Environnement
Textes réglementaires	Code du travail (articles R. 4216-1 et suivants et articles R. 4227-1 et suivants)	Code de la construction et de l'habitation Arrêté du 30 décembre 2011 modifié	Code de la construction et de l'habitation Arrêté du 25 juin 1980 modifié	Code de la construction et de l'habitation Arrêté du 31 janvier 1986 modifié	Code de l'environnement (titre premier du livre V)

Fonte: Proposta de Lei n.º 94/XIII/2.^a, 2017, altera o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios

A legislação federal belga dispõe sobre as regras em matéria de prevenção de incêndios em edifícios desde 1979, estando atualmente em vigor o “Arrêté Royal 7 juillet 1994 fixant les normes de base en matière de prévention contre l’incendie et l’explosion, auxquelles les bâtiments nouveaux doivent satisfaire.”

Este diploma já foi modificado por diversas vezes, a última das quais através do “Arrêté royal 7 decembre 2016, modifiant l’arrêté royal du 7 juillet 1994 fixant les normes de base en matière de prévention contre l’incendie et l’explosion, auxquelles les bâtiments nouveaux doivent satisfaire”.

Estas normas fixam os requisitos mínimos para a conceção, construção e disposição de edifícios tendo em vista a prevenção de incêndios, garantir a segurança das pessoas e facilitar a intervenção do serviço de bombeiros. O nível de segurança varia, principalmente, em função da altura do edifício. Este regime aplica-se a todos os edifícios novos, com exceção de casas unifamiliares e edifícios com uma área inferior a 100 m² e um máximo de dois pisos.

São distinguidos três tipos de edifícios: os edifícios baixos - que têm menos de 10 metros (anexos 2 e 2/1 do diploma); os edifícios médios - que têm uma altura compreendida entre os 10 e os 25 metros (anexos 3 e 3/1 do diploma); e os edifícios altos - que têm uma altura superior a 25 metros (anexos 4 e 4/1 do diploma). Os restantes anexos do referido diploma são consagrados à Terminologia (anexo 1 do diploma), Reação ao fogo (anexo 5 do diploma), Edifícios industriais (anexo 6 do diploma) e Disposições comuns (anexo 7 do diploma) (Proposta de Lei n.º 94/XIII/2.ª, 2017).

Em Espanha, podem referir-se os seguintes diplomas de âmbito nacional no que a esta matéria diz respeito: as normas de segurança dos estabelecimentos industriais encontram-se no “Real Decreto 2267/2004, de 3 de diciembre, por el que se aprueba el Reglamento de seguridad contra incendios en los establecimientos industriales”.

Existe também o “Real Decreto 314/2006, mediante el que se aprueba el Código Técnico de la Edificación (CTE)”, e através do qual se aprovou o Documento Básico SI – exigências básicas de segurança em caso de incêndio - que se aplica aos edifícios cuja atividade principal não seja industrial, como, por exemplo, parques de estacionamento, centros comerciais ou hospitais. Através deste último documento, estabelecem-se regras e procedimentos com vista a garantir requisitos básicos de segurança contra incêndio e a reduzir os riscos decorrentes das características do seu projeto, construção, uso e manutenção.

O diploma “Real Decreto 513/2017, de 22 de mayo, por el que se aprueba el Reglamento de instalaciones de protección contra incendios” é o Regulamento de Instalações de Proteção contra Incêndios, e que define as condições a que devem obedecer os equipamentos de proteção ativa contra incêndios - como sistemas de deteção de incêndio, extintores etc., bem como a sua instalação e manutenção e que veio deste modo atualizar, fruto nomeadamente da evolução técnica, os requisitos estabelecidos num anterior diploma.

Além dos referidos diplomas de âmbito nacional, existem normas das comunidades autónomas e dos municípios que se debruçam sobre esta matéria (caso da Comunidad de Madrid ou do município de Alicante).

Podemos concluir da amostra analisada, que não existe um regulamento europeu nesta matéria a que os países tenham de seguir como acontece com outras matérias, como sejam regulamentação de máquinas, de equipamentos de trabalho, substâncias perigosas (Diretiva SEVESO) e outras.

Do que foi possível analisar, a legislação portuguesa apresenta-se como uma das mais concretas na necessidade de dotar as organizações com os procedimentos e instruções adequados para salvaguarda dos ocupantes dos edifícios e que designou por medidas de autoproteção.

1.3. ENQUADRAMENTO LEGAL - MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

O vigente regime jurídico de segurança e combate a incêndio em edifícios (RJSCIE), apresentado pelo Decreto-Lei nº 220/2008 de 12 de novembro e regulamento técnico de segurança e combate a incêndio em edifícios (RTSCIE) constante da portaria nº 1532/2008 de 29 de dezembro, resultaram de uma agregação de toda a regulamentação de SCIE que se encontrava dispersa por vários decretos e portarias específicas para cada tipo de estabelecimento. Surgiram algumas medidas e imposições, que são fundamentais para a evolução da temática. A estratégia traçada para estas medidas é inovadora no que concerne à atribuição de responsabilidades, obrigações, na organização da segurança e na definição da estrutura de atuação com vista a garantir a segurança do edifício.

Nestes diplomas legais, aparece a figura das “medidas de autoproteção”, estas medidas de autoproteção têm por objetivo garantir a manutenção das condições de segurança contra incêndio e garantir uma estrutura e organização mínima de resposta a emergências. Pretendem igualmente assegurar que os equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios estão em condições de ser operados permanentemente e que, em caso de emergência, os ocupantes abandonam os seus locais de trabalho em segurança.

Resumindo os objetivos gerais são:

- Diminuição da probabilidade de ocorrência de acidentes;
- Limitação das consequências dos acidentes, caso ocorram;
- Evitar a perda de vidas humanas ou de bens;
- Assegurar a existência de capacidade de resposta do edifício a emergências;
- Facilitar a continuidade da atividade após uma emergência, designadamente incêndios e outras situações que possam afetar significativamente parte ou a totalidade do edifício.

As medidas de autoproteção são elaboradas sob a responsabilidade do Delegado de Segurança, aprovadas pelo Responsável de Segurança e são submetidas a parecer por parte da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC).

Na fase pós-licenciamento competirá à ANEPC, nos termos previstos no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 224/2015, proceder à fiscalização das condições de SCIE, realizando para o efeito Inspeções Regulares e Extraordinárias aos edifícios e recintos em fase de exploração, destinadas a:

- Verificar a manutenção das condições de SCIE previamente aprovadas à responsabilidade dos autores dos projetos, coordenadores dos projetos, diretores de obras e diretores de fiscalização de obras;
- Fiscalizar o modo como são implementadas pelos responsáveis e delegados de segurança as medidas de autoproteção dos edifícios e recintos, durante todo o ciclo de vida dos mesmos.

De forma a garantir as condições gerais de autoproteção, as organizações devem adaptar às condições gerais de exploração de cada utilização tipo e proporcionadas à categoria de risco as medidas de autoproteção.

A entidade responsável pela manutenção das condições de segurança e implementação das medidas de autoproteção, que pode ser pessoa coletiva ou individual, que se designa por responsável de segurança (RS), varia em função das utilizações tipo, tal como está representado no quadro seguinte.

Quadro 3 – Responsáveis de Segurança por utilização tipo

Responsáveis de segurança por utilização-tipo		
Utilizações-tipo	Ocupação	Responsável de segurança «RS»
I	Interior das habitações	Proprietário.
	Espaços comuns	Administração do condomínio.
II a XII	Cada utilização-tipo . . .	Proprietário ou entidade exploradora de cada utilização-tipo.
	Espaços comuns a várias utilizações-tipo	Entidade gestora dos espaços comuns a várias utilizações-tipo.

Fonte: Portaria nº 1532/2008, artº 194º

Por sua vez o RS designa um delegado de segurança (DS) para executar as medidas de autoproteção.

No caso de existir uma intervenção dos bombeiros, o respetivo comandante das operações de socorro é o responsável pelas operações, devendo o RS prestar toda a colaboração solicitada.

Até chegarmos à definição das medidas de autoproteção aplicáveis às diversas utilizações tipo, teremos que passar por várias etapas em que a primeira será necessariamente a definição da utilização tipo dos edifícios e recintos.

Em seguida procedemos à classificação dos locais de risco, tendo em conta que todos os locais dos edifícios e dos recintos com exceção dos espaços interiores de cada fogo, das vias horizontais e verticais de evacuação e dos espaços ao ar livre, são classificados de acordo com a natureza do risco. Os locais de risco estão classificados de A a F (Decreto-Lei nº 220/2008).

Por fim vamos verificar as categorias e fatores do risco. As utilizações -tipo dos edifícios e recintos em matéria de risco de incêndio podem ser das 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª categorias, nos termos dos quadros I a X do anexo III do Decreto-Lei nº 220/2008 e são consideradas respetivamente de risco reduzido, risco moderado, risco elevado e risco muito elevado.

A categoria de risco de cada uma das utilizações tipo é a mais baixa que satisfaça integralmente os critérios indicados nos quadros constantes do anexo III do Decreto – Lei nº 220/2008.

As medidas de autoproteção previstas, exigíveis para cada categoria de risco nas diversas utilizações tipo são as constantes no quadro abaixo.

Quadro 4 – Medidas de autoproteção exigíveis

Utilização-tipo	Categoria de risco	Medidas de auto-protecção [Referência ao Artigo aplicável]						
		Registos de segurança [artigo 201.º]	Procedimentos de prevenção [artigo 202.º]	Plano de prevenção [artigo 203.º]	Procedimentos em caso de emergência [artigo 204.º]	Plano de emergência interno [artigo 205.º]	Ações de sensibilização e formação em SCIE [artigo 206.º]	Simulacros [artigo 207.º]
I	3.ª (apenas para os espaços comuns)	•	•		•		•	
	4.ª (apenas para os espaços comuns)	•		•		•	•	•
II	1.ª	•	•					
	2.ª	•	•		•		•	
	3.ª e 4.ª	•		•		•	•	•
III, VI, VIII, IX, X, XI e XII	1.ª	•	•					
	2.ª	•		•	•		•	•
	3.ª e 4.ª	•		•		•	•	•
IV, V e VII	1.ª (sem locais de risco D ou E)	•	•					
	1.ª (com locais de risco D ou E) e 2.ª (sem locais de risco D ou E)	•		•	•		•	
	2.ª (com locais de risco D ou E), 3.ª e 4.ª	•		•		•	•	•

Fonte: Portaria nº 1532/2008, artº 198º

A organização da segurança no que diz respeito à concretização das medidas de autoproteção é estabelecida pelo RS, recorrendo a trabalhadores e colaboradores das entidades exploradoras dos espaços ou a terceiros. Estes elementos nomeados para as equipas de

segurança são responsabilizados pelo RS, relativamente ao cumprimento das atribuições que lhes forem cometidas na organização de segurança.

Durante os períodos de funcionamento das utilizações tipo, deve ser assegurada a presença simultânea do número mínimo de elementos da equipa de segurança que constam no quadro seguinte.

Quadro 5 – Configuração das Equipas de Segurança

Configuração das equipas de segurança		
Utilizações-tipo	Categorias de risco	Número mínimo de elementos da equipa
I	3. ^a e 4. ^a	Um
II	1. ^a e 2. ^a 3. ^a e 4. ^a	Um Dois
III, VIII, X, XI e XII	1. ^a 2. ^a 3. ^a 4. ^a	Um Três Cinco Oito
IV e V	1. ^a «sem locais de risco D ou E» 1. ^a «com locais de risco D ou E» e 2. ^a «sem locais de risco D ou E» 2. ^a «com locais de risco D ou E» 3. ^a 4. ^a	Dois Três Seis Oito Doze
VI e IX	1. ^a 2. ^a 3. ^a 4. ^a	Dois Três Seis Dez
VII	1. ^a «sem locais de risco E» 1. ^a «com locais de risco E» e 2. ^a «sem locais de risco E» 2. ^a «com locais de risco E» e 3. ^a 4. ^a	Um Três Cinco Oito

Fonte: Portaria 1532/2008, artº 200º

Será decorrente de uma análise da legislação em vigor, mediante as características do edifício, que irão ser identificadas quais as medidas de autoproteção exigíveis para o caso específico.

1.4. GESTÃO DO RISCO

No âmbito do processo da gestão do risco importa realçar todas as fases ou elementos que dele fazem parte como: âmbito, contexto e critério, a apreciação do risco (identificação, análise e avaliação do risco), o tratamento do risco, o registo e reporte, assim como elementos como a monitorização e revisão e comunicação e consulta (ISO, 2018).

Também é importante realçar a importância de um sistema de gestão, que tende a representar a estrutura de políticas, processos e procedimentos empregados por uma organização, para garantir que possa cumprir as tarefas necessárias para atingir a sua finalidade e objetivos. Esses objetivos abrangerão todos os aspetos da organização, incluindo estratégia, tática, operações e conformidade. Segundo a norma NP ISO 31000 (IPQ, 2018), a definição de risco é o efeito da incerteza na consecução dos objetivos.

Esta noção da existência de riscos nos locais de trabalho e a sua identificação, nomeadamente os mais prováveis e conhecidos, foi entendido como sendo o mais importante a abordar no presente estudo em capítulo dedicado.

Por sua vez, um efeito é um desvio em relação ao esperado. Pode ser positivo, negativo ou ambos, e pode abordar, criar ou resultar em oportunidades e ameaças.

O risco é normalmente expresso em termos de fontes de risco, eventos potenciais, suas consequências e suas probabilidades.

No caso deste trabalho, vamos dar ênfase às fontes de risco, entendendo-as como elementos que, individualmente ou combinados, têm o potencial para dar origem ao risco.

Na interpretação comum da relação entre perigo e risco, um perigo existe independentemente das pessoas ou bens que possa potencialmente afetar, sendo que o risco é/constitui o modo como se pode apresentar a consequência/resultado da interação entre a pessoa (ou o bem) e o perigo. Nalgumas situações esta interação designa-se por exposição (exemplo: a exposição de pessoas a ambientes ruidosos poderá originar um risco de perda de acuidade auditiva – quer em contexto de exposição ocupacional como de exposição do público).

Na interpretação atual, de que as recentes normas são exemplo, o conceito de risco foi alargado no sentido de as incertezas na consecução dos objetivos não estarem apenas associadas a aspetos negativos (riscos, em sentido tradicional) mas também a aspetos positivos (oportunidades).

No que diz respeito à Segurança e Saúde ocupacionais, a norma ISO 45001:2018 dá-nos indicações sobre o sistema de gestão a aplicar nesta área e que não sendo o âmbito deste projeto, é importante ter em conta neste ponto da Gestão do Risco.

Os resultados pretendidos do sistema de gestão de Saúde e Segurança Ocupacional – SSO -

são prevenir lesões e problemas de saúde para trabalhadores e fornecer locais de trabalho seguros e saudáveis.

De acordo com a norma internacional ISO 45001:2018 sobre Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho - SGSST, o risco de saúde e segurança ocupacional é a combinação da probabilidade de ocorrência de um evento ou exposição perigosa relacionada ao trabalho e a gravidade de lesões e problemas de saúde que podem ser causados pelo (s) evento (s) ou exposição (s) (ISO, 2018). Na mesma norma, na secção 6.1.2 *Identificação e avaliação de perigos de riscos e oportunidades* da norma, em particular - 6.1.2.1 *Identificação de perigos* - é descrito o que as organizações devem fazer com vista a estabelecer, implementar e manter um processo (s) para identificação de perigos que seja contínuo e proactivo. É notório a importância que é dada a esta matéria.

2. METODOLOGIA

No presente capítulo procuramos explicitar, de uma forma simples, a estrutura metodológica adotada para o presente trabalho de projeto. Para tal, a mesma foi desenhada em formato de diagrama (ver fig. 1) partindo dos objetivos definidos passando depois, pelas principais fases que permitiram atingir os objetivos definidos.

Também foi nosso intuito tentar refletir no mesmo diagrama a associação em termos de fases vs capítulos da estrutura do trabalho, assim como a respetiva associação com as técnicas de recolha de dados.

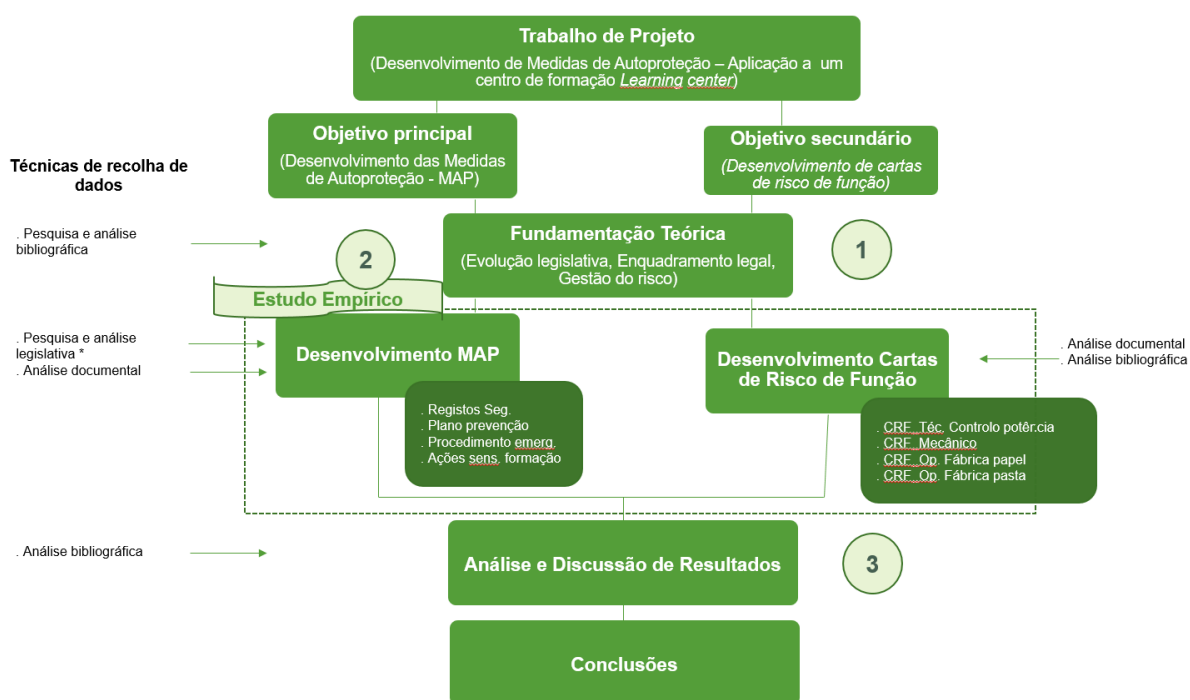


Figura 1 – Diagrama da estrutura metodológica do trabalho de projeto

Identificamos três fases principais no decurso da metodologia adotada que passaremos a descrever.

A primeira fase – Fundamentação teórica – consistiu na pesquisa e análise bibliográfica sobre conteúdos que pudessem sustentar teoricamente o nosso trabalho de projeto. Esta fase resultou no capítulo um com abordagem (sumária) de temas como a evolução legislativa da temática do incêndio em edifícios, o enquadramento legal atual do edifício em estudo e por fim a temática da gestão do risco com o objetivo de desenvolvimento das cartas de risco. Procurámos suportar-nos em referências atuais e credíveis tais como diplomas legais, referenciais normativos, organizações de reconhecimento como a APSEI.

Na fase dois foi dado lugar ao estudo empírico sendo dividido em dois capítulos. O capítulo três que tende a refletir o desenvolvimento das MAP a um caso prático – o edifício de formação Learning Center. A identificação das MAP exigíveis para o edifício objeto de estudo requereu uma profunda pesquisa e análise legislativa que pretende ser explicitada sob a forma de fluxograma (ver figura 2 que representa a sinalização * no diagrama da estrutura metodológica).

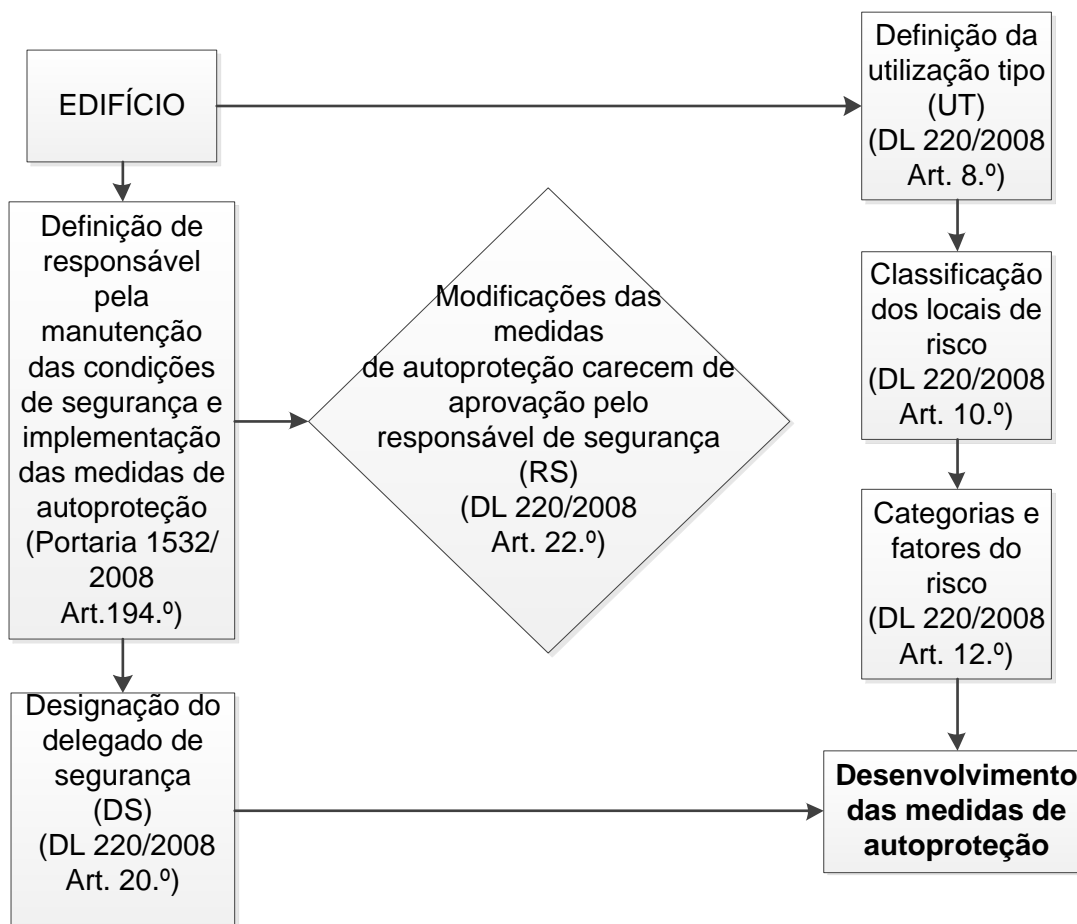


Figura 2 – Resumo esquemático para a elaboração das MAP

O capítulo quarto tende a refletir o desenvolvimento das cartas de risco de função direcionadas para o público-alvo (formando) usuário do edifício objetivo de estudo para o desenvolvimento das MAP.

A análise documental foi outra técnica de recolha de dados aplicada para o desenvolvimento das MAP com documentos da organização tais como: projeto de arquitetura do local objeto de estudo e procedimentos internos. Bem como para o desenvolvimento das cartas de riscos por função que foi apresentado em capítulo dedicado através de documentos que refletissem o perfil da função a que se destinavam as respetivas cartas de risco (formandos que utilizem o Learning Center). Quer o resultado das MAP e Cartas de risco por função foram remetidas para o formato de apêndice.

Por fim, na terceira e última fase foi efetuada a análise e discussão dos resultados onde foram identificadas as principais dificuldades encontradas e as virtudes dos documentos produzidos neste trabalho associadas aos objetivos definidos. Esta fase está refletida no capítulo cinco do nosso trabalho de projeto.

3. CASO PRÁTICO – MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO PARA O EDIFÍCIO DO LEARNING CENTER

O presente capítulo pretende apresentar, por um lado, o “caminho” para a identificação das medidas de autoproteção exigíveis desenvolver para o edifício de estudo, e por outro lado, em subcapítulos dedicados, a caracterização de cada uma das medidas de autoproteção (com associação aos apêndices respetivos, uma vez que foram apresentados com este posicionamento na estrutura do trabalho por forma a facilitar o seu destaque).

3.1. IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

Para identificarmos quais são as medidas de autoproteção exigíveis para o nosso edifício objeto de estudo – Edifício do Learning Center - é necessário analisarmos as variáveis que contemplam o quadro XXXIX, artº 198º do Decreto-Lei nº 220/2008, nomeadamente a Utilização Tipo do edifício e Categoria de risco.

Para tornar mais fácil a aplicação e compreensão dos diplomas legais nesta matéria, a ANEPC desenvolveu várias notas técnicas. As notas técnicas utilizadas neste trabalho, não são mais do que um resumo da legislação útil para a consulta de blocos específicos, para o desenvolvimento das medidas de autoproteção do nosso caso prático – Edifício do Learning Center.

Segundo a Nota Técnica N.º 01 – Utilizações-Tipo de Edifícios e Recintos, a UT IV engloba, edifícios ou partes de edifícios recebendo público, onde se ministrem ações de educação, ensino e formação ou exerçam atividades lúdicas ou educativas para crianças e jovens, podendo ou não incluir espaços de repouso ou de dormida afetos aos participantes nessas ações e atividades:

- Centros de apoio aos tempos livres;
- Centros de explicações;
- Centros de formação profissional e outros, mesmo que integrados em instalações de bombeiros ou das forças armadas e de segurança;
- Centros de juventude;
- Colégios privados e públicos, externos e internos;
- Creches;

- Escolas de condução;
- Estabelecimentos de ensino privados e públicos de qualquer nível (básico, secundário ou superior);
- Infantários;
- Jardins-de-infância;
- Lares para jovens;
- Orfanatos.

No que diz respeito aos fatores de risco que condicionam a classificação da categoria de risco, variam de UT para UT, havendo alguns comuns. Em resumo esses fatores são:

- Altura da UT;
- Número de pisos ocupada pela UT abaixo do nível de referência;
- UT inserida em edifício ou ao ar livre;
- Área bruta ocupada pela UT;
- Efetivo da UT (total e em locais do risco D ou E, em edifício ou ar livre);
- Locais de risco D ou E com saídas independentes diretas ao exterior, no plano de referência;
- Carga de incêndio modificada;
- Densidade de carga de incêndio modificada (em edifício ou ar livre).

No nosso caso específico aplicam-se:

- Altura da UT;
- Efetivo da UT (total e em locais do risco D ou E, em edifício ou ar livre);

Quadro 6 - Categorias de risco da UT IV

Categorias de risco da UT IV

Categoria	Valores máximos referentes às utilizações-tipo IV			Locais de risco D ou E com saídas independentes diretas ao exterior no plano de referência
	Altura da UT IV ou V	Efetivo da UT IV ou V		
		Efetivo	Efetivo em locais de risco D ou E	
1. ^a	≤ 9 m	≤ 100	≤ 25	Aplicável a todos
2. ^a	≤ 9 m	≤ 500 *	≤ 100	Não aplicável
3. ^a	≤ 28 m	≤ 1 500 *	≤ 400	Não aplicável
4. ^a	> 28 m	> 1 500	> 400	Não aplicável

* Nas utilizações-tipo IV, onde não existam locais de risco D ou E, os limites máximos do efetivo total das 2.^a e 3.^a categorias de risco podem aumentar em 50%.

Fonte: Decreto-Lei nº 220/2008, ANEXO III (quadro referido no n.º 1 do artigo 12.º)

Outro fator que influencia as medidas aplicáveis são os locais de risco. Consultando a Nota Técnica n.º5 da ANEPC, temos:

- LOCAL DE RISCO “A” – Local não apresentando riscos especiais, no qual se verifiquem simultaneamente as seguintes condições:
 - a1) O efetivo total não exceda 100 pessoas;
 - a2) O efetivo de público não exceda 50 pessoas;
 - a3) Mais de 90% dos ocupantes não se encontrem limitados na mobilidade ou nas capacidades de perceção e reação a um alarme;
 - a4) As atividades nele exercidas ou os produtos, materiais e equipamentos que contém não envolvam riscos agravados de incêndio.
- LOCAL DE RISCO “B” – Local acessível a público ou ao pessoal afeto ao estabelecimento, com um efetivo total superior a 100 pessoas ou um efetivo de público superior a 50 pessoas, no qual se verifiquem simultaneamente as seguintes condições:
 - b1) Mais de 90% dos ocupantes não se encontrem limitados na mobilidade ou nas capacidades de perceção e reação a um alarme;
 - b2) As atividades nele exercidas ou os produtos, materiais e equipamentos que contém não envolvam riscos agravados de incêndio.
- LOCAL DE RISCO “C” – Local que apresenta riscos agravados de eclosão e de desenvolvimento de incêndio devido, quer às atividades nele desenvolvidas, quer às

características dos produtos, materiais ou equipamentos nele existentes, designadamente à carga de incêndio.

- LOCAL DE RISCO “D” – Local de um estabelecimento com permanência de pessoas acamadas ou destinado a receber crianças com idade não superior a seis anos ou pessoas limitadas na mobilidade ou nas capacidades de perceção e reação a um alarme. Nota: A expressão «idade não superior a seis anos» contém uma gralha e deve ser lida como «idade inferior a seis anos» e assim deve ser considerada. *(Não existem locais de risco D no edifício).*
- LOCAL DE RISCO “E” – Local de um estabelecimento destinado a dormida, em que as pessoas não apresentem as limitações indicadas nos locais de risco D. *(Não existem locais de risco E no edifício).*
- LOCAL DE RISCO “F” – local que possua meios e sistemas essenciais à continuidade de atividades sociais relevantes, nomeadamente os centros nevralgicos de comunicação, comando e controlo.

Para o edifício de estudo não existem locais de risco D e E.

Decorrente da análise das variáveis UT e categoria de risco foi-nos permitido identificar as medidas de autoproteção exigíveis para o caso do nosso edifício de estudo, constantes e sinalizadas no quadro 7.

Quadro 7 – Medidas de autoproteção exigíveis para o caso do Learning Center

Utilização-tipo	Categoria de risco	Medidas de auto-protecção [Referência ao Artigo aplicável]						
		Registos de segurança [artigo 201.º]	Procedimentos de prevenção [artigo 202.º]	Plano de prevenção [artigo 203.º]	Procedimentos em caso de emergência [artigo 204.º]	Plano de emergência interno [artigo 205.º]	Ações de sensibilização e formação em SCIE [artigo 206.º]	Simulacros [artigo 207.º]
I	3.ª (apenas para os espaços comuns)	•	•		•		•	
	4.ª (apenas para os espaços comuns)	•		•		•	•	•
II	1.ª	•	•					
	2.ª	•	•		•		•	
	3.ª e 4.ª	•		•		•	•	•
III, VI, VIII, IX, X, XI e XII	1.ª	•	•					
	2.ª	•		•	•		•	•
	3.ª e 4.ª	•		•		•	•	•
	1.ª (sem locais de risco D ou E)	•	•					
IV, V e VII	1.ª (com locais de risco D ou E) e 2.ª (sem locais de risco D ou E)	•		•	•		•	
	2.ª (com locais de risco D ou E), 3.ª e 4.ª	•		•		•	•	•

Fonte: Portaria nº 1532/2008, art.º 198º

Assim sendo, as medidas de autoproteção constam essencialmente de:

- Registos de Segurança (artº 201º): conjunto de relatórios de vistoria ou inspeção e relação de todas as ações de manutenção e ocorrências, direta ou indiretamente relacionadas com segurança contra incêndio em edifícios;
- Medidas de prevenção concretizadas através do Plano de Prevenção (artº 203º);
- Procedimentos de emergência (artº 204º);
- Ações de formação a todos os colaboradores (artº 206º). Incluem também a formação específica destinada aos elementos que lidam com situações de maior risco de incêndio ou que pertençam às equipas da organização para a emergência. Devem existir simulacros para teste e validação do Plano de Prevenção e treino dos ocupantes.

3.2. ESTRUTURA DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

No presente subcapítulo é pretendido apresentar elementos como o plano de segurança (documento que deve contemplar as MAP), a promulgação das medidas, a sua revisão, a localização e caracterização do edifício, a identificação da utilização tipo e categoria de risco do edifício, os locais de risco e por fim as plantas de segurança.

3.2.1. PLANO DE SEGURANÇA

Segundo a Nota Técnica N.º 21 (ANEPC, 2013), “O PLANO DE SEGURANÇA de um determinado edifício ou recinto é constituído por 2 ou 3 capítulos ou volumes, função da categoria de risco e da simplicidade ou complexidade da construção e respetiva exploração. Devendo ser um documento de fácil consulta e atualização, face a alterações introduzidas ou conclusões pós exercícios, tem que ser organizado por capítulos e secções em páginas diferentes e substituíveis sem interferir nas demais.”

Apresenta-se em seguida, o que será a estrutura do Plano de Segurança para este projeto, nas partes que lhe sejam aplicáveis:

1º Capítulo – Disposições Administrativas

- Promulgação
- Lista das revisões e alterações

2º Capítulo – Plano de prevenção

- Identificação da UT
- Data da entrada em funcionamento da UT
- Identificação do RS
- Identificação do (s) delegado(s) de segurança
- Plantas à escala 1/100 ou 1/200 contendo o estudo ou projeto de segurança
- Procedimentos de exploração e utilização dos espaços
- Procedimentos de exploração das instalações técnicas
- Procedimentos de operação dos equipamentos e sistemas de segurança
- Programas de manutenção das instalações técnicas e de manutenção dos equipamentos e sistemas de segurança

3º Capítulo – Registos de Segurança

- Os relatórios de vistoria e de inspeção ou fiscalização de condições de segurança realizadas por entidades externas, nomeadamente pelas autoridades competentes;
- Informação sobre as anomalias observadas nas operações de verificação, conservação ou manutenção das instalações técnicas, dos sistemas e dos equipamentos de segurança, incluindo a sua descrição, impacte, datas da sua deteção e duração da respetiva reparação;
- A descrição sumária das modificações, alterações e trabalhos perigosos efetuados, com indicação das datas de início e finalização;
- Os relatórios de ocorrências, direta ou indiretamente relacionados com a segurança contra incêndio, tais como alarmes intempestivos ou falsos, princípios de incêndio ou atuação de equipas de emergência;
- Relatórios de intervenção dos bombeiros, em incêndios ou outras emergências;
- Relatórios sucintos das ações de instrução e de formação, bem como dos exercícios de treino e simulacro, com menção dos aspetos mais relevantes;
- A relação de todas as ações de manutenção efetuadas em instalações técnicas, dos sistemas e dos equipamentos de segurança, com indicação do elemento intervencionado, tipo e motivo de ação efetuada, data e responsável;
- Registo de ocorrências (ex.: incidente, inspeção, anomalias, avarias etc.);
- Ficha de receção de ameaça de bomba;
- Relatórios de vistoria, inspeção e fiscalização;
- Relatórios de anomalias relacionadas com as instalações técnicas;
- Relatórios de anomalias relacionadas com os equipamentos e sistemas de segurança;
- Relação das ações de manutenção efetuadas nas instalações técnicas;
- Relação das ações de manutenção efetuadas nos equipamentos e sistemas de segurança;
- Descrição das modificações, alterações e trabalhos perigosos efetuados;
- Relatórios de ocorrências relacionadas com segurança contra incêndios;
- Cópias dos relatórios de intervenção dos bombeiros;
- Relatórios das ações de formação.

4º Capítulo – Procedimentos em caso de emergência

- Plano de atuação;
- Execução do alerta;

- Fim da emergência;
- Reposição da normalidade;
- Comunicação às Entidades Oficiais;
- Plano de evacuação;
- Plano de intervenção interna;
- Ponto de Encontro;
- Apoio à intervenção externa;
- Instruções de Segurança

3.2.2. PROMULGAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

A The Navigator Company elaborou as presentes medidas de autoproteção para o seu edifício do Learning Center em Setúbal-Mitrena.

O objetivo é o de assegurar a necessária prevenção das instalações a fim de prevenir a ocorrência de incidentes e assegurar uma resposta pronta e adequada às situações de emergência suscetíveis de ocorrer e que possam de alguma forma afetar o edifício e os seus ocupantes, minimizando as consequências, de modo a limitar os danos pessoais, patrimoniais e ambientais.

As disposições constantes nas medidas de autoproteção têm a aprovação do Responsável de Segurança e constituem um compromisso para todos os colaboradores, bem como visitantes, subcontratados ou outras entidades que permaneçam no edifício. Assim, as partes relevantes deste conjunto de medidas serão divulgadas por todos os colaboradores que prestam serviço no edifício e que tenham funções na resposta a emergências e serão objeto de verificação sistemática e testadas periodicamente de forma a validar a sua adequação aos objetivos definidos.

Todos os colaboradores do edifício terão formação no domínio das medidas de autoproteção e os colaboradores com funções na resposta a emergências possuirão a formação e o treino adequados de forma a dar resposta adequada às situações de emergência preconizadas no Plano de Emergência.

As presentes medidas de autoproteção foram elaboradas no âmbito do Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, requisitos constantes no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro.

As medidas de autoproteção entram em vigor imediatamente após a sua promulgação.

Setúbal, XX de XX de 20XX

3.2.3. REVISÕES DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

As medidas de autoproteção devem de ser revistas de 3 em 3 anos. Em caso de necessidade, poderão ser efetuadas revisões parcelares, nomeadamente após uma emergência ou quando se justifique, na sequência de exercício e/ou depois de cada alteração relevante nas instalações ou nos colaboradores.

Internamente, as medidas de autoproteção são objeto de verificações sempre que ocorram alterações que afetem as condições de segurança ou o desempenho de equipamentos e sistemas de segurança de modo a que se mantenha sempre atualizadas e adequadas aos objetivos definidos.

Todos os colaboradores do edifício devem informar o Delegado de Segurança (DS), ou o seu representante, sempre que identificarem a eventual necessidade de efetuar alterações às medidas de autoproteção.

Assim, as medidas de autoproteção devem ser revistas sempre que ocorram alterações significativas na estrutura organizacional e/ou mudanças produzidas ao nível das condições de segurança, da funcionalidade de equipamentos e sistemas de segurança ou de operação que apresentem potencial para gerar novos cenários de acidente e para os quais tenham de ser definidos ou alterados os meios de atuação e os modos de proceder existentes.

Compete ao Delegado de Segurança (DS), garantir que as medidas de autoproteção estão constantemente atualizadas, que a distribuição das suas cópias controladas é efetuada e que quem as recebe tem a informação necessária para a sua correta interpretação e utilização.

As medidas de autoproteção estão sujeitas a verificação durante as inspeções regulares e extraordinárias por parte da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), ou entidades credenciadas por esta entidade. Da mesma forma, as medidas de autoproteção são suscetíveis de apreciação por parte de entidades auditoras no âmbito da certificação dos sistemas a que a The Navigator Company tenha aderido.

3.2.4. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

A The Navigator Company é uma empresa com uma já longa história.

O marco mais relevante aconteceu em 1957 quando uma equipa de técnicos tornou a fábrica de Cacia a primeira, a nível mundial, a produzir pasta de papel a partir de eucalipto pelo processo *kraft*.

Este foi o ponto de partida de um percurso que viria a transformar uma empresa portuguesa, então chamada Companhia Portuguesa de Celulose, num dos maiores produtores mundiais de pasta branca de eucalipto (BEKP) e papéis finos não revestidos (UWF).

A The Navigator Company tem como missão ser uma empresa global, reconhecida por transformar, de forma inovadora e sustentável, a floresta em produtos e serviços que contribuam para o bem-estar das pessoas.

Atualmente, com volume anual de negócios de cerca de 1,6 mil milhões de euros, com vendas no exterior de 1,3 mil milhões de euros, 91% das vendas de papel, pasta e tissue da Companhia são vendidos para 130 países, nos 5 continentes. A Empresa é a terceira maior exportadora portuguesa, representa aproximadamente 1% do PIB nacional e 2,4% das exportações nacionais de bens, sendo a que gera o maior valor acrescentado nacional.

Muitos dos recursos que a Companhia usa são produzidos em Portugal e adquiridos a mais de 7 000 fornecedores de todos os sectores do tecido económico nacional.

A The Navigator Company possui 4 unidades fabris de dimensão internacional com tecnologia sofisticada: Aveiro, Figueira da Foz, Vila Velha de Rodão e Setúbal.

O edifício localiza-se no complexo fabril da The Navigator Company, na zona industrial da Mitrena em Setúbal (The Navigator, 2019a).

O Learning Center surgiu para dar resposta aos desafios que a The Navigator Company enfrenta atualmente e que são nomeadamente:

- Acompanhar o crescimento do negócio através do desenvolvimento de competências no âmbito da gestão, liderança, comportamental e cultural;
- Absorver novas tendências de mercado e partilhar as melhores práticas existentes;
- Suportar Plano de Carreiras e de desenvolvimento através de planos de formação customizados;
- Fomentar alterações ao nível da cultura organizacional através de programas de “change management”.

Ao mesmo tempo enfrenta também desafios na formação técnica, principalmente:

- Retenção do Conhecimento Técnico;
- Desenvolver e Divulgar uma oferta Formativa Adequada às Necessidades;
- Dinamizar a Participação como Formandos e Formadores;
- Criar uma Cultura de Aprendizagem na Organização;
- Tecnologia Digital ao Serviço da Aprendizagem.

As vantagens de ter uma “academia” própria criam a expectativa de ter um reforço das competências técnicas e crescimento profissional dos nossos colaboradores, uma oferta formativa focada nas áreas de negócio e suportada nas novas tecnologias e mudar o paradigma da formação para aprendizagem colaborativa e participativa.

Apesar de integrado no complexo fabril, o edifício fica fora da vedação da fábrica, propriamente dita, e tem acesso livre ao estacionamento contíguo



Figura 3 – Localização do edifício

O edifício é composto por 3 pisos, dois acima do piso de referência e um abaixo do piso de referência, tal como descrito nas figuras seguintes.

A hipótese de planta de arquitetura, que seguidamente é apresentada, foi a escolhida pela comissão executiva da The Navigator Company, faltando apenas a aprovação final, sem prejuízo de alguma alteração de pormenor que possa ser decidida anteriormente ao início das obras ou que se venha a entender como necessário ou mais adequado no decorrer da mesma.

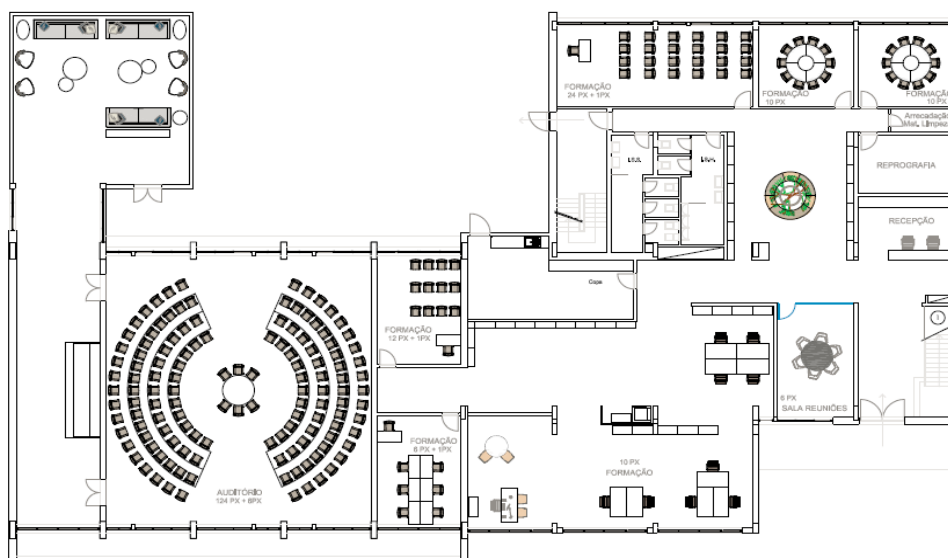


Figura 4 - Planta do Piso Térreo

Fonte: The Navigator, 2019c

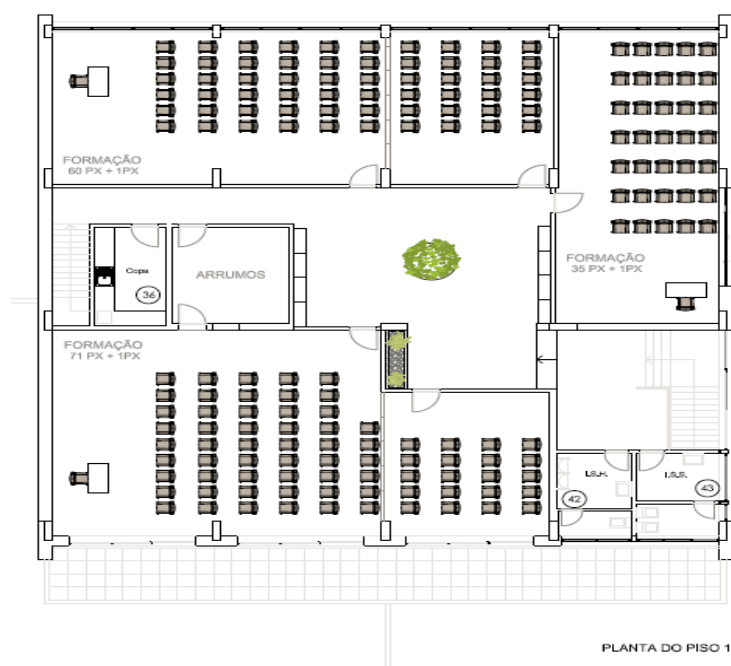


Figura 5 – Planta do Piso 1

Fonte: The Navigator, 2019c

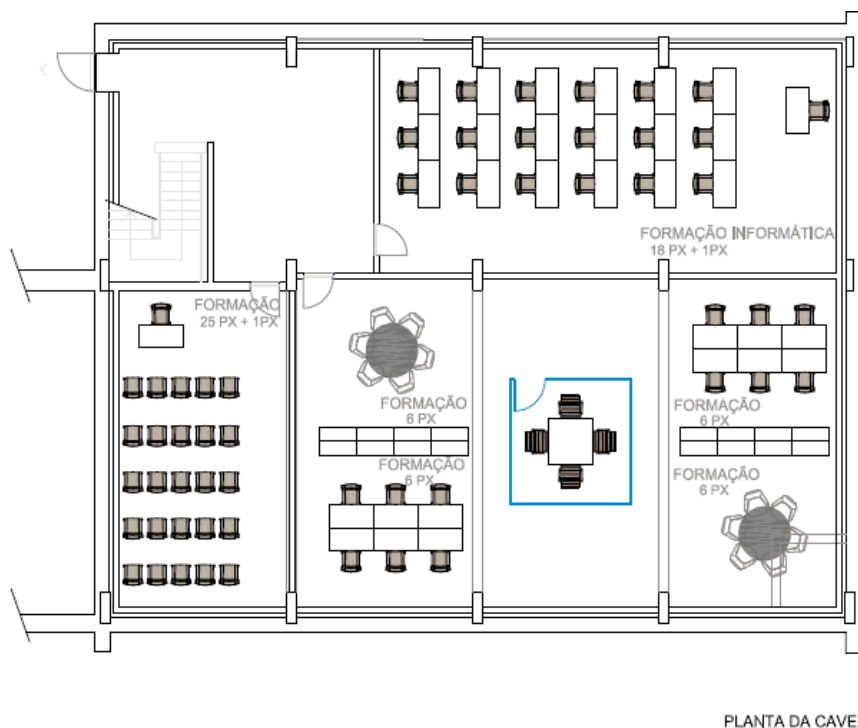


Figura 6 – Planta da Cave

Fonte: The Navigator, 2019c

3.2.4.1. INFRAESTRUTURAS

O Edifício dispõe de sistemas e equipamentos de proteção e intervenção que se revelam fundamentais em situação de emergência, encontrando-se no apêndice H uma descrição dos recursos materiais existentes.

3.2.4.2. REDE ELÉTRICA

O edifício é alimentado a partir da rede pública.

Em caso de falha da alimentação normal, existem meios alternativos de alimentação de energia elétrica, através dos grupos geradores de emergência da fábrica. Fica por definir se serão colocadas Unidades de Alimentação Ininterrupta (usualmente conhecidas pelo termo em inglês: UPS - Uninterruptible Power Supply) de forma a assegurar o funcionamento dos equipamentos/sistemas considerados relevantes.

3.2.4.3. ASCENSORES

O Edifício não possui ascensores.

3.2.4.4. REDE DE COMUNICAÇÕES

Em situação de emergência, as comunicações no interior do edifício podem ser efetuadas através dos telefones internos e para o exterior através dos telefones da rede fixa ou móvel.

3.2.5. IDENTIFICAÇÃO DA UTILIZAÇÃO TIPO E CATEGORIA DE RISCO DO EDIFÍCIO

3.2.5.1. UTILIZAÇÃO TIPO - UT

O atual edifício é uma UT III – Administrativo e irá sofrer uma intervenção que fará com que passe para uma **UT IV – Escolares**.

3.2.5.2. CATEGORIA DE RISCO

No nosso caso e como já vimos, o edifício é considerado como sendo da 2ª categoria de risco, conforme a classificação dada pela Nota Técnica N.º 06.

3.2.5.2. DATA DE ENTRADA EM FUNCIONAMENTO

É expectável que o edifício entre ao serviço em 2020.

3.2.5.3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA

Nos termos da regulamentação aplicável, o Responsável de Segurança é o elemento da organização com competência de gestão ao mais elevado nível na estrutura hierárquica da área corporativa da The Navigator Company. Relativamente ao edifício do Learning Center o Responsável de Segurança é (Um elemento da Comissão executiva ou o Diretor Fabril - A DEFINIR).

3.2.5.4. IDENTIFICAÇÃO DO DELEGADO DE SEGURANÇA

O Responsável de Segurança designa um Delegado de Segurança (DS) para executar as medidas de autoproteção, em conformidade com o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

No edifício do Learning Center o Delegado de Segurança é (um elemento da estrutura do Learning Center após receber a formação adequada - A DEFINIR), que desempenha também funções no Plano de Emergência do edifício.

Com vista a garantir a permanente disponibilidade de um elemento responsável na estrutura de segurança o Delegado de Segurança é substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vigilante da Portaria/Acolhimento.

Sempre que seja acionada a cadeia de substituição deverá ocorrer a transferência ascendente das funções à medida que um dos elementos de nível superior passe a estar presente e disponível. A transferência das funções de direção é um ato formal e deverá, sempre que possível, ser efetuada de modo presencial.

De forma a constituir uma capacidade credível para implementar as medidas de autoproteção encontra-se constituída, durante todo o período de funcionamento do edifício, uma Equipa de Segurança, com o mínimo de 4 elementos (DS + “agentes de Segurança”) de acordo o quadro seguinte:

Quadro 8 – Configuração das Equipas de Segurança

Configuração das equipas de segurança		
Utilizações-tipo	Categorias de risco	Número mínimo de elementos da equipa
I	3. ^a e 4. ^a	Um
II.	1. ^a e 2. ^a 3. ^a e 4. ^a	Um Dois
III, VIII, X, XI e XII	1. ^a 2. ^a 3. ^a 4. ^a	Um Três Cinco Oito
IV e V.	1. ^a «sem locais de risco D ou E» 1. ^a «com locais de	Dois
	risco D ou E» e 2. ^a «sem locais de risco D ou E»	Três
	2. ^a «com locais de risco D ou E» 3. ^a 4. ^a	Seis Oito Doze
VI e IX.	1. ^a 2. ^a 3. ^a 4. ^a	Dois Três Seis Dez
VII	1. ^a «sem locais de risco E» 1. ^a «com locais de risco E» e 2. ^a «sem locais de risco E» 2. ^a «com locais de risco E» e 3. ^a 4. ^a	Um Três Cinco Oito

Fonte: Portaria nº 1532/2008, art.º 200º

- 1 Delegado de Segurança;
- Mínimo de 3 elementos da Equipa de Segurança.

O número de elementos da equipa de segurança acima referido corresponde à composição mínima, referente ao período de funcionamento de ocupação normal.

No período de ocupação reduzida não está garantido o número mínimo de elementos da equipa de segurança devido à imprevisibilidade em definir o número de colaboradores que estão presentes nestes períodos e à rotatividade que existe por imposição do serviço.

A organização das equipas e a identificação dos elementos que as integram está disponível no apêndice G.

Os elementos que compõem a equipa de segurança exercem funções no edifício e atuam quando ocorre uma emergência, assegurando o alarme, o alerta, a 1ª intervenção, a coordenação da evacuação, os 1os socorros e o apoio aos socorros externos.

Esta equipa é chefiada pelo Diretor do Plano (DP) ou pelo Delegado de Segurança (DS), aplicando-se os princípios das delegações de competências e de substituições definidos no Plano de Emergência.

O Plano de Emergência contém os organogramas hierárquicos e funcionais, contemplando as diversas fases de uma emergência e a identificação dos elementos da equipa de segurança, respetivas missões e responsabilidades durante a mesma.

3.2.5.5. POSTO DE SEGURANÇA

Um posto de segurança é um local, permanentemente vigiado, dum edifício onde é possível controlar todos os sistemas de vigilância e de segurança, os meios de alerta e de comunicação interna, bem como os comandos a acionar em situação de emergência.

O Posto de Segurança localiza-se no piso 0, na Portaria/Acolhimento do edifício e tem a responsabilidade de centralizar toda a informação e coordenação dos meios logísticos em caso de emergência.

Neste local encontram-se:

- Um exemplar das Medidas de Autoproteção;
- Listagens atualizadas dos elementos que integram a estrutura de segurança;
- Linhas telefónicas;
- Chaveiro de segurança que permitirá aceder a todos os espaços do edifício;
- Centrais ou repetidoras das centrais de deteção de incêndio.

3.2.6. LOCAIS DE RISCO

Os locais do edifício, com exceção das vias de evacuação (horizontais e verticais), são classificados de acordo com a natureza do risco numa das categorias seguintes: A, B, C ou F (ver quadro 9).

Quadro 9 – Locais de Risco

Locais de risco		Exemplos
A	Local que não apresenta riscos especiais, no qual se verifiquem simultaneamente as seguintes condições: i) O efetivo não exceda 100 pessoas; ii) O efetivo de público não exceda 50 pessoas; iii) Mais de 90 % dos ocupantes não se encontrem limitados na mobilidade ou nas capacidades de perceção e reação a um alarme; iv) As atividades nele exercidas ou os produtos, materiais e equipamentos que contém não envolvam riscos agravados de incêndio.	Gabinetes; Salas de reunião; Salas de formação; Copa
B	Local acessível ao público ou ao pessoal afeto ao estabelecimento, com um efetivo superior a 100 pessoas ou um efetivo de público superior a 50 pessoas, no qual se verifiquem simultaneamente as seguintes condições: ii) Mais de 90 % dos ocupantes não se encontrem limitados na mobilidade ou nas capacidades de perceção e reação a um alarme; ii) As atividades nele exercidas ou os produtos, materiais e equipamentos que contém não envolvam riscos agravados de incêndio.	Auditório
C	Local que apresenta riscos agravados de eclosão e de desenvolvimento de incêndio devido, quer às atividades nele desenvolvidas, quer às características dos produtos, materiais ou equipamentos nele existentes, designadamente à carga de incêndio.	Arquivo
F	Local que possua meios e sistemas essenciais à continuidade de atividades sociais relevantes, nomeadamente os centros nevrálgicos de comunicação, comando e controlo.	Central de Telecomunicações; Central de Segurança;

Fonte: Decreto-Lei nº 220/2008, art.º 10º

3.2.7. PLANTAS DE SEGURANÇA

Não faz parte dos objetivos deste trabalho a elaboração das plantas de segurança. Todavia, o texto seguinte assume que elas existirão na altura da submissão das medidas de autoproteção à ANEPC. As Plantas de Segurança, disponíveis no apêndice I, serão elaboradas à escala adequada e têm de possuir os seguintes elementos:

- Classificação de risco e efetivo previsto para cada local;
- Localização de todos os dispositivos e equipamentos ligados à segurança contra incêndio;
- Vias horizontais e verticais de evacuação, incluindo os eventuais percursos em comunicações comuns;
- Localização do Ponto de Encontro;
- Localização dos cortes de energia e fluidos;
- Localização dos pontos perigosos;
- Localização dos pontos nevrálgicos.

Como complemento a esta informação, inclui-se igualmente no apêndice C, uma tabela resumo com a informação do efetivo, classificação de risco e categoria de risco dos espaços do edifício.

Nos locais identificados como Pontos Perigosos (de um modo geral locais de risco C ou nevrálgicos, locais de risco F) foram elaboradas e estão afixadas Instruções Particulares de Segurança relativas à operação e aos procedimentos a seguir em caso de incêndio. Estas instruções estão disponíveis no anexo F2.

3.3. MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

3.3.1. PLANO DE PREVENÇÃO (art. 202.º)

3.3.1.1. PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

Foram desenvolvidos e implementados procedimentos de exploração e utilização dos espaços sob a forma de Procedimentos de Prevenção.

Os procedimentos de prevenção que são aplicáveis ao edifício do Learning Center são os que se encontram listados no Quadro 10. No apêndice D estão disponíveis as cópias dos procedimentos de prevenção aplicáveis.

Quadro 10 - Procedimentos de Prevenção

Procedimento de Prevenção	Procedimento da NVG	Observações
Acessibilidade dos meios e socorro aos espaços	NA	Os acessos aos espaços do edifício fazem-se unicamente pelo acesso à fábrica de pasta do complexo industrial de Setúbal
Acessibilidade dos veículos de socorro dos bombeiros aos meios de abastecimento de água, designadamente hidrantes exteriores	NA	Os meios de abastecimento de água a veículos de socorro de bombeiros (hidrantes) encontram-se na propriedade da The Navigator Company e são da rede de incêndios do complexo industrial de

Procedimento de Prevenção	Procedimento da NVG	Observações
		Setúbal
Praticabilidade dos caminhos de evacuação	PG 110 - Praticabilidade dos caminhos e evacuação	Procedimento corporativo
Eficácia da estabilidade ao fogo e dos meios de compartimentação, isolamento e proteção	PG 111 - Garantia da Eficácia da Estabilidade e dos Meios de Compartimentação, Isolamento e Proteção	Procedimento corporativo
Acessibilidade aos meios de alarme e de intervenção em caso de emergência	PG 112 - Acessibilidade aos Meios de Alarme e Intervenção	Procedimento corporativo
Vigilância dos espaços, em especial os de maior risco de incêndio e os que estão normalmente desocupados	PG 113 - Vigilância dos espaços	Procedimento corporativo
Conservação dos espaços em condições de limpeza e arrumação adequadas	PG 114 – Conservação dos Espaços em Condições de Limpeza e Arrumação	Procedimento corporativo
Segurança na produção, na manipulação e no armazenamento de matérias e substâncias perigosas	PG 115 – Manuseamento e Armazenagem de Substâncias Perigosas	Procedimento corporativo
Segurança em todos os trabalhos de manutenção, recuperação, beneficiação, alteração ou remodelação	PG 116 – Gestão das Alterações no Âmbito das Medidas de Autoproteção PG 55 – Autorização de Trabalho para Empreitadas PG 81 – Gestão de Modificações	Procedimentos corporativos

Fonte: Sistema de gestão da The Navigator Company, 2019b

3.3.1.2. PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS

Para os principais dispositivos e equipamentos técnicos foram elaboradas instruções operacionais que se encontram disponíveis junto de cada um dos dispositivos ou equipamentos a que dizem respeito, e no Posto de Segurança.

As instruções operacionais que são aplicáveis ao edifício do Learning Center são as que se encontram listadas no

Quadro 11, e apresentadas no apêndice E1.

Quadro 11 - Instruções Operacionais das Instalações Técnicas

PROCEDIMENTO	DENOMINAÇÃO
LC IO 01	Instalações de Energia Elétrica
LC IO 02	Ventilação e ar condicionado
LC IO 03	Instalações de Confeção de Alimentos

3.3.1.3. PROCEDIMENTOS DE OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE SEGURANÇA

Para os principais dispositivos e equipamentos técnicos sob o ponto de vista da segurança contra incêndios existem instruções de operação que se encontram disponíveis junto de cada um dos dispositivos ou equipamentos a que dizem respeito ou no Posto de Segurança.

As instruções operacionais que são aplicáveis ao edifício do Learning Center são as que se encontram listadas no quadro 12, e apresentadas no anexo E2.

Quadro 12 - Instruções Operacionais dos Equipamentos e Sistemas de Segurança

PROCEDIMENTO	DENOMINAÇÃO
LC IO 04	Meios de Primeira Intervenção
LC IO 05	Sistemas de Detecção, Alarme e Alerta
LC IO 06	Sistema Automático de Extinção de Incêndios
LC IO 07	Sinalização de Segurança
LC IO 08	Iluminação de Emergência

3.3.1.4. PROGRAMAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

A manutenção dos equipamentos e sistemas instalados no edifício do Learning Center é efetuada com recurso a empresas especializadas, que se encontram registadas na ANEPC de acordo com a Portaria n.º 773/2009, de 21 de julho, com base em contratos de prestação de serviços, ou através

dos técnicos de manutenção, procedendo-se ao registo das intervenções relevantes efetuadas, quer sob o ponto de vista da manutenção preventiva quer sob o ponto de vista da manutenção corretiva.

A The Navigator Company, assegura, diretamente e/ou por entidade contratada para o efeito, as ações relevantes de inspeção ao nível do utilizador de acordo com os requisitos de manutenção em vigor.

No suporte informático de manutenção, encontram-se registados os equipamentos e sistemas relevantes do edifício, incluindo os associados à segurança. O suporte informático permite a identificação, a caracterização e o registo das atividades de manutenção destes equipamentos bem como o tratamento dos respetivos dados.

O suporte informático de manutenção permite organizar os trabalhos relevantes de execução de manutenção, assegurando a sua realização atempada e os respetivos registos de controlo, tanto em termos preventivos como corretivos.

3.3.2. FORMAÇÃO E TREINO (art. 206º)

3.3.2.1. Ações de Formação

As ações de formação ministradas aos colaboradores da The Navigator Company abrangem todas as categorias profissionais dos colaboradores internos e de alguns prestadores de serviços que trabalham no edifício Learning Center.

Os visitantes, antes de aceder às instalações, são identificados sendo obrigatoriamente acompanhados pelo colaborador visitado.

Assim, são realizadas as seguintes sessões de sensibilização genéricas:

Familiarização com os compartimentos do edifício e identificação dos locais de risco de incêndio;

- Regras de comportamento;
- Procedimentos de alarme;
- Procedimentos gerais de atuação em caso de emergência, nomeadamente dos procedimentos de evacuação.

Além destas são ainda realizadas sessões de formação dos elementos intervenientes na emergência:

- Formação específica destinada aos elementos que, na sua atividade profissional, lidam com situações de maior risco de incêndio, nomeadamente, em locais de risco C ou F;
- Formação específica para os elementos que possuem atribuições especiais de atuação em caso de emergência, nomeadamente para:
 - A emissão do alerta;
 - Condução e coordenação da evacuação;

- Os primeiros socorros;
- A receção e o encaminhamento dos socorros externos;
- A direção das operações de emergência;
- Instruções especiais de segurança, que definem a atuação em emergência.

3.3.2.2. TREINOS E EXERCÍCIOS PERIÓDICOS

Os treinos e exercícios periódicos são planeados pelo Delegado de Segurança e são testados obrigatoriamente de dois em dois anos, de acordo com o artigo 207º, da Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro.

A preparação de um simulacro envolve os seguintes elementos de informação, definidos, apresentados e validados pela empresa:

- Planeamento
- Aviso interno e externo
- Tipo de exercício (cenário)
- Relatório

Objetivos a atingir com o exercício de resposta a emergência:

- Planeamento de todas as fases do simulacro, estabelecendo em pormenor as atuações das diferentes equipas intervenientes e as suas interligações. Esta ação envolve a definição de:
- Cenário da emergência - quando, onde, e o que ocorre (incêndio, etc.);
- Meios que vão estar envolvidos necessários para responder à emergência, nomeadamente: Meios Humanos Internos, Meios Humanos Externos, Meios Materiais Internos e Meios Materiais Externos.

O desempenho no simulacro é registado através de registos efetuados por elementos que têm esta função. Durante o exercício está previsto serem avaliados os seguintes indicadores:

- Tempo que se demora a efetuar o alerta, o desencadear do plano, a chegada ao local dos meios internos e externos, entre outros;
- Cumprimento das ações previstas no Plano de Emergência.

Após cada simulacro, é elaborado um relatório. Neste relatório analisam-se e avaliam-se os principais acontecimentos ocorridos durante o desenvolvimento da ação e, registam-se as medidas preventivas/corretivas a introduzir na planificação das emergências, no sentido de melhorar a eficiência de atuação dos meios internos e externos e de todos os restantes participantes.

O seguimento das ações corretivas e preventivas resultantes do simulacro será feito de acordo com o procedimento em vigor.

3.3.3. REGISTOS DE SEGURANÇA (art. 201º)

3.3.3.1. ORGANIZAÇÃO DOS REGISTOS DE SEGURANÇA

Os registos relacionados com a segurança contra incêndio e outras ocorrências que possam gerar emergências no edifício do Learning Center da The Navigator Company encontram-se devidamente organizados em suporte informático, gerido pelos respetivos responsáveis.

Os registos de segurança encontram-se organizados da forma explicitada no quadro 13.

Quadro 13 - Organização dos Registos de Segurança

REGISTO	ORGANIZAÇÃO/LOCALIZAÇÃO
Relatórios de vistoria e de inspeção ou fiscalização de condições de segurança realizadas por entidades externas, nomeadamente pelas autoridades competentes	Consideram-se neste grupo os seguintes tipos de relatório:
	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de vistoria e inspeção efetuados pelas entidades oficiais no domínio da SCI, nomeadamente os elaborados por vistorias efetuadas pelos bombeiros ou delegados da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). <p>O registo e arquivo destes relatórios é efetuado informaticamente e em papel podendo ser acedidos pelos elementos autorizados.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de vistoria, inspeção ou fiscalização efetuados por outras entidades oficiais com referência a aspetos relacionados com a segurança contra risco de incêndio, nomeadamente os elaborados pela Autarquia de Setúbal ou pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). <p>O registo e arquivo destes relatórios são efetuados informaticamente e em papel, podendo ser acedidos pelos elementos autorizados.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Informação sobre as anomalias observadas nas operações de verificação, conservação ou manutenção das instalações técnicas, dos sistemas e dos equipamentos de segurança, incluindo a sua descrição, impacte, datas da sua deteção e duração 	<p>Sempre que durante uma operação de manutenção é detetada uma anomalia que afete a funcionalidade e/ou o desempenho de um órgão, equipamento ou sistema de segurança será efetuado o respetivo registo, acompanhamento, tempo de intervenção e conclusão da reparação e arquivo que pode ser acedido pelos elementos autorizados.</p> <ul style="list-style-type: none"> Caso a anomalia seja reparada de imediato – é efetuado

REGISTO	ORGANIZAÇÃO/LOCALIZAÇÃO
da respetiva reparação	<p>o registo com referência à anomalia detetada e data em que ocorreu a deteção, intervenções efetuadas e estado após a intervenção, incluindo os testes e provas eventualmente efetuados.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Caso não seja possível reparar de imediato a anomalia - é efetuado o registo com referência à anomalia detetada e data em que ocorreu a deteção, intervenções relevantes efetuadas e estado após estas intervenções.
A descrição sumária das modificações, alterações e trabalhos perigosos efetuados, com indicação das datas do seu início e finalização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todas as modificações e alterações que ocorrem no edifício são efetuadas de acordo com o procedimento PG 116 – Gestão das Alterações - anexo D, através do qual são avaliadas as implicações para a segurança da modificação proposta e, em função desta avaliação, decidida, ou não, a sua execução com indicação das medidas compensatórias ou mitigadoras a instituir no processo, incluindo as aplicáveis ao período em que decorrem os trabalhos necessários para a sua execução. <p>O registo e arquivo destes relatórios é efetuado informaticamente e em papel podendo ser acedidos pelos elementos autorizados.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os trabalhos perigosos que impliquem um risco agravado de incêndio, obrigam à utilização de matérias perigosas, introduzam limitações em sistemas de segurança instalados ou que possam afetar a evacuação dos ocupantes são regulados pelo procedimento PG 55 – Autorização de Trabalho para Empreitadas, através do qual são avaliadas as implicações para a segurança dos trabalhos propostos e, em função desta avaliação, decidida, ou não, a sua execução com indicação das medidas compensatórias ou mitigadoras a adotar. <p>O registo e arquivo destes documentos é efetuado informaticamente e em papel podendo ser acedidos pelos elementos autorizados.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatórios de ocorrências, direta ou indiretamente relacionados com 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Todos os alarmes de incêndio (intempestivos, falsos ou reais) são registados numa aplicação informática que pode

REGISTO	ORGANIZAÇÃO/LOCALIZAÇÃO
a segurança técnica em geral e com a segurança contra incêndio em particular, tais como alarmes intempestivos ou falsos, princípios de incêndio ou atuação de equipas de emergência	ser acedida pelos elementos autorizados e dão origem à abertura de um processo de ocorrência em que será registada toda a informação relevante relacionada com a situação até ao seu encerramento ou reposição da situação.
<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de intervenção dos bombeiros, em incêndios ou outras emergências 	<ul style="list-style-type: none"> Os relatórios de intervenção dos bombeiros ou outras entidades intervenientes na resposta a uma emergência ocorrida no edifício são registados e arquivados informaticamente, podendo ser acedidos pelos elementos autorizados.
<ul style="list-style-type: none"> Relatórios das ações de instrução e de formação, bem como dos exercícios de treino e simulacro, com menção dos aspetos mais relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> As ações de instrução e de formação são registadas no impresso respetivo. Os relatórios, internos e externos, dos exercícios de treino e dos simulacros são arquivados no edifício.

Nos termos do número 3 do artigo 19.º do decreto-lei n.º 220/2008, tendo em conta a categoria de risco do edifício (2.ª categoria) as inspeções regulares serão efetuadas de 5 em 5 anos, a pedido do seu responsável de segurança.

Nos termos do número 2 do artigo 201.º da Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, os registos de segurança do edifício serão mantidos por um período de 10 anos.

No apêndice B incluem-se exemplos das folhas de registo da aplicação informática sendo que os mesmos se encontram permanentemente disponíveis e atualizados para consulta por parte da ANEPC em sede das inspeções que esta entidade eventualmente efetue ao edifício.

3.3.4. PROCEDIMENTOS EM CASO DE EMERGÊNCIA (art. 204º)

Atendendo às situações que podem ocorrer, considera-se que as suscetíveis de gerar uma emergência são as que em seguida se descrevem:

- Incêndio;
- Explosão;
- Derrame de produto perigoso;

- Inundação;
- Acidente com origem no exterior;
- Sismo;
- Ameaça de bomba/pacote suspeito;
- Manifestações/distúrbios sociais;
- Intrusão/roubo;
- Urgência médica.

3.3.4.1. PLANO DE ATUAÇÃO

A atuação perante uma emergência pode ser resumida de acordo com o fluxograma apresentado na figura 7.

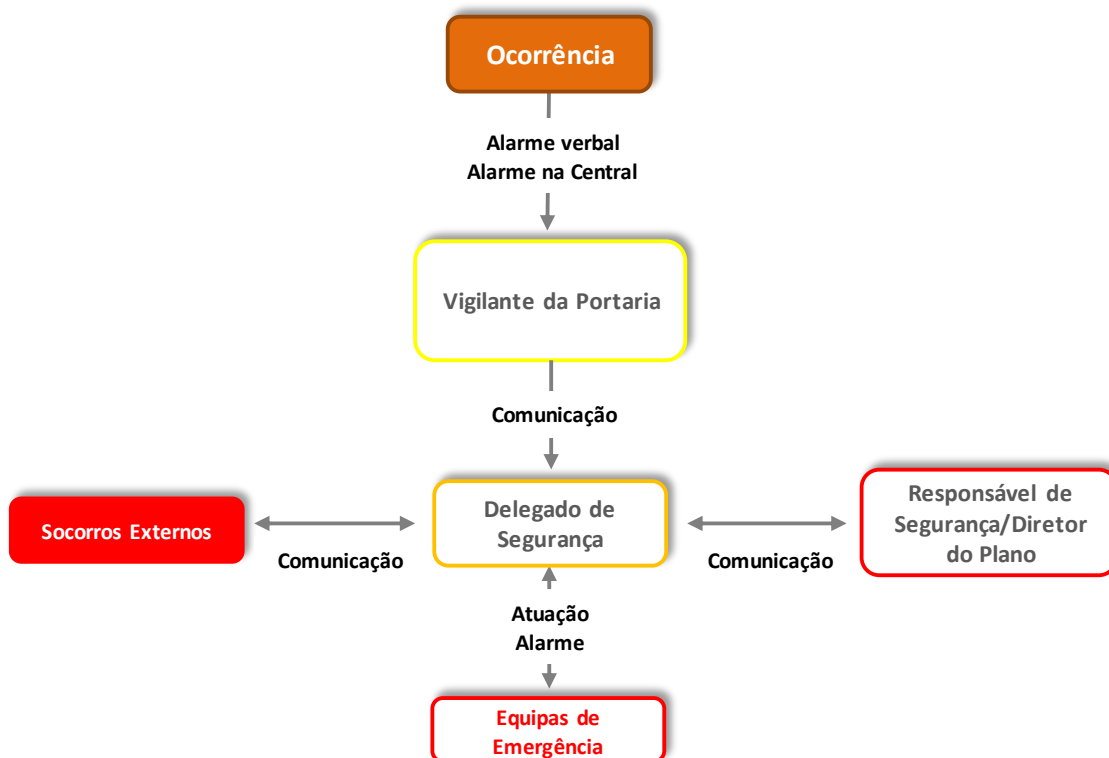


Figura 7 – Atuação em emergência

Perante a deteção de uma emergência, esta deve ser de imediato reportada ao Vigilante da Portaria/Acolhimento ou deverá pressionar-se um dos botões manuais de alarme existentes nos pisos, esta ação acionará um sinal sonoro na Central SADI. O Vigilante da Portaria deverá confirmar a ocorrência através dos telefones do piso em que foi acionado o BMA e deverá assegurar que o elemento da Manutenção, se dirige de imediato ao local, para verificar a situação.

Caso se confirme a situação de alarme, esta deve ser reportada de imediato ao Delegado de Segurança.

Perante a confirmação do alarme, o Delegado de Segurança avalia a situação e manda, se necessário, atuar as Equipas de Emergência. Seguidamente contacta com o RS transmitindo-lhe as informações pertinentes, nomeadamente as relacionadas com a dimensão e capacidade de limitar/controlar a situação e atua de acordo com as informações recebidas.

Mediante a avaliação da situação o RS decide sobre a ativação do Plano de Emergência e a evacuação geral do edifício.

O Delegado de Segurança solicita a atuação das Equipas de Emergência diretamente ou através do Vigilante da Portaria, para que seja dado o alarme interno, pessoalmente, via telefone ou ativando as sirenes de alarme.

Caso se justifique, o Delegado de Segurança solicita a presença dos socorros externos, através do 112 – Número Nacional de Emergência.

O Vigilante da Portaria garante que as saídas do piso 0 estão desimpedidas para que seja efetuada a evacuação do edifício sem incidentes e efetua o controlo de acessos impedindo o acesso ao edifício a quem não está diretamente envolvido na emergência.

O Delegado de Segurança mantém o contacto regular com o Vigilante da Portaria, com as equipas de emergência e com o RS, de modo a ter informação atualizada da emergência.

Aos sábados o número de elementos que pertencem às Equipas de Emergência é reduzido ou inexistente, tendo o Vigilante da Portaria funções de grande importância na transmissão do alarme e na concretização da evacuação e na contabilização dos colaboradores. O pessoal da Manutenção poderá ser contactado para prestar o necessário apoio.

Neste período, o Delegado de Segurança, pode concluir que não existindo Equipas de Emergência deve ser solicitada a intervenção dos meios de socorro externos através do 112 – Número Nacional de Emergência. Esta situação deverá assim que possível reportada ao RS.

Sempre que se verifique uma situação de falso alarme, o Vigilante da Portaria recoloca o sistema no seu estado de vigia e regista a ocorrência, para posterior análise e eventual correção de anomalia.

3.3.4.2. EXECUÇÃO DO ALERTA

Os meios de comunicações disponíveis para, em emergência, a estrutura operacional comunicar com todos os seus elementos são:

- Telefones da rede fixa e móvel;
- Mensageiro.

O alerta aos socorros externos é efetuado por telefone da rede fixa ou móvel.

Em emergência, as comunicações deverão ser curtas, precisas e sem informação que não seja relevante para quem recebe a mensagem.

3.3.4.3. FIM DA EMERGÊNCIA

O Delegado de Segurança, após efetuar ponto de situação com o RS, poderá declarar o fim da emergência, quando o sinistro tiver sido completamente dominado e não existir risco de se produzirem novos incidentes que afetem o pessoal ou as instalações, não sendo necessária a presença de nenhum elemento para resposta à emergência.

O RS deve providenciar a comunicação do fim da emergência, aos organismos ou pessoas, que tenham sido informadas da mesma (Proteção Civil, familiares e etc.).

3.3.4.4. REPOSIÇÃO DA NORMALIDADE

Para a reposição da normalidade o RS, juntamente com o Delegado de Segurança e os elementos considerados pertinentes da The Navigator Company, garante:

- A desobstrução e reparação das áreas afetadas;
- O restabelecimento do fornecimento de energia e fluidos;
- A quantificação dos danos pessoais e materiais;
- A adoção das medidas de segurança na ótica da prevenção de situações similares;
- A gestão dos resíduos resultantes da emergência e o seu devido encaminhamento;
- A adoção de medidas de minimização dos impactes ambientais negativos eventualmente causados;
- Outras ações que se afigurem pertinentes.

Após a emergência, são asseguradas as seguintes comunicações:

- Resumo da ocorrência: o RS deverá transmitir, pela via de comunicação mais rápida, o ponto de situação à hierarquia interna da The Navigator Company (no caso de não ser um membro da comissão executiva);
- Registo de ocorrência: o Delegado de Segurança elabora o registo da ocorrência até 7 dias após o fim da emergência (no que se refere à descrição da ocorrência e resposta à emergência), de acordo com o modelo disponível em anexo.

As ações planeadas e/ou adotadas, incluindo as necessárias para repor a normalidade e os respetivos resultados devem ficar mencionados no registo de ocorrência, os quais são organizados de acordo com os requisitos de controlo dos registos de segurança.

3.3.4.5. COMUNICAÇÃO ÀS ENTIDADES OFICIAIS

No caso de resultarem feridos graves ou mortes, deve ser feita a comunicação à ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho, no prazo de 24 horas.

Esta comunicação deverá incluir a data e a hora da ocorrência, a identificação da sua origem, detalhes das circunstâncias que a ocasionaram e os passos tomados para minimizar os impactos e evitar a sua repetição. O Responsável de Segurança é o responsável por garantir que esta comunicação foi realizada.

3.3.4.6. PLANO DE EVACUAÇÃO

O Plano de Evacuação tem por objetivo estabelecer e preparar uma evacuação rápida e segura dos ocupantes do edifício, em emergência.

Em caso de toque para evacuação, todos os ocupantes do edifício devem abandonar o local onde se encontram, dirigindo-se para a saída e, posteriormente, para o Ponto de Encontro, seguindo os caminhos de evacuação definidos nas Plantas de Emergência.

O Plano de Evacuação tem como suporte os seguintes princípios:

- A evacuação é decidida pelo Diretor do Plano ou por quem o substitui e coordenada pelo Delegado de Segurança ou pelo Vigilante da Portaria/Acolhimento;
- Cada piso superior tem responsáveis pela evacuação designados;
- A evacuação dos visitantes é ser garantida pelos visitados;
- As Equipas de Emergência coordenam a evacuação das pessoas presentes na sua área de responsabilidade, encaminhando-as para a saída e posteriormente para o Ponto de Encontro;
- As plantas de emergência colocadas em locais estratégicos contêm informação importante e identificam:
 - a localização dos caminhos de evacuação;
 - a localização dos meios de primeira intervenção;
 - as instruções gerais de atuação em emergência.
- A difusão da ordem de evacuação pode ser comunicada pessoalmente ou via telefone, entre o Delegado de Segurança e as Equipas de Emergência;
- A difusão do sinal de evacuação pode ser efetuada por sinal sonoro contínuo (sirene), audível nos diversos pisos;
- Fora do horário normal de funcionamento, a evacuação das áreas ocupadas é da responsabilidade individual de cada colaborador, pelo que ao ouvir a sirene deve dirigir-se de imediato para a saída e posteriormente para o Ponto de Encontro;

As plantas de emergência estão afixadas junto dos acessos principais, nos locais de maior visibilidade, em cada piso do edifício. As plantas incluem instruções gerais de atuação para os ocupantes e visitantes.

3.3.4.7. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO

É importante que todos os colaboradores conheçam bem o espaço do seu setor, nomeadamente no que se refere aos caminhos de evacuação.

Estão definidas equipas responsáveis pela evacuação, geralmente constituídas por dois elementos, em que um dos elementos, reúne junto de si, as pessoas presentes na sua área de responsabilidade e inicia o respetivo encaminhamento para a saída e posteriormente para o Ponto de Encontro, enquanto o outro elemento efetua a verificação de todos os espaços, para assegurar que ninguém ficou para trás.

As equipas de Evacuação devem encaminhar todos os ocupantes para a escadaria principal ou para a escadaria de emergência, de acordo com a sinalização afixada ou com a emergência que decorre.

Os colaboradores das Equipas de Emergência confirmam com o Vigilante da Portaria/Acolhimento a eventual falta de ocupantes e efetuam a contagem no Ponto de Encontro garantido que o Delegado de Segurança é informado do facto.

3.3.4.8. PONTO DE ENCONTRO

O Ponto de Encontro definido para os ocupantes do edifício do Learning Center da The Navigator Company é no relvado contíguo ao edifício (ver figura 8).



Figura 8 – Localização do ponto de encontro

3.3.4.9. APOIO À INTERVENÇÃO DAS EQUIPAS DE SOCORRO EXTERNAS

O apoio à intervenção das equipas de socorro externas é feito inicialmente pelo Vigilante da Portaria/Acolhimento. No local da emergência o DS ou um elemento por si nomeado, fará a receção das equipas de socorro internas (bombeiros do corpo privativo) e/ou externas (Bombeiros, Forças Policiais e etc.), respetiva informação e encaminhamento.

As equipas de socorro externas atuam de acordo com as suas hierarquias, apoiadas pela organização para a emergência existente no edifício do Learning Center da The Navigator Company.

3.3.4.10. INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA

As instruções de segurança que foram criadas para o edifício do Learning Center dividem-se em três tipos de acordo com explicitação no quadro 14.

Quadro 14 - Instruções de segurança

Tipo de Instruções	Destinatários	Objetivos
Instruções Gerais	<ul style="list-style-type: none"> Colaboradores da NVG Prestadores de Serviços Visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> Orientar e condicionar os comportamentos perante uma emergência; Informar como utilizar os meios de primeira intervenção.
Instruções Particulares	<ul style="list-style-type: none"> Ocupantes dos locais de risco 	<ul style="list-style-type: none"> Prevenir eventuais emergências no local em causa; Definir modos de atuação específicos para o local, em caso de emergência.
Instruções Especiais	<ul style="list-style-type: none"> Elementos da estrutura operacional 	<ul style="list-style-type: none"> Definir a atuação de cada elemento em cada tipo de emergência.

As instruções gerais, especiais e particulares de segurança de encontram-se discriminadas no quadro seguinte e estão disponíveis no apêndice F.

Quadro 15 - Instruções gerais, especiais e particulares de segurança

Instruções de Segurança	
Instruções Gerais de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Colaboradores internos da NVG Prestadores de Serviços Visitantes
Instruções Particulares de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Sala de UPS e Bastidores Quadros elétricos de piso Portaria/Acolhimento Armazéns Cozinha/Copa
Instruções Especiais de Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Diretor do Plano Delegado de Segurança Vigilante da Portaria/Acolhimento Equipa de Emergência Socorristas

De forma a assegurar a implementação e promover a eficácia das instruções é essencial garantir que:

- Os destinatários anteriormente referidos conhecem as Instruções de Segurança existentes;
- São periodicamente realizados exercícios de segurança, para testar as instruções definidas, a capacidade de resposta e a organização interna em emergência, a partir dos quais poderão ser identificadas oportunidades de melhoria;

- As medidas de autoproteção são periodicamente revistas para verificar a sua atualização, sendo os aspetos pertinentes divulgados e comunicados internamente e quando apropriado aos socorros externos da área (ex.: Bombeiros).

4. AS CARTAS DE RISCO – UTILIZADORES DO LEARNING CENTER

Por forma a responder a um dos objetivos do presente projeto de estudo, por ter sido considerado importante em termos de enriquecimento do mesmo, e por estar intimamente relacionado com o recurso – Pessoas – que irá utilizar o edifício – Learning Center – a abordagem em termos de identificação dos principais riscos a que as Pessoas vs formandos irão estar sujeitos foi selecionada sob o formato de cartas de risco.

Existem muitas técnicas e ferramentas que poderão ser adotadas por exemplo recorrendo a exemplos disponíveis em referencial normativo NP EN 31010:2016, no entanto o formato de cartas de risco foi o escolhido por ser considerado de fácil leitura e expedito em termos de utilização.

O objetivo da elaboração e implementação das cartas de risco é, precisamente, dar a conhecer aos formandos do Learning Center os principais riscos a que podem estar sujeitos.

O plano formativo dos formandos, do edifício Learning Center, contempla módulos específicos de segurança e saúde, nomeadamente sobre a temática de identificação, análise, avaliação e controle de riscos, mas pretende-se através destas cartas de risco por função, que se faça uma primeira chamada de atenção para situações importantes de uma forma mais simples e intuitiva, tendo em conta que são na sua maioria jovens que estão a ter o seu primeiro contacto com o mundo laboral. Por este motivo, a intenção foi de uma forma simples, mas clara, fazer uma introdução aos riscos laborais em contexto de trabalho que a função para a qual estão a receber formação pode estar sujeita. A avaliação de riscos obrigatória por lei será elaborada pelos serviços de Segurança e Saúde da organização enquadrando os formandos nos documentos existentes para os trabalhadores internos.

O formato gráfico do documento foi elaborado para que para além da identificação dos perigos/riscos, os formandos tenham acesso a outras informações úteis no seu dia-a-dia dentro do complexo fabril, tais como:

- principais atividades de risco afetas ao curso elencado à função da carta de risco,
- identificação da generalidade das potenciais condições de trabalho (para se poder identificar quais),
- identificação da generalidade das potenciais exposições a agentes físicos e químicos (para se poder identificar quais),
- principais medidas a adotar em situação de emergência e evacuação,
- identificação dos Equipamentos de Proteção Individual Obrigatórios e Eventuais.

As cartas de risco devem ser entregues e devidamente explicadas nos módulos de segurança e saúde, que serão ministrados antes de os formandos irem para ambiente fabril.

Foram elaboradas quatro cartas de risco de função referente a quatro cursos a serem desenvolvidos no edifício Learning Center, nomeadamente:

- Operador Fábrica Pasta
- Operador Fábrica Papel
- Mecânico
- Técnicos de Controlo e Potência

As cartas de risco encontram-se apresentadas no Apêndice J.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

As medidas de autoproteção retratam-se num documento que se baseia no que “realmente existe”, ou seja nas condições físicas existentes nos edifícios e com que os ocupantes e equipas de emergência se vão deparar em situações de emergência, e no caso do delegado de segurança, de como terá de fazer a gestão da emergência e manter os registos sempre atualizados.

As cartas de risco por função retratam-se num formato que pretende ser simples, de fácil entendimento e utilização e que contemple conteúdo importante em termos de identificação de perigos e riscos associados a uma função, assim como conteúdo sobre principais atividades de risco afetas à função, atuação em situação de emergência, identificação de condições de trabalho afetas à função assim como a exposição a agentes físicos e químicos e, identificação de equipamentos de proteção individual.

No quadro seguinte é pretendido explicitar os objetivos definidos no projeto de estudo com a associação dos seus resultados para ser entendido se os objetivos foram ou não alcançados.

Aliado a esta comparação pretende-se tecer, em paralelo, alguma análise crítica com o intuito de identificar situações positivas e/ou menos positivas, bem como potenciais situações de melhoria.

Quadro 16 – Objetivos vs Resultados vs Análise

Objetivos do trabalho de projeto	Resultados	Análise (desvios, situações positivas, potenciais situações de melhoria)
Desenvolvimento das MAP aplicadas ao edifício – Learning Center	Atingido o resultado	Só existirem as plantas de arquitetura, podendo condicionar futuras alterações no documento.
	. MAP – Registos de segurança	
	. MAP – Plano de prevenção	
	. MAP – Procedimentos de emergência	O projeto de incêndio que serviu de base ao trabalho tentou cumprir a legislação em vigor mas pode conter alguma lacuna em relação ao projeto definitivo a ser apresentado em fase de licenciamento.
	. MAP – Ações de sensibilização /formação	A não existência das plantas de segurança pode levar à necessidade de rever as

		instruções técnicas.
		Uma oportunidade de melhoria será o próprio Learning Center fornecer oferta formativa na área do incêndio e emergência.
		Garantir algumas características na ocupação de espaços e instalação de equipamentos de combate e prevenção de incêndios foi um aspeto positivo (oportunidade de melhoria).
Elaboração das cartas de risco de função (CRF)	<p>Atingido o resultado</p> <ul style="list-style-type: none"> . CRF – Técnico de controlo de potência . CRF – Mecânico . CRF_Op. Fábrica papel . CRF_Op. Fábrica pasta 	A não existência de uma referência clara a cartas de risco, que são, na opinião do autor, um meio simples mas prático de informação importante sobre os riscos inerentes à atividade.
		Elaboração de um documento importante para os formandos terem um primeiro contacto com os riscos que vão enfrentar em contexto de trabalho.
		Fornecer indicações básicas mas fundamentais em termos de atuação em caso de emergência.

CONCLUSÃO

A segurança contra incêndio em edifícios não depende somente de um bom projeto e da boa execução deste projeto na fase de construção do edifício. A entrada em vigor do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJSCIE) veio colmatar uma importante lacuna no que se refere à segurança contra incêndio dos edifícios: assegurar a manutenção das condições de segurança, definidas no projeto, ao longo do tempo de vida do edifício.

Os edifícios e os estabelecimentos devem, no decurso da exploração dos respetivos espaços, ser dotados de medidas de organização e gestão da segurança, designadas por, medidas de autoproteção que têm como objetivo proteger as pessoas e os edifícios/recintos face ao risco de incêndio.

O desenvolvimento das medidas de autoproteção, para além de um requisito legal (no âmbito do Decreto-Lei nº 220/2008 e suas subseqüentes alterações, a última das quais a Lei nº 123/2019, de 18 de outubro, que procede à terceira alteração do regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios), permitirá à organização e aos ocupantes do edifício em causa, em caso de emergência, uma atuação assertiva e coordenada de forma a minimizar consequências.

Ao realizar o documento das medidas de autoproteção, que contemplam:

- PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO (art. 202.º);
- FORMAÇÃO E TREINO (art. 206.º);
- REGISTOS DE SEGURANÇA (art. 201.º);
- PROCEDIMENTOS EM CASO DE EMERGÊNCIA (art. 204.º).

A The Navigator Company fica em condições de o submeter à ANEPC antes da entrada em funcionamento do edifício, e com os procedimentos e instruções técnicas necessárias para poder formar a futura equipa de emergência.

No que diz respeito às cartas de risco foram elaboradas quatro cartas de risco para as principais funções para o público-alvo do edifício objeto de estudo, nomeadamente formandos dos cursos de: Operador Fábrica Pasta; Operador Fábrica Papel; Mecânico; Técnicos de Controlo e Potência. As cartas de risco por função adotaram um esquemático e conteúdo que nos mereceu ser capaz como abordagem em termos de identificação de perigos e riscos, ações a tomar em situação e emergência, entre outro conteúdo, para os formandos em causa. Estes formandos irão ser, potencialmente, os novos colaboradores da The Navigator Company que, na sua maioria, é um público jovem e que terão neste contexto, o seu primeiro contacto com o mercado de trabalho.

Os objetivos deste trabalho foram cumpridos na sua generalidade, ficando em aberto questões de ordem administrativa, como sejam as designações do responsável de segurança, delegado de segurança e equipas de intervenção, por exemplo.

Relativamente às cartas de risco por função ficará em aberto a implementação das mesmas (não sendo objetivo do presente estudo) que permitirá aferir potenciais situações de melhoria.

A realização deste trabalho permitiu consolidar alguns conhecimentos que como técnico superior de segurança e higiene do trabalho já possuía, mas também permitiu perceber a problemática da gestão da emergência em edifícios, não só para os ocupantes dos mesmos, mas principalmente para as equipas de gestão de emergência, que têm a responsabilidade de garantir a salvaguarda da vida humana na vertente operacional em caso de emergência.

A não existência de projeto de incêndio foi uma limitação importante mas seguramente colmatada pelo “potencial” projeto apresentado como base para o trabalho.

O desenvolvimento de formação prática e treino eficaz para os elementos das equipas de emergência é fundamental que seja legislado e não seja uma nomeação só para cumprimentos legais de pessoas que para além de não lhes ser dado qualquer tipo de formação e treino, por vezes não têm condições físicas e psicológicas para as funções que administrativamente lhe são atribuídas, o que faz com que em situação real de emergência essas pessoas além de não serem parte da solução, podem, no limite, ser mais um problema.

REFERÊNCIAS

APSEI – Associação Portuguesa de Segurança. (2019). *Segurança contra incêndio – Medidas de Autoproteção*. Acedido em: <https://www.apsei.org.pt/areas-de-atuacao/seguranca-contraincendio/medidas-de-autoprotecao/>

Decreto- Lei n.º 224/2015 de 9 de outubro. Diário da República n.º 198/2015 – I Série. Ministério da Administração Interna. Lisboa. Acedido em: <https://dre.pt/application/file/a/70497068>

Decreto- Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro. Diário da República n.º 220/2008 – I Série. Ministério da Administração Interna. Lisboa. Acedido em: <https://dre.pt/application/file/a/439913>

IPQ – Instituto Português da Qualidade. (2016). *NP EN 31010 - Gestão do risco – Técnicas de apreciação do risco*. 1ª edição. Caparica, Portugal.

IPQ – Instituto Português da Qualidade. (2018). *NP ISO 31000 - Gestão do risco – Linhas de orientação*. 3ª edição. Caparica, Portugal.

IPQ – Instituto Português da Qualidade. (2019). *Terminologia portuguesa da Gestão do Risco*. (Comissão Técnica 180 – Gestão do Risco). Acedido em: <http://www1.ipq.pt/PT/Normalizacao/docaptec/VocabulriosSectoriais/Terminologia%20Portuguesa%20da%20Gest%C3%A3o%20do%20Risco.pdf>

ISO - International Organization for Standardization. (2018). *ISO 45001 - Occupational health and safety management systems — Requirements with guidance for use*. 1st edition. Vernier, Geneva.

Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro. Diário da República n.º 201/2019 – I Série. Ministério da Administração Interna. Lisboa. Acedido em: <https://dre.pt/application/file/a/125468599>

Nota Técnica N.º 01 – *Utilizações-Tipo de Edifícios e Recintos*. Autoridade Nacional de Proteção Civil. Acedido em: http://www.prociv.pt/bk/SEGCINCENDEIF/Normas%20Tecnicas/01_NT-SCIE-UTILIZA%C3%87%C3%95ESTIPO%20DE%20EDIF%C3%8DCIOS%20E%20RECINTOS.pdf

Nota Técnica N.º 02 – *Competências e Responsabilidades e SCIE*. Autoridade Nacional de Proteção Civil. Acedido em: http://www.proci.pt/bk/SEGCINCENDEDEF/Normas%20Tecnicas/02_NT-SCIE-COMPET%C3%84NCIAS%20E%20RESPONSABILIDADES_SCIE.pdf

Nota Técnica N.º 05 – *Locais de Risco*. Autoridade Nacional de Proteção Civil. Acedido em: http://www.proci.pt/bk/SEGCINCENDEDEF/Normas%20Tecnicas/05_NT-SCIE-LOCAIS%20DE%20RISCO.pdf

Nota Técnica N.º 06 – *Categorias de Risco*. Autoridade Nacional de Proteção Civil. Acedido em: http://www.proci.pt/bk/SEGCINCENDEDEF/Normas%20Tecnicas/06_NT-SCIE-CATEGORIAS%20DE%20RISCO.pdf

Nota Técnica N.º 21 – *Planos de Segurança*. Autoridade Nacional de Proteção Civil. Acedido em: http://www.proci.pt/bk/SEGCINCENDEDEF/Normas%20Tecnicas/21_NT-SCIE-PLANOS%20DE%20SEGURAN%C3%87A.pdf

Portaria n.º 1532/2018 de 29 de dezembro. Diário da República n.º 250/2008 – I Série. Ministério da Administração Interna. Lisboa. Acedido em: <https://dre.pt/application/file/a/444327>

Proposta de Lei N.º 94/XII/2.^a (2017). Altera o regime jurídico da segurança contra incêndio em edifícios.

Silva, J.M. (2014). *Segurança Contra Incêndios na Reabilitação Sustentável de Edifícios Antigos*. (Dissertação de Mestrado, Mestrado em Construção e Reabilitação Sustentáveis. Guimarães: Universidade do Minho).

The Navigator. (2019a). Portal da The Navigator. Acedido em: <http://www.thenavigatorcompany.com/>

The Navigator. (2019b) *Manual de Sistema de Gestão*. (Documento de divulgação interna).

The Navigator. (2019c) *Documentos de projeto*. (Documento de divulgação interna).

Apêndices

- A. Gestão Administrativa do Documento
- B. Registos de Segurança
- C. Categoria de Risco e Locais de Risco
- D. Procedimentos de Prevenção
- E. Procedimentos de Exploração e Utilização das Instalações Técnicas
- F. Procedimentos/Instruções de Atuação em Emergência
- G. Lista de Contactos em Emergência
- H. Equipamentos de Combate a Incêndios
- I. Plantas de Segurança
- J. Cartas de Risco de Função

APÊNDICE A

APÊNDICE A - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO DOCUMENTO

A1 – Registo de Revisões e Alterações

Inclui-se neste anexo o registo das revisões e alterações ao presente documento:

DATA DA ALTERAÇÃO/REVISÃO	REVISÃO	ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS	OBSERVAÇÕES

A2 – Distribuição das Medidas de Autoproteção

NOME/ FUNÇÃO	VERSÃO	DATA DA ENTREGA	OBSERVAÇÕES

A3 – Siglas e Abreviaturas

Inclui-se neste anexo a lista de siglas e abreviaturas utilizadas.

SIGLA/ABREVIATURA	DESCRIÇÃO
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
BT	Baixa Tensão
CSADI	Central do Sistema Automático de Detecção de Incêndios
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
DL	Decreto-Lei
DP	Diretor do Plano
DS	Delegado de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
IGAMAOT	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento Território
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
PEI	Plano de Emergência Interno
PSP	Polícia de Segurança Pública
REN	Rede Elétrica Nacional
RIA	Rede de Incêndios Armada
RS	Responsável de Segurança
RSB	Regimento de Sapadores Bombeiros
SADEI	Sistema Automático de Detecção e Extinção de Incêndios
SADI	Sistema Automático de Detecção de Incêndios
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
TAE	Tripulante de Ambulância de Emergência
TAS	Tripulante de Ambulância de Socorro
TAT	Tripulante de Ambulância de Transporte
UPS	<i>Uninterrupted Power Supply</i> (Unidade de Tensão Autónoma)
VMER	Veículo Médico de Emergência e Reanimação

A4 - Glossário de Termos Técnicos

Inclui-se neste anexo o glossário de termos técnicos utilizados.

TERMO	DESCRIÇÃO
Acidente	Acontecimento repentino e imprevisto com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, suscetíveis de atingirem pessoas, os bens e o ambiente.
Acidente Grave	Um acontecimento, designadamente uma emissão, um incêndio ou uma explosão de graves proporções, resultante do desenvolvimento não controlado durante o funcionamento das instalações, que provoque um perigo grave, imediato ou retardado, para a saúde humana, no interior ou no exterior das instalações, ou para o ambiente, que envolva uma ou mais substâncias perigosas.
Alarme	Sinal sonoro e/ou visual levado a efeito por uma pessoa ou por um dispositivo automático para transmissão de informação de ocorrência de uma emergência, no interior das instalações.
Alerta	Transmissão de informação de ocorrência de um sinistro aos meios de socorros exteriores.
Boca-de-incêndio	Dispositivo de uma rede de incêndio, constituído por uma união e válvula, que permite a ligação da mangueira de combate a incêndios.
Botão Manual de Alarme	Dispositivo de ação manual destinado a transmitir o alarme à central de incêndios.
Derrame	Libertação involuntária de uma ou mais substâncias e/ou preparações perigosas no estado líquido ou gasoso, em condições tais, que se considera existir uma ameaça para as pessoas, o ambiente ou equipamentos.
Emergência	Situação anormal de risco potencial ou efetivo, com origem no (na sequência do) desenvolvimento de uma ocorrência que justifique o desencadeamento dos procedimentos de emergência
Estabelecimento	A totalidade da área sob controlo de um operador onde se verifique a presença de substâncias perigosas, numa ou mais instalações, incluindo as infraestruturas ou atividades comuns ou conexas
Evacuação	Ação destinada a promover a retirada de pessoas de um determinado local
Extintor	Equipamento que contém um agente extintor que pode ser projetado e dirigido sobre o fogo por ação de uma pressão interna
Impacte ambiental	Qualquer alteração no ambiente adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização
Incêndio	Fogo que se declara no edifício e que pode consumir total ou parcialmente.
Instalação	Uma unidade técnica dentro de um estabelecimento onde sejam produzidas, utilizadas, manipuladas ou armazenadas substâncias perigosas, incluindo todo o equipamento, estruturas, canalizações, maquinaria, ferramentas, entroncamentos ferroviários especiais, cais de carga, pontões de acesso à instalação, molhes, armazéns ou estruturas semelhantes, flutuantes ou não, necessários ao funcionamento da instalação
Instrução	Ação ou conjunto de ações a empreender por determinadas pessoas em situações específicas.

TERMO	DESCRIÇÃO
Intervenção	Conjunto de ações desenvolvidas para combater um acidente e minimizar as suas consequências
Local de Concentração	Local de concentração dos elementos pertencentes às equipas de emergência para definição da estratégia e designação de funções durante o desenvolvimento da emergência
Ponto de Encontro	Local pré-definido, no exterior da instalação, identificado nas Plantas de Emergência, onde as pessoas se devem reunir, protegidas dos efeitos diretos de um incêndio ou outra emergência
Perigo	Fonte ou situação com um potencial para o dano, em termos de lesões ou ferimentos para o corpo humano ou danos para a saúde, património, ambiente do local de trabalho ou uma combinação destes.
Rede de Incêndios Armada	Rede de Incêndios Armada com as bocas-de-incêndio permanentemente equipadas com mangueiras e agulhetas
Risco	Combinação da probabilidade e da(s) consequência da ocorrência de um determinado acontecimento perigoso.
Simulacro	Ação de simulação de uma situação real, no sentido da melhoria da capacidade de intervenção das pessoas que participam no Plano de Emergência
Sismo	Fenómeno natural resultante de uma rotura mais ou menos violenta no interior da crosta terrestre, correspondendo à libertação de grande quantidade de energia, e que provoca vibrações
Sistema Automático de Detecção de Incêndios	Sistema constituído por elementos para detetar automaticamente um incêndio e despoletar um sinal acústico/visual e outras operações de atuação
Situação de Emergência	Acontecimento que após avaliação, tendo em conta a sua dimensão e natureza ou potencial que lhe está associado, seja passível de ativar os procedimentos de atuação definidos no PEI, por toque da SIRENE. A emergência pode ser desencadeada na sequência de uma situação indesejável, tal como: fuga, derrame, incêndio, explosão, catástrofe natural, ameaça de bomba e atos terrorista.
Substâncias Perigosas	As substâncias, misturas ou preparações potencialmente perigosas para o homem e/ou para o ambiente e/ou instalações, apresentadas sob a forma de matérias-primas e subsidiárias, produtos, subprodutos, resíduos ou produtos intermédios, incluindo as que são suscetíveis de se produzirem no decurso de um acidente.
Via de evacuação	Percurso de comunicação horizontal ou vertical de uma instalação que apresenta condições de segurança para a evacuação dos seus ocupantes

APÊNDICE B

APÊNDICE B - REGISTOS DE SEGURANÇA

Este anexo inclui imagens das diversas páginas da aplicação informática (ficheiro informático em anexo) onde se encontram os Registos de Segurança.

Inclui-se ainda os impressos utilizados para o registo de ocorrências e relatório-tipo para simulacros e a ficha de receção de ameaça de bomba.

REGISTO DE OCORRÊNCIA		
Registo n.º:	Data da ocorrência: ____/____/____	Área/Setor/Sistema/Equipamento:
Registado por:		
Entidades envolvidas:		

I - TIPO DE OCORRÊNCIA			
Incidente	<input type="checkbox"/>	Anomalia	<input type="checkbox"/>
Inspeção/Verificação	<input type="checkbox"/>	Modificação/Alteração	<input type="checkbox"/>
Vistoria	<input type="checkbox"/>	Avaria	<input type="checkbox"/>
Falso alarme	<input type="checkbox"/>	Exercícios de Segurança/Simulacros	<input type="checkbox"/>
Outra:			<input type="checkbox"/>

II – DESCRIÇÃO
(Descrição da ocorrência com indicação de todos os dados relevantes. Se necessário, anexar as folhas necessárias)

III – AÇÃO ADOTADA/RESULTADOS
(Referir as ações tomadas para a reposição da normalidade, os ensaios efetuados, os resultados obtidos ou o encaminhamento dado)

IV – DOCUMENTOS ANEXADOS
(Mencionar todos os documentos relevantes como sejam relatórios, listas de participantes, certificados, guias, folhas de obra, etc.)

--

Assinatura de quem registou	Assinatura do Diretor do Plano
Data: ____/____/____	Data: ____/____/____

Data:	____/____/____	Hora início:	_____	Hora de fim:	_____
COMO ATUAR:		<ol style="list-style-type: none"> 1. Não interromper 2. Ficar calmo e proceder com delicadeza 3. Obter o máximo de informação possível 			

TEXTO RECEBIDO:

PERGUNTAS A FAZER:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A que horas explode a bomba? 	<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Onde está? 	<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual o aspeto? 	<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>

SE POSSÍVEL DETERMINAR (QUEM TELEFONOU):			
Sexo:	Masculino	Feminino	Criança
Idade estimada:	<div style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 150px; height: 20px;"></div> anos		
Sotaque (Estrangeiro, regional):	<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>		
Voz (Suave, grossa):	<div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>		

Fala (Rápida, lenta):	
Pronúncia (Labial, nasal, normal):	
Maneiras (Calmo, emocional, rude):	
Ruídos de fundo:	
Voz familiar?	
Quem telefonou pareceu estar familiarizado com a área?	

A AMEAÇA FOI CREDÍVEL?	
-------------------------------	--

A preencher por quem recebeu a ameaça (Telefonema):	
N.º	
Categoria:	
Nome:	
Cargo que ocupa:	
Assinatura:	

INFORMAR E ENTREGAR DE IMEDIATO A FICHA AO DELEGADO DE SEGURANÇA

APÊNDICE C

APÊNDICE C - CATEGORIA DE RISCO E LOCAIS DE RISCO

Este anexo inclui a demonstração do cálculo da categoria de risco e a classificação dos locais de risco dos diversos locais a que são aplicáveis as medidas de autoproteção.

Demonstração do cálculo do efetivo da UT IV - Edifício do tipo Escolar

APÊNDICE D

APÊNDICE D - PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO

Este anexo inclui os procedimentos de prevenção desenvolvidos para o edifício do Learning Center englobando os procedimentos gerais da The Navigator Company seguintes:

- PG 55 - Autorizações de Trabalho para Empreitadas
- PG 81 - Gestão das Modificações
- PG 110 - Praticabilidade dos Caminhos de Evacuação
- PG 111 - Garantia da Eficácia da Estabilidade e dos meios de Compartimentação, Isolamento e Proteção
- PG 112 - Acessibilidade aos Meios de Alarme e Intervenção
- PG 113 - Vigilância dos Espaços
- PG 114 - Conservação dos espaços em condições de Limpeza e Arrumação
- PG 115 - Manuseamento e Armazenamento de Substâncias Perigosas
- PG 116 - Gestão das Alterações no âmbito das Medidas de Autoproteção

APÊNDICE E

APÊNDICE E - PROCEDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES TÉCNICAS

E.1 Instruções Operacionais das Instalações Técnicas

Este anexo inclui as instruções de operação das instalações técnicas desenvolvidas para o edifício do Learning Center englobando as instruções técnicas seguintes:

- LC IO 01 Instalações de Energia Elétrica
- LC IO 02 Ventilação e ar condicionado
- LC IO 03 Instalações de Confeção de Alimentos

E.2 Instruções Operacionais dos Equipamentos e Sistemas de Segurança

Este anexo inclui as instruções de operação dos equipamentos e sistemas de segurança desenvolvidas para o edifício do Learning Center englobando as instruções técnicas seguintes:

- LC IO 04 Meios de Primeira Intervenção
- LC IO 05 Sistemas de Detecção, Alarme e Alerta
- LC IO 06 Sistema Automático de Extinção de Incêndios

- LC IO 07 Sinalização de Segurança
- LC IO 08 Iluminação de Emergência

LC IO 01 – Instalações de Energia Elétrica

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central
(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)
Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro 2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

A presente instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver, para garantir a correta operação dos quadros gerais de baixa tensão existentes no edifício do Learning Center da **The Navigator Company** em Setúbal-Mitrena.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

QGBT: Quadro Geral de Baixa Tensão

4. DESCRIÇÃO

4.1. Descrição dos equipamentos

Um QGBT é um quadro elétrico, composto por diversos módulos, alimentado em baixa tensão pelo secundário de um posto de transformação que alimenta um determinado edifício a partir do qual se processa toda a alimentação elétrica de potência e iluminação para as instalações e equipamentos do edifício.

Em situação normal um QGBT não necessita de ser manobrado. No entanto, poderá ser necessário proceder ao corte total ou parcial da energia num edifício para executar em segurança operações de manutenção específicas ou a instalação de equipamentos. Neste caso **a sua operação deverá ser efetuada por um técnico qualificado para o efeito** que deverá assegurar o bloqueio eficaz dos órgãos manobrados e a sua respetiva sinalização.

Outra condição em que um QGBT pode ter de ser manobrado é em caso de emergência, quando seja necessário ou aconselhável efetuar o corte de energia elétrica a um edifício. Neste último caso apenas se considera o corte geral de energia o qual poderá ser efetuado por um eletricista ou, em alternativa, pelo responsável pela Manutenção por ordem do Delegado de Segurança.

LC IO 01 – Instalações de Energia Elétrica

4.2. Corte geral de energia

Em caso de ocorrência de uma situação que requeira o corte geral de energia proceder do modo seguinte:

- Atuar na haste de comando do disjuntor geral colocando-o na posição de desligado.

Manobrar unicamente a haste de comando do disjuntor geral. **Em caso algum** deve ser aberto qualquer outro compartimento do conjunto de quadros nem tocar em qualquer outro componente.

4.3. Reposição em serviço

A reposição em serviço da energia no edifício, seja após um corte para execução de operação de manutenção ou instalação de equipamento, seja por uma emergência apenas poderá ser feita por pessoal habilitado após ter efetuado todas as verificações necessárias com vista a assegurar as condições de segurança.

4.4. Procedimentos de segurança

Em emergência, manobrar unicamente a haste do disjuntor geral para efetuar o corte. Não abrir qualquer outro compartimento do conjunto de quadros nem tocar em qualquer outro componente.

Em caso de incêndio num dos elementos do QGBT dar imediatamente o alarme e evacuar o local. Não abra as portas de acesso aos armários nem tente extinguir o incêndio.

5. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o "Registo de Ocorrência", que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

6. INSPEÇÕES E TESTE

A verificação do cumprimento desta instrução é da responsabilidade do DS que delega nos elementos da Equipa de Segurança por si designados e no responsável pela Manutenção as ações de vigilância no terreno.

A manutenção de equipamentos e sistemas instalados é efetuada com recurso a empresas especializadas, com base em contratos de prestação de serviços, ou através do responsável

LC IO 01 – Instalações de Energia Elétrica

pela Manutenção, procedendo-se ao registo das intervenções relevantes efetuadas, quer sob o ponto de vista da manutenção preventiva quer sob o ponto de vista da manutenção corretiva.

7. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Registo de Ocorrência.

LC IO 02 - Instalações de Ventilação e Ar condicionado

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central
(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)
Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

Esta instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver de forma a garantir a correta utilização das instalações de ventilação e condicionamento de ar.

Esta instrução aplica-se aos equipamentos de ventilação e condicionamento de ar existentes no Learning Center da **The Navigator Company** em Setúbal-Mitrena.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

4. DESCRIÇÃO

Os sistemas e equipamentos afetos à ventilação e ar condicionado são:

- Unidades de ar condicionado
- Ventiladores
- Conduatas de Ventilação

4.1. Política de segurança nas instalações de ventilação mecânica

- O acesso à cobertura para desenvolver ações de manutenção dos ventiladores e unidades de ar condicionado será realizada exclusivamente por pessoal especializado, com as devidas condições de segurança.
- Toda a modificação na instalação ou nas suas condições de utilização que possa alterar o seu normal funcionamento serão realizadas mediante um estudo prévio e sob a direção de um técnico competente.
- No caso de se observar o aparecimento de fissuras nas conduatas, deverá consultar-se um técnico competente para que determine a sua importância e, se necessário, as medidas a implementar. Serão reparados os defeitos e deverá proceder-se a um novo ensaio de serviço.
- As aberturas deverão limpar-se com produtos que não danifiquem o material de que são feitas nem os seus acabamentos.

LC IO 02 - Instalações de Ventilação e Ar condicionado

- Sempre que se revejam as instalações, ou antes se fosse identificada uma anomalia, serão reparados os defeitos encontrados por um instalador autorizado e, caso seja necessário, serão substituídas as peças que o necessitem.
- Deverão reparar-se aquelas peças que apareçam danificadas ou com defeitos.
- Em caso de descoberta de alguma anomalia por parte do utilizador, deverá avisar-se um instalador autorizado para que proceda à reparação dos defeitos encontrados e adote as medidas necessárias.
- As aberturas não serão obstruídas em nenhum caso, seja de forma temporária ou permanente.

4.2. Política de segurança nas unidades centrais de ar condicionado

- Deverão ser sempre consultados os manuais do fabricante.
- Se se observar que os compressores trabalham em vazio ou com carga baixa, deverá parar-se a instalação até à chegada do responsável pela manutenção.
- Deve fazer-se um uso racional da energia mediante uma programação adequada do sistema, desta forma não se devem programar temperaturas inferiores a 23°C no verão nem superiores a esse valor no inverno.
- Não se compatibilizará o funcionamento do sistema com as aberturas exteriores acessíveis.

4.3. Política de segurança na ventilação mecânica para os pisos de estacionamento

- Evitar sempre a inalação de gases provenientes das condutas de extração.
- Toda a modificação na instalação ou nas suas condições de utilização que possa alterar o seu normal funcionamento serão realizadas mediante um estudo prévio e sob a direção de um técnico competente.
- No caso de se observar o aparecimento de fissuras nas condutas, deverá consultar-se um técnico competente para que determine a sua importância e, se necessário, as medidas a implementar. Serão reparados os defeitos e deverá proceder-se a um novo ensaio de serviço.
- Deve haver comando total sobre a ventilação/extração mecânica para os pisos de estacionamento.
- Se as condutas apresentam anomalias visíveis deverá avisar o responsável pela manutenção.
- As aberturas não serão obstruídas em nenhum caso, seja de forma temporária ou permanente.

LC IO 02 - Instalações de Ventilação e Ar condicionado

5. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o “Registo de Ocorrência”, que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

6. INSPEÇÕES E TESTE

A verificação do cumprimento desta instrução é da responsabilidade do DS que delega nos elementos da Equipa de Segurança por si designados e no responsável pela Manutenção as ações de vigilância no terreno.

Periodicamente é efetuada a limpeza dos filtros e das condutas destes sistemas. Estes equipamentos estão sujeitos ao um programa de manutenção preventiva.

Os registos resultantes devem ser adequadamente mantidos e estar disponíveis para consulta quando solicitado.

7. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Registo de Ocorrência.

LC IO 03 - Instalações de Confeção de Alimentos

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central
(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)
Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro 2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

Esta instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver de forma a garantir a correta utilização das instalações de confeção e de conservação de alimentos.

Esta instrução aplica-se aos equipamentos de confeção e de conservação de alimentos existentes no no edifício do Learning Center da **The Navigator Company** em Setúbal-Mitrena.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

4. DESCRIÇÃO

Na cafetaria e sala de refeições do edifício existe uma pequena cozinha em que os equipamentos de confeção de alimentos, forno e placas de fogão são elétricos. Para este efeito existe um quadro elétrico de alimentação dedicado.

4.1. Conservação das instalações e equipamentos

- Assegurar que os cabos, ligações, tomadas, fichas e outros acessórios elétricos encontram-se em bom estado de conservação e que não existem sobrecargas;
- Assegurar que as ligações elétricas de equipamentos fora de serviço são devidamente isoladas aquando da desativação dos mesmos;
- Garantir o estado de limpeza e arrumação adequados, prevenindo a acumulação de resíduos, poeiras e teias;
- Reportar anomalias em equipamentos e eletrodomésticos que possam conduzir ao sobreaquecimento de superfícies ou líquidos e curto-circuito, colocando-os fora de serviço;
- Supervisionar com particular atenção a confeção de alimentos a alta temperatura.

LC IO 03 - Instalações de Confeção de Alimentos

4.2. Manutenção do sistema de exaustão

- Assegurar a limpeza periódica e/ou substituição dos filtros do sistema de exaustão e da conduta;

4.3. Meios de extinção em caso de incêndio

- Conhecer a localização e o modo de utilização ou acionamento dos meios disponíveis para extinguir um eventual incêndio, designadamente: manta ignífuga e extintores.
- Reportar situações de utilização ou acionamento dos meios de extinção com vista à sua substituição/reativação atempada.

5. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o “Registo de Ocorrência”, que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

6. INSPEÇÕES E TESTE

A verificação do cumprimento desta instrução é da responsabilidade do DS que delega nos elementos da Equipa de Segurança por si designados e no responsável pela Manutenção as ações de vigilância no terreno.

Periodicamente é efetuada a limpeza dos filtros e das condutas do exaustor. Estes equipamentos estão sujeitos ao um programa de manutenção preventiva.

Os registos resultantes devem ser adequadamente mantidos e estar disponíveis para consulta quando solicitado.

7. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Registo de Ocorrência.

LC IO 04 - Meios de Primeira Intervenção

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central
(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)
Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro 2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

Esta instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver de forma a garantir a operacionalidade e eficácia dos meios de intervenção.

Esta instrução aplica-se ao edifício do no edifício do Learning Center da **The Navigator Company** em Setúbal-Mitrena.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

4. DESCRIÇÃO

Estes meios são aqueles que estão disponíveis no local e cuja utilização se destina ao combate de primeira linha, podem ser usados quer pelos utilizadores do edifício, quer pela equipa de emergência.

4.1. EXTINTORES DE INCÊNDIO

O edifício do Learning Center está dotado de extintores portáteis de vários tipos, nomeadamente:

- Extintores de CO₂ de 5 kg
- Extintores de Pó químico seco do tipo ABC 6 kg
- Extintores de Água de 6 de litros

Cuidados a ter com os extintores:

- Os extintores colocados nos espaços e recintos devem seguir como regra base de dimensionamento e localização, de acordo com o regulamento em vigor, o imperativo de que a distância a percorrer de qualquer saída de um local de risco para os

LC IO 04 - Meios de Primeira Intervenção

caminhos de evacuação até ao extintor mais próximo não exceda 15 m. Qualquer alteração, mesmo que temporária a esta disposição é proibida. Deverá o DS providenciar, em caso de execução de trabalhos temporária, para que os extintores deslocalizados sejam substituídos;

- Os extintores devem ser convenientemente distribuídos, sinalizados sempre que necessário e instalados em locais bem visíveis, colocados em suporte próprio de modo a que o seu manípulo fique a uma altura não superior a 1,2 m do pavimento e localizados preferencialmente:
 - Nas comunicações horizontais;
 - No interior dos grandes espaços e junto às suas saídas.
- Devem ser dotados de extintores todos os locais de risco C e F.
- Os extintores devem ser utilizados apenas para os fins a que foram destinados, estando proibida qualquer utilização para outros fins.
- Deve ser mantido registo de todas as ações de manutenção, verificação de carregamento e inspeção das quais sejam alvo os extintores.
- Todos os extintores devem apresentar integridade dos seus componentes, apresentando o rótulo de indicação claramente visível e legível, mangueira e difusor em bom estado, manómetro indicador de pressão em bom estado e cavilha de segurança não violada.
- Os extintores devem encontrar-se em bom estado de limpeza, livres de resíduos, poeiras, gorduras e outros contaminantes.
- Todos os extintores devem estar numerados e corresponder, na sua numeração, ao local onde são instalados.
- É expressamente proibido cobrir extintores, pendurar roupa em cima deles, ocultar a sua localização, montar andaimes que inviabilizem a sua visualização.
- O acesso a todos os extintores deve ser livre e desimpedido. É proibido o armazenamento de material junto a extintores.

4.2. BOCAS DE INCÊNDIO

O edifício do Learning Center está dotado de uma rede de incêndios armada dotada de carretéis de 25 mm em todos os pisos.

As bocas de incêndio devem ser dispostas nos seguintes termos:

- O comprimento das mangueiras utilizadas permita atingir, no mínimo, por uma agulheta, uma distância não superior a 5 m de todos os pontos do espaço a proteger;

LC IO 04 - Meios de Primeira Intervenção

- A distância entre as bocas não seja superior ao dobro do comprimento das mangueiras utilizadas;
- Exista uma boca de incêndio nos caminhos horizontais de evacuação junto à saída para os caminhos verticais, a uma distância inferior a 3 m do respetivo vão de transição;
- Exista uma boca de incêndio junto à saída de locais que possam receber mais de 200 pessoas.

Não é permitida nenhuma alteração ao disposto nos pontos anteriores sem a devida autorização expressa do Delegado de Segurança. Dever-se-á ter em atenção que o raio das mangueiras, e a interação entre os raios das mangueiras nas proximidades.

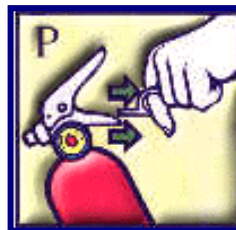
4.3. MATERIAL DE CONTENÇÃO DE DERRAMES

Os absorventes para contenção e limpeza de derrames devem ser mantidos nos seus locais, devidamente acondicionados e sinalizados e o seu acesso deve ser mantido livre e desobstruído. Quando forem utilizados devem ser substituídos e os resíduos resultantes da sua utilização devem ser encaminhados para tratamento adequado, de acordo com a legislação em vigor.

5. MEIOS DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO - REGRAS BÁSICAS DE OPERAÇÃO

REGRAS BÁSICAS DE OPERAÇÃO DE EXTINTORES

- Retirar a cavilha de segurança;



- Dirigir o jacto para a base das chamas, varrendo lentamente para se alcançar toda a superfície incendiada;



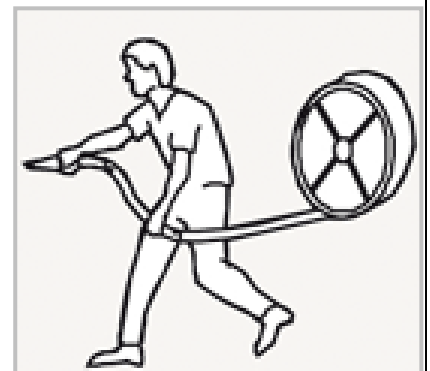
LC IO 04 - Meios de Primeira Intervenção

- A aproximação ao foco de incêndio deve ser progressiva;
- No caso de o incêndio ser num combustível líquido, evitar incidir uma pressão muito forte na superfície do líquido inflamado, para que não se contribua para o alastrar da área afetada;
- Não avançar senão quando se estiver seguro de que o incêndio não o envolverá pelas costas;
- Não permanecer muito tempo exposto aos fumos e aos gases;
- Prever a possibilidade de reignição;
- Enviar o extintor descarregado ao serviço competente, que providenciará a respetiva recarga.



REGRAS BÁSICAS DE OPERAÇÃO DE CARRETÉIS

- Abra a válvula de água;
- Desenrole a mangueira;
- Dirija o jato para a base das chamas.



Atenção! Nunca utilizar em equipamentos elétricos em tensão!

LC IO 04 - Meios de Primeira Intervenção

6. PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

Nas situações de avaria dos meios de primeira intervenção, ou se a manutenção dos extintores for realizada fora das instalações, deve-se garantir, sempre que possível, a substituição dos mesmos por extintores compatíveis e em quantidade suficiente, enquanto estas situações não estiverem solucionadas/concluídas, de forma a assegurar que não ficam áreas desprotegidas.

7. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o "Registo de Ocorrência", que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

8. INSPEÇÕES E TESTE

Os meios de primeira intervenção devem ser objeto de inspeções, manutenção e ensaios periódicos de acordo com os requisitos dos respetivos fornecedores devendo as diversas operações constar do programa de manutenção.

A manutenção de equipamentos e sistemas instalados é efetuada com recurso a empresas especializadas, que se encontram registadas na ANEPC, com base em contratos de prestação de serviços, ou através do responsável pela Manutenção, procedendo-se ao registo das intervenções relevantes efetuadas, quer sob o ponto de vista da manutenção preventiva quer sob o ponto de vista da manutenção corretiva.

9. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Portaria n.º 773/2009, de 21 de julho;
- Norma Portuguesa NP 4413 - Manutenção de Extintores;
- Registo de Ocorrência.

LC IO 05 – Sistemas Automáticos de Detecção

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central

(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)

Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro 2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

A presente instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver, para garantir a operacionalidade dos sistemas automáticos de deteção de incêndio e de gases existentes no edifício no edifício do Learning Center da The Navigator Company em Setúbal-Mitrena.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

SADI: Sistema Automático de Detecção de Incêndios

4. DESCRIÇÃO

O sistema automático de deteção de incêndios, existente no edifício do Learning Center, está ligado à respetiva central que se encontra no piso 0 na entrada do edifício, na Portaria/Acolhimento.

Esta área do Acolhimento durante os períodos de funcionamento do edifício é um local permanentemente ocupado por pessoal devidamente habilitado a operar estes sistemas e a desencadear as ações necessárias de forma uniforme e adequada.

As instruções relativas à central do SADI estão disponíveis em anexo.

5. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o "Registo de Ocorrência", que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

LC IO 05 – Sistemas Automáticos de Detecção

6. INSPEÇÕES E TESTE

A verificação do cumprimento desta instrução é da responsabilidade do DS que delega nos elementos da Equipa de Segurança por si designados e no responsável pela Manutenção as ações de vigilância no terreno.

Os sistemas de deteção devem ser objeto de inspeções, manutenção e ensaios periódicos de acordo com os requisitos dos respetivos fornecedores devendo as diversas operações constar do programa de manutenção.

As ações de manutenção de qualquer tipo bem como todas as avarias e falsos alarmes deverão ser registadas nos Registos de Segurança.

A manutenção de equipamentos e sistemas instalados é efetuada com recurso a empresas especializadas, com base em contratos de prestação de serviços, ou através do responsável pela Manutenção, procedendo-se ao registo das intervenções relevantes efetuadas, quer sob o ponto de vista da manutenção preventiva quer sob o ponto de vista da manutenção corretiva.

7. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Nota Técnica n.º 12 - Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio da Autoridade Nacional de Proteção Civil, de 1 de dezembro de 2011;
- Registo de Ocorrência.

LC IO 06 – Sistemas Automáticos de Extinção de Incêndios

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central
(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)
Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro 2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

A presente instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver, para garantir a operacionalidade dos sistemas automáticos de extinção de incêndio existentes no edifício do Learning Center da **The Navigator Company** em Setúbal-Mitrena.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

SADEI: Sistema Automático de Detecção e Extinção de Incêndios

4. DESCRIÇÃO

No edifício do Learning Center existe um sistema por agente gasoso no piso -1 (cave) no espaço designado por **Arquivo** que tem uma repetidora instalada na entrada do edifício, na Portaria/Acolhimento.

Esta área do Acolhimento durante os períodos de funcionamento do edifício é um local permanentemente ocupado por pessoal devidamente habilitado a operar estes sistemas e a desencadear as ações necessárias de forma uniforme e adequada.

As instruções relativas à central do SADEI estão disponíveis em anexo.

5. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o "Registo de Ocorrência", que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

LC IO 06 – Sistemas Automáticos de Extinção de Incêndios

6. INSPEÇÕES E TESTE

A verificação do cumprimento desta instrução é da responsabilidade do DS que delega nos elementos da Equipa de Segurança por si designados e no responsável pela Manutenção as ações de vigilância no terreno.

A manutenção de equipamentos e sistemas instalados é efetuada com recurso a empresas especializadas, com base em contratos de prestação de serviços, ou através do responsável pela Manutenção, procedendo-se ao registo das intervenções relevantes efetuadas, quer sob o ponto de vista da manutenção preventiva quer sob o ponto de vista da manutenção corretiva.

7. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Nota Técnica n.º 16 - Sistemas Automáticos de Extinção por Água da Autoridade Nacional de Proteção Civil, de 1 de dezembro de 2011;
- Nota Técnica n.º 17 - Sistemas Automáticos de Extinção por Agentes Gasosos da Autoridade Nacional de Proteção Civil, de 1 de dezembro de 2011;
- Registo de Ocorrência.

LC IO 07 - Sinalização de Segurança

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central
(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)
Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro 2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

Esta instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver de forma a garantir a operacionalidade e conservação da sinalização de segurança existente.

Esta instrução aplica-se ao edifício do Learning Center da **The Navigator Company** em Setúbal-Mitrena.

A Sinalização de Segurança a que diz respeito o presente documento compreende:

- Sinais de **proibição**: formato circular, cor de segurança vermelha;
- Sinais de **obrigação**: formato circular, cor de segurança azul;
- Sinais de **perigo**: formato triangular, cor de segurança amarela;
- Sinais de **equipamentos de combate a incêndio**: formato retangular (ou quadrado), cor de segurança vermelha;
- Sinais de **emergência** (vias de evacuação, saídas, etc.): formato retangular (ou quadrado), cor de segurança verde;
- Sinais de **informações várias** (pisos, locais, etc.): formato retangular (ou quadrado), cor de segurança azul.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

4. DESCRIÇÃO

- As placas de sinalização devem possuir as seguintes características:
 - Cumprirem os requisitos definidos na regulamentação e normalização aplicável, nomeadamente a indicada nas referências da presente instrução;

LC IO 07 - Sinalização de Segurança

- Ser construídas em material rígido com uma espessura mínima de 2 mm, ser fotoluminescente para identificação de equipamentos de combate a incêndio e emergência;
- Possuir propriedades luminescentes que garantam a luminância e o tempo de atenuação após se extinguir a fonte luminosa incidente, onde aplicável;
- Não é permitida qualquer alteração às características homologadas para as placas de sinalização;
- É expressamente proibido replicar placas de sinalização em papel, em fotocópias ou impressão regular.
- As placas de sinalização devem ser visíveis a partir de qualquer ponto onde a informação que contém deva ser conhecida, sendo possíveis os seguintes tipos de aplicação ou montagem:
 - Paralela à parede, com informação numa só face;
 - Perpendicular à parede, fixada nesta ou suspensa do teto, com informação nas duas faces;
 - A 45º com a parede, com informação nas duas faces externas (panorâmica).
- As placas de sinalização devem indicar:
 - **Caminhos de evacuação**, na perpendicular do sentido de fuga e nos locais de mudança de direção, de maneira inconfundível, a distâncias de 6 e 30 m;
 - **O n.º do piso ou a saída**, consoante o caso, nas portas ou acima das vergas pelo interior das vias verticais de evacuação;
 - **Meios de 1ª e 2ª intervenção** (extintores, BI, BIA), na perpendicular ao eixo de visão, sempre que necessário, por não estarem bem visíveis e identificados;
 - **Meios de alarme e alerta** (botões de alarme, telefones de alerta, etc.), sempre que necessário, por não estarem bem visíveis e identificados;
 - **Meios passivos e ativos**, de comando ou operação manual a serem utilizados não só pelos técnicos do edifício, como pelos serviços de segurança internos e pelas forças de socorro externas, sempre que necessário, por não estarem bem visíveis e identificados;
- Toda a sinalização utilizada para fins diferentes dos expostos acima deverá ser claramente distinta em forma, cores e formato não se podendo confundir com a sinalização original.
- As placas de sinalização não devem ser colocadas sobre os aparelhos de iluminação, mas próximas dos mesmos (inferior a 2 m).

LC IO 07 - Sinalização de Segurança

- Excetuam-se, relativamente ao determinado no número anterior, a sinalização colocada diretamente sobre os difusores de uma ou de duas faces:
 - Em vias de evacuação;
 - Em locais da 1.^a categoria de risco, desde que a colagem dos pictogramas sobre os equipamentos não prejudique os níveis de iluminação mínimos a garantir nem as dimensões mínimas legais das placas face às distâncias de visibilidade.
- As placas de sinalização podem ser complementadas com fitas ou perfis fotoluminescentes para a indicação de percursos, delimitação de portas ou equipamentos, etc.
- Não deverá ser obstruída qualquer sinalização de segurança nem dificultada a sua visibilidade em todo o campo de visibilidade local.
- A montagem de andaimes ou revestimentos de cobertura provisória deverá obrigar à exposição de sinalização de segurança adicional, acrescentada de informação de segurança adicional, consonante com a natureza dos trabalhos.
- Localização das placas
 - A sinalização dentro dos locais de permanência deve ser claramente distinguível de qualquer ponto desse local cuja linha de observação relativamente à placa faça um ângulo superior a 45º com a parede onde se localiza o objeto, elemento ou equipamento sinalizado.
 - Toda a sinalização referente às indicações de evacuação e localização de meios de intervenção, alarme e alerta, quando colocada nas vias de evacuação, deve estar na perpendicular ao sentido das fugas possíveis nessas vias.
 - Nos locais de mudança de direção das vias referidas deve ser colocada sinalização adequada ao sentido da fuga a tomar, de forma inequívoca.
 - Sem prejuízo de disposições anteriores, a distância de colocação das placas nas vias de evacuação e nos locais de permanência deve variar entre 6 e 30 m. Para cumprir com este requisito, as placas devem ter áreas (A) não inferiores às determinadas em função da distância (d) a que devem ser vistas, de acordo com a expressão abaixo;

$$A \geq \frac{d^2}{2000}$$

- Sem prejuízo do referido no número anterior, nos locais de permanência e nas vias horizontais de evacuação acessíveis a público deve ser visível uma placa indicadora de saída ou de sentido de evacuação, pelo menos, a partir de qualquer ponto suscetível de ocupação.

LC IO 07 - Sinalização de Segurança

- Nas vias verticais de evacuação devem ser montadas placas, pelo menos, no patamar de acesso, indicando o número do andar ou a saída, se for o caso, e no patamar intermédio, indicando o sentido da evacuação.

5. COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o “Registo de Ocorrência”, que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

6. INSPEÇÕES E TESTE

A verificação do cumprimento desta instrução é da responsabilidade do DS que delega nos elementos da Equipa de Segurança por si designados e no responsável pela Manutenção as ações de vigilância no terreno.

Os sinais de segurança são sujeitos a um programa de manutenção preventiva.

- Sintomas e Indicadores de Avaria
 - Sinalética degradada ou inexistente;
 - Sinalética desajustada com a organização do espaço ou com os meios a sinalizar;
 - Outra avaria ou anomalia relacionada com a sinalização (ex.: formato, tipo e etc.).

Periodicamente deverá proceder-se à limpeza dos sinais, eliminando a sujidade, preferencialmente a seco, de maneira a que não se riskem as superfícies. Para esse efeito não devem ser utilizados produtos/materiais abrasivos.

Sempre que os elementos de sinalização sejam revistos, deverão ser reparados os defeitos encontrados e, em caso de necessidade, repostas todas as peças necessárias. Todos os elementos serão das mesmas características que os substituídos ou de acordo com a legislação.

Os registos resultantes devem ser adequadamente mantidos e estar disponíveis para consulta quando solicitado.

LC IO 07 - Sinalização de Segurança

7. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Decreto-lei n.º 141/95, de 14 de junho, que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho;
- Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro, que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho;
- Portaria n.º 178/2015, de 15 de junho, que procede à primeira alteração à Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro;
- Norma Portuguesa NP 3992 - Sinais de Segurança;
- Nota Técnica n.º 11 - Sinalização de Segurança da Autoridade Nacional de Proteção Civil, de 1 de dezembro de 2011;
- Registo de Ocorrência.

LC IO 08 - Iluminação de Emergência

Elaboração: DTC - Direção Técnica Central
(Paulo Jorge Rodrigues Pereira)
Aprovação:

1. HISTÓRICO DE REVISÕES

Setembro 2019 01 Documento novo

2. OBJETIVO E ÂMBITO

Esta instrução tem como objetivo descrever as ações a desenvolver de forma a garantir a operacionalidade da iluminação de emergência existente.

Esta instrução aplica-se ao edifício do Learning Center da **The Navigator Company** em Setúbal-Mitrena.

3. DEFINIÇÕES E ABREVIATURAS

DS: Delegado de Segurança

4. DESCRIÇÃO

A iluminação de emergência consiste em dispositivos de iluminação, armaduras ou blocos autónomos, que têm como principais objetivos garantir condições de visão e orientação adequadas, de modo a permitir que as pessoas se dirijam em segurança para os caminhos de evacuação, facilitando a visibilidade no encaminhamento até uma zona de segurança, assim como, possibilitar a execução das manobras respeitantes à segurança e à intervenção dos meios de socorro.

A iluminação de emergência compreende a:

- Iluminação de ambiente, destinada a iluminar os locais de permanência habitual de pessoas, evitando situações de pânico;
- Iluminação de balizagem ou circulação, com o objetivo de facilitar a visibilidade no encaminhamento seguro das pessoas até uma zona de segurança e, ainda, possibilitar a execução das manobras respeitantes à segurança e à intervenção dos meios de socorro.

4.1. TIPOS DE BLOCOS AUTÓNOMOS


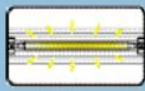
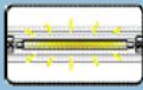
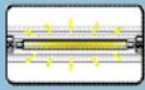
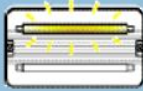
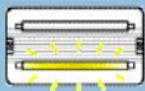
Os Blocos Autónomos são constituídos por lâmpada(s) e por uma fonte de energia autónoma, geralmente acumuladores recarregáveis, que garantem o seu funcionamento em caso de falha da rede pública de alimentação de energia.

LC IO 08 - Iluminação de Emergência

Quanto ao tipo de funcionamento, os Blocos Autónomos podem ser dos seguintes tipos:

- Permanentes ou de Luz Mantida: quando estão permanentemente ligados, independentemente de a rede pública de alimentação de energia estar ou não em falha;
- Não Permanentes: quando apenas ligam em caso de falha da rede pública de alimentação de energia.

Nota: a seleção do tipo de blocos autónomos a instalar deve ser efetuada de acordo com as disposições da legislação nacional aplicável:

	Rede existente ON	Em emergência OFF
Blocos autónomos não permanentes Um sistema onde as lâmpadas de emergência apenas funcionam quando a rede falha.		
Blocos autónomos permanentes Um sistema em que as lâmpadas de emergência estão em funcionamento permanente. A mesma lâmpada é utilizada em funcionamento normal e em emergência. Permite utilização de telecomando para colocação em repouso, quando os edifícios estiverem sem ocupação durante longos períodos.		
Blocos autónomos combinados Um bloco com duas lâmpadas, uma das quais é alimentada pela rede de alimentação da iluminação normal e a outra é alimentada pela bateria de acumuladores para funcionamento de emergência.		

4.2. CARACTERÍSTICAS

- Nas instalações de iluminação de ambiente e de balizagem ou circulação, as lâmpadas de descarga, quando existam, devem possuir tempos de arranque não superiores a:
 - Cinco segundos para atingir 50% da intensidade de iluminação,
 - Sessenta segundos para atingir 100 % da intensidade de iluminação.
- A autonomia de funcionamento da iluminação de ambiente e de balizagem ou circulação deve ser a adequada ao tempo de evacuação dos espaços que serve, com um mínimo de 15 minutos, sendo aconselhável uma autonomia mínima de 1 hora.
- A iluminação de ambiente deve garantir níveis de iluminância tão uniformes quanto possível, com um valor mínimo de 1 lux, medido no pavimento.
- Na iluminação de balizagem ou de circulação, os blocos autónomos devem ser instalados a menos de 2m em projeção horizontal da interseção de corredores, de mudanças de direção de vias de comunicação, de patamares de acesso e intermédios de vias verticais, de câmaras corta-fogo, de botões de alarme, de comandos de equipamentos de segurança, de meios de primeira intervenção e de saídas.

LC IO 08 - Iluminação de Emergência

5. COMUNICAÇÃO DE Ocorrências

Caso seja detetada alguma situação de incumprimento desta instrução, deve-se informar o Delegado de Segurança e preencher o “Registo de Ocorrência”, que integra as Medidas de Autoproteção.

O DS deve ser de imediato informado da ocorrência, para que sejam adotadas as medidas apropriadas.

6. INSPEÇÕES E TESTE

De modo a garantir a fiabilidade dos blocos autónomos, estes devem ser sujeitos a inspeções periódicas e a ações de manutenção preventiva regulares. Deve ser tido em atenção o tempo de vida útil das baterias.

A verificação do cumprimento desta instrução é da responsabilidade do DS que delega nos elementos da Equipa de Segurança por si designados e no responsável pela Manutenção as ações de vigilância no terreno.

Os equipamentos são sujeitos a um programa de manutenção preventiva, implementado pela área de manutenção.

- Sintomas e Indicadores de Avaria
 - Equipamento degradado ou desajustado no espaço;
 - Obstruído por objetos que reduzem a capacidade de iluminação, tais como aposição de etiquetas de sinalização;
 - Verificação do tempo de vida útil das baterias;
 - Outra avaria ou anomalia (ex.: mau funcionamento, formato, tipo e etc.).

Periodicamente são realizados testes funcionais e efetuada a limpeza dos equipamentos de iluminação de emergência, preferencialmente a seco, utilizando panos ou esponjas que não riscuem a superfície.

Sempre que se detetem anomalias ou avarias, é providenciada a sua reparação e, em caso de substituição de algum elemento, este deverá apresentar as mesmas características que o substituído ou estar em conformidade com a legislação.

Os registos resultantes devem ser adequadamente mantidos e estar disponíveis para consulta quando solicitado.

7. DOCUMENTOS ASSOCIADOS

- Decreto-lei n.º 224/2015, 9 de outubro;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro;
- Ficha Técnica 42 - Blocos Autónomos de Iluminação de Segurança (APSEI);
- Registo de Ocorrência.

APÊNDICE F

APÊNDICE F – PROCEDIMENTOS/INSTRUÇÕES DE ATUAÇÃO EM EMERGÊNCIA

F1 – Instruções Gerais de Segurança

Encontram-se neste anexo as instruções destinadas à totalidade dos colaboradores do edifício do Learning Center, com o objetivo de orientar e condicionar os seus comportamentos perante uma emergência:

- Todos os colaboradores internos
- Prestadores de serviços
- Visitantes

TODOS OS COLABORADORES INTERNOS DO EDIFÍCIO	
DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	<p>A comunicação de uma emergência é dada por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinal sonoro • Informação verbal (à voz ou por telefone) • Sistemas Automáticos de Detecção • Informáticos (descrição da situação nos computadores em rede)
FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES	<ul style="list-style-type: none"> • Todo o pessoal tem o dever de contribuir para a deteção de uma emergência, contribuindo para a rapidez das ações de 1ª intervenção
FUNÇÃO EM EMERGÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir as instruções que forem transmitidas pela estrutura de segurança para a emergência (criada, formada e treinada para atuar em emergência no edifício) • Caso pertença à Equipa de Emergência deve dirigir-se ao local de reunião ou ao local do sinistro de acordo com as instruções do Delegado de Segurança
ATUAÇÃO EM CASO DE ALARME	
<ul style="list-style-type: none"> • Pare o seu trabalho • Se integra a organização para a emergência efetue as ações da sua responsabilidade • Se não integrar a organização para a emergência siga as instruções dos elementos da Equipa de Emergência 	
ATUAÇÃO EM CASO DE INCÊNDIO	
<p>Se sentir cheiro a queimado ou qualquer outro sinal que lhe faça suspeitar da existência de um incêndio, mas não haja fumo nem chamas visíveis, acione o botão manual de alarme mais próximo e contacte pelo meio mais rápido o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício</p> <p><u>Se descobrir um incêndio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acione o botão manual de alarme mais próximo ou comunique o facto pelo meio mais rápido • Ataque o incêndio com os extintores existentes no local ou os sistemas fixos disponíveis, mas não corra riscos, recorrendo aos colegas, se necessário • Se não tiver conhecimentos ou se o incêndio for de grandes proporções, alerte imediatamente o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício • Baixe-se para não respirar o fumo 	
ATUAÇÃO EM CASO DE AMEAÇA DE BOMBA	
<p><u>Se receber uma chamada telefónica de ameaça de bomba</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Tente passar a chamada para o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício • Se não conseguir, deve manter-se calmo e responder ao interlocutor com a habitual cortesia que utiliza normalmente nas chamadas telefónicas • Ouvir com muita atenção e não interromper o interlocutor • Tentar identificar a voz, se é homem ou mulher, qual a idade (velho ou novo), qual o estado de espírito (excitado, calmo, com raiva), etc. • Pedir frequentemente para o interlocutor repetir, alegando que não está a ouvir bem • Manter o interlocutor a falar durante o máximo de tempo possível • Tentar identificar ruídos de fundo, máquinas, música, comboios a passar, ruído de bar, etc. • Logo que desligar o telefone contacte de imediato o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício, fornecendo toda a informação de que dispõe 	
ATUAÇÃO EM CASO DE PACOTE SUSPEITO	
<p>No caso de descoberta de pacote suspeito, devem ser adotados os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suspeitar de imediato de qualquer envelope ou embrulho com: <ul style="list-style-type: none"> ○ Formato estranho ○ Com tamanho e forma não habituais ○ Com som no interior ○ De destinatário desconhecido ou inexistente ○ Com manchas de gordura, ou vazamento de líquido ○ Odor a amêndoa amarga ou enxofre (explosivos) ○ Peso distribuído irregularmente 	

TODOS OS COLABORADORES INTERNOS DO EDIFÍCIO	
<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforços nas quinas do pacote ○ Pedacos de arame, metal ou papel metalizado salientes ○ Excesso de fita-cola ou fios à volta ○ Pacote entregue em mão, sem aviso prévio do seu envio, e cujo conteúdo não seja especificado • Caso tenha detetado um pacote suspeito: <ul style="list-style-type: none"> ○ Comunicar de imediato a sua localização ao Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício ○ Não abrir, pressionar, cortar ou golpear o pacote ○ Afastar as pessoas do embrulho e isolar a área ○ Evacuar o local não permitindo a aproximação de outras pessoas • Aguarde em local seguro a chegada dos elementos da Equipa de Emergência, informe da ocorrência e siga as suas instruções. 	
ATUAÇÃO EM CASO DE SISMO	
<p><u>Se ocorrer um sismo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mantenha a calma • Não corra, não grite • Afaste-se de janelas, estantes, armários e outros objetos pesados que possam cair • Coloque-se debaixo de uma mesa que o proteja de destroços e objetos em queda. Se estiver longe de uma mesa, encoste-se a um pilar, ou parede interior, e proteja a cabeça com as mãos • Dirija-se para o ponto de encontro após o sismo • Se alguém for vítima de um acidente contacte de imediato o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança • Siga as instruções do Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício 	
ATUAÇÃO EM CASO DE ACIDENTE PESSOAL	
<p>Caso não tenha conhecimentos técnicos adequados para prestar os primeiros socorros, mantenha-se no local, comunique o facto pelo meio mais rápido ao Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício e aguarde a chegada de um Socorrista.</p> <p>Siga as suas instruções que lhe forem transmitidas.</p>	
ATUAÇÃO EM CASO DE EVACUAÇÃO	
<p><u>Ao ser dada a ordem de evacuação do edifício</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pare o seu trabalho • Se não tiver ações a desempenhar na Equipa de Emergência deverá dirigir-se ao ponto de encontro • Siga as instruções dos elementos da Equipa de Emergência • Abandone o local de trabalho/edifício pelo caminho de evacuação estabelecido • Não volte atrás para recolher documentos ou objetos pessoais • Se possível deixe os caminhos desobstruídos para facilitar o acesso das equipas de socorro • Caso se encontre acompanhado de um ou mais visitantes deverá acompanhá-los de imediato ao ponto de encontro • No ponto de encontro indicar ao elemento da Equipa de Emergência a sua presença • Não abandone o ponto de encontro sem ter indicação nesse sentido 	
RECOMENDAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Não entre em pânico • Mantenha a calma • Não grite, nem corra • Cumpra com os procedimentos estabelecidos nas Instruções de Segurança
OBSERVAÇÕES	<p>Em caso de evacuação do edifício, ficarão mobilizados para a receção aos socorros externos os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vigilante da Portaria/Acolhimento • Delegado de Segurança e Diretor do Plano

PRESTADORES DE SERVIÇOS	
DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	<p>A comunicação de uma emergência é dada por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinal sonoro • Informação verbal (à voz ou por telefone)
ATUAÇÃO EM CASO DE ALARME	
<ul style="list-style-type: none"> • Pare o seu trabalho • Desligue todas as fontes de ignição • Dirija-se ao ponto de encontro • Siga as instruções dos elementos da Equipa de Emergência 	
ATUAÇÃO EM CASO DE EMERGÊNCIA	
<p>Se sentir cheiro a queimado ou qualquer outro sinal que lhe faça suspeitar da existência de um incêndio, mas não haja fumo nem chamas visíveis, acione um botão manual de alarme mais próximo ou contacte pelo meio mais rápido o seu encarregado, o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício.</p> <p><u>Se descobrir um incêndio</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acione o botão manual de alarme mais próximo ou comunique o facto pelo meio mais rápido • Se tiver conhecimentos e o incêndio for de pequenas proporções ataque o incêndio com os extintores existentes no local • Se não tiver conhecimentos ou se o incêndio for de grandes proporções comunique o facto pelo meio mais rápido, aguarde em segurança e siga as instruções recebidas 	
ATUAÇÃO EM CASO DE SISMO	
<p><u>Se ocorrer um sismo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mantenha a calma • Não corra, não grite • Afaste-se de janelas, estantes, armários e outros objetos pesados que possam cair • Coloque-se debaixo de uma mesa que o proteja de destroços e objetos em queda. Se estiver longe de uma mesa, encoste-se a um pilar, ou parede interior, e proteja a cabeça com as mãos • Dirija-se para o ponto de encontro após o sismo • Se alguém for vítima de um acidente contacte de imediato o seu encarregado, o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança do edifício • Siga as instruções recebidas das Equipa de Emergência 	
ATUAÇÃO EM CASO DE EVACUAÇÃO	
<p><u>Ao ser dada a ordem de evacuação do edifício</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pare o seu trabalho • Não entre em pânico • Desligue os equipamentos a seu cargo • Afaste o material ligeiro ou de fácil movimentação, que estiverem a utilizar por forma a não ficarem a obstruir zonas de passagem de pessoas • Siga as instruções dos elementos das Equipa de Emergência • Na ausência de instruções, deve dirigir-se para o ponto de encontro, seguindo os caminhos de evacuação definidos nas plantas de emergência • No ponto de encontro indicar ao elemento da Equipa de Emergência a sua presença • Não abandone o ponto de encontro sem ter indicação nesse sentido 	
RECOMENDAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Não entre em pânico • Mantenha a calma • Não grite, nem corra • Cumpra com as instruções recebidas das Equipa de Emergência

VISITANTES	
DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO	<p>A comunicação de uma emergência é dada por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinal sonoro • Informação verbal (à voz ou por telefone)
É EXPRESSAMENTE PROIBIDO	<ul style="list-style-type: none"> • Fumar fora dos locais previstos para o efeito • Foguear • Usar máquinas fotográficas
ATUAÇÃO EM CASO DE EVACUAÇÃO	
<p><u>Ao ser dada a informação de evacuação do edifício</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhe na evacuação o colaborador da The Navigator Company que veio visitar • Na ausência de instruções, deve dirigir-se para o ponto de encontro, seguindo os caminhos de evacuação definidos nas plantas de emergência • No ponto de encontro indicar ao elemento da Equipa de Emergência a sua presença • Não abandone o ponto de encontro sem ter indicação nesse sentido 	
RECOMENDAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Não entre em pânico • Mantenha a calma • Não grite, nem corra • Cumpra com as instruções recebidas das Equipa de Emergência

F2 – Instruções Particulares de Segurança

Apresentam-se neste anexo as instruções particulares de segurança que incluem medidas especiais de prevenção e de atuação em caso de emergência aplicáveis aos locais que apresentam riscos específicos, devendo ser afixadas junto aos locais por elas abrangidos.

São objeto de instruções particulares de segurança, os seguintes locais:

- Uninterruptible Power Supply (UPS)
- Quadros elétricos
- Portaria/Acolhimento
- Arquivo
- Cozinha

UNINTERRUPTIBLE POWER SUPPLY (UPS)

PREVENÇÃO

- Mantenha as instalações em perfeito estado de limpeza e arrumação;
- Mantenha desobstruídos os acessos e as saídas de emergência do compartimento;
- Verifique regularmente o funcionamento das UPS, dos equipamentos associados e o estado das instalações e comunique de imediato qualquer anomalia ao Vigilante da Portaria ou ao Delegado de Segurança;
- Assegure-se que as reparações são efetuadas por pessoal habilitado e após a necessária avaliação de riscos;
- Não utilize este espaço para armazenamento de materiais combustíveis ou inflamáveis ou não essenciais ao funcionamento do compartimento;
- Não permita a utilização de instalações elétricas provisórias ou utilização de aparelhos em arraial a não ser que estritamente necessários e depois de avaliados os riscos da sua utilização;
- Informe o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança se detetar qualquer deficiência nos equipamentos e sistemas de proteção contra incêndios (Central de Detecção, extintores, carretéis de incêndio, botões manuais de alarme, etc.);
- Assegure-se, ao fim do dia de trabalho, de que o local está seguro.

EM CASO DE INCÊNDIO

- Acione o botão manual de alarme mais próximo e informe de imediato o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança, fornecendo toda a informação de que dispõe;
- Tente extinguir o incêndio, com os extintores colocados na zona, SEM CORRER RISCOS.

NUNCA utilize extintores de água ou outros agentes extintores à base de água em incêndios elétricos

- Se não conseguir dominar o incêndio abandone o local, feche a porta e aguarde até à chegada de elementos da Equipa de Emergência;
- Se possível cortar a corrente elétrica no quadro de alimentação principal.

QUADROS ELÉTRICOS

PREVENÇÃO

- Mantenha desobstruídos os acessos aos quadros elétricos;
- Não utilize este espaço para armazenamento de materiais;
- Comunique de imediato qualquer anomalia detetada em quadros elétricos ao Vigilante da Portaria ou ao Delegado de Segurança;
- Informe o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança se detetar qualquer deficiência nos equipamentos e sistemas de proteção contra incêndios (Central de Detecção, extintores, carretéis de incêndio, botões manuais de alarme, etc.).

EM CASO DE INCÊNDIO

- Acione o botão manual de alarme mais próximo e informe de imediato o Vigilante da Portaria ou o Delegado de Segurança, fornecendo toda a informação de que dispõe;
- Tente extinguir o incêndio, com os extintores colocados na zona, SEM CORRER RISCOS.

NUNCA utilize extintores de água ou outros agentes extintores à base de água em incêndios elétricos

- Se não conseguir dominar o incêndio abandone o local e aguarde até à chegada de elementos da Equipa de Emergência;
- Se possível cortar a corrente elétrica no quadro do piso.

PORTARIA/ACOLHIMENTO

PREVENÇÃO

- Mantenha as instalações em perfeito estado de limpeza e arrumação;
- Mantenha desobstruído o acesso ao edifício e as saídas de emergência;
- Não permita a presença de materiais não essenciais;
- Verifique regularmente o funcionamento dos equipamentos existentes e comunique de imediato qualquer anomalia ao Delegado de Segurança;
- Informe de imediato o Delegado de Segurança de qualquer deficiência detetada nos equipamentos e sistemas de proteção contra incêndios (Central de Detecção, extintores, carretéis de incêndio, botões manuais de alarme, etc.);
- Assegure-se, ao entregar o turno ou no fim do dia de trabalho, de que o local está seguro e que todas as anomalias foram reportadas.

EM CASO DE INCÊNDIO

- Acione o botão manual de alarme mais próximo e informe de imediato o Delegado de Segurança, fornecendo toda a informação de que dispõe;
- Tente extinguir o incêndio, com os extintores colocados na zona, SEM CORRER RISCOS.

NUNCA utilize extintores de água ou outros agentes extintores à base de água em incêndios elétricos

- Se não conseguir dominar o incêndio abandone o local e aguarde até à chegada dos socorros externos;
- Informe o Delegado de Segurança e os pisos superiores que a evacuação será efetuada pelos caminhos alternativos de emergência;
- Se possível cortar a corrente elétrica no quadro do piso.

ARQUIVO

PREVENÇÃO

- Manter as instalações em perfeito estado de limpeza e arrumação;
- Manter desobstruído o acesso ao compartimento e as saídas;
- Não permita a presença de materiais não essenciais;
- Relatar rapidamente qualquer anomalia nos equipamentos e instalação elétrica;
- Verificar o estado e a estabilidade das cargas;
- Manter um bom arejamento e ventilação do local;
- Não permitir a utilização de instalações elétricas provisórias ou utilização de aparelhos a não ser que estritamente necessários e depois de avaliada a sua utilização;
- Informe de imediato o Delegado de Segurança de qualquer deficiência detetada nos equipamentos e sistemas de proteção contra incêndios (Central de Detecção, extintores, carretéis de incêndio, botões manuais de alarme, etc.);
- Assegurar-se, ao fim do dia de trabalho, de que o local está seguro e desligue a iluminação.

EM CASO DE INCÊNDIO

- Acione o botão manual de alarme mais próximo e informe de imediato o Delegado de Segurança, fornecendo toda a informação de que dispõe;
- Tente extinguir o incêndio, com os extintores colocados na zona, SEM CORRER RISCOS.

NUNCA utilize extintores de água ou outros agentes extintores à base de água em incêndios elétricos

- Se não conseguir dominar o incêndio abandone o local e aguarde até à chegada dos socorros externos;
- Informe o Delegado de Segurança e os pisos superiores que a evacuação será efetuada pelos caminhos alternativos de emergência;

Se possível cortar a corrente elétrica no quadro do piso.

COZINHA/COPA

PREVENÇÃO

- Não fume na cozinha/copa;
- Evite a utilização de vestuário de tecidos facilmente inflamáveis;
- Evite o uso de vestuário com mangas largas e soltas que podem incendiar-se com facilidade ou provocar o derrube de recipientes;
- Não faça nem utilize, instalações elétricas provisórias, sem o conhecimento e autorização do Delegado de Segurança;
- Não permita a acumulação de materiais não essenciais na cozinha;
- Mantenha o local livre de todos os objetos que possam obstruir os caminhos de evacuação;
- Verifique regularmente, o funcionamento dos equipamentos e o estado das instalações, e comunique de imediato qualquer anomalia;
- Respeite as normas de segurança dos equipamentos. Enquanto estiverem ligados, mantenha as portas dos fornos abertas, o menor tempo possível;
- Informe o Delegado de Segurança se detetar qualquer deficiência nos equipamentos e sistemas de proteção contra incêndios.

EM CASO DE INCÊNDIO

- Acione o botão manual de alarme mais próximo e informe de imediato o Delegado de Segurança, fornecendo toda a informação de que dispõe;
- Desligue todos os equipamentos em funcionamento;
- Tente extinguir o incêndio, com os extintores colocados na zona, SEM CORRER RISCOS.

NUNCA utilize extintores de água ou outros agentes extintores à base de água em incêndios elétricos ou em líquidos inflamáveis

- Se não conseguir dominar o incêndio abandone o local e aguarde até à chegada dos socorros externos;
- Informe o Delegado de Segurança e os pisos superiores que a evacuação será efetuada pelos caminhos alternativos de emergência;
- Se possível cortar a corrente elétrica no quadro do piso.

NO FINAL DO DIA DE TRABALHO

- Certifique que todos os equipamentos estão desligados.

F3 – Instruções Especiais de Segurança

Encontram-se neste anexo as instruções destinadas aos elementos da estrutura operacional para a emergência.

- Diretor do Plano (DP)
- Delegado de Segurança (DS)
- Vigilante da Portaria/Acolhimento
- Equipa de Emergência
- Socorristas

DIRETOR DO PLANO (DP)		
RESPONSÁVEL	Diretor XXXX	SUBSTITUTOS (por ordem de substituição):
		1. Delegado de Segurança 2. Vigilante da portaria/Acolhimento
DEVERES ESPECÍFICOS	Para além dos deveres e responsabilidades aplicáveis a todo o pessoal, constituem ainda deveres do DP: <ul style="list-style-type: none">• Dirigir as operações inerentes à gestão da emergência, de acordo com a informação recebida do Delegado de Segurança ou do Vigilante da Portaria/Acolhimento;• Garantir as ligações com os organismos de apoio e com as entidades externas;• Se necessário, reportar a situação ao Departamento da The Navigator Company responsável por assegurar a ligação e comunicação com as entidades externas, e com os órgãos de comunicação social;• Fora do horário normal de funcionamento, manter-se permanentemente contactável.	
LOCAIS DE REUNIÃO/FUNIONAMENTO (por ordem de prioridade)	1. Portaria/Acolhimento 2. A DESIGNAR	
FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES		
É o responsável máximo nas emergências Tem as seguintes responsabilidades: <ul style="list-style-type: none">• Definir prioridades de atuação e decidir sobre a ativação do Plano de Emergência;• Decidir sobre o nível de emergência;• Receber informação do Delegado de Segurança ou do Vigilante da Portaria para análise e acompanhamento do desenvolvimento da emergência;• Após avaliação da situação, declarar o nível de emergência e recomendar as medidas consideradas oportunas e garantir os meios externos solicitados;• Coordenar as ações de ligação ao exterior;• Ordenar a evacuação se tal se mostrar necessário;• Responsável por transmitir informações ao Departamento da The Navigator Company responsável por assegurar a ligação e comunicação com as entidades externas, e com os órgãos de comunicação social;• Declarar o fim da emergência. Após a emergência: <ul style="list-style-type: none">• Coordenar os trabalhos e diligências a efetuar na fase de reabilitação;• Avaliar os danos e providenciar que seja elaborado o relatório do acidente ocorrido.		
COMUNICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Telefones fixos e móveis• Verbalmente	
OBSERVAÇÕES	Os anexos das Medidas de Autoproteção incluem: <ul style="list-style-type: none">• Formulário de registo de ocorrências• Formulário de registo ameaça de bomba	

DELEGADO DE SEGURANÇA (DS)		
RESPONSÁVEL	XX Cargo	SUBSTITUTO:
		1. Vigilante da Portaria/Acolhimento
DEVERES ESPECÍFICOS	Para além dos deveres e responsabilidades aplicáveis a todo o pessoal, constituem ainda deveres dos elementos do DS: <ul style="list-style-type: none">• Identificar e avaliar o tipo de emergência• Zelar pela manutenção de equipamentos de emergência;• Propor ações de formação específicas aos elementos das Equipa de Emergência, de modo a garantir um elevado nível de preparação em emergência;• Promover o treino e formação do pessoal;• Propor melhorias no material de intervenção e nos caminhos e estratégias de evacuação do edifício;• Fora do horário geral de funcionamento do edifício manter-se permanentemente contactável e deslocar-se para as instalações, se necessário.	
LOCAIS DE REUNIÃO/FUNIONAMENTO (por ordem de prioridade)	1. Portaria/Acolhimento 2. A DESIGNAR	
FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES		
Tem as seguintes responsabilidades: <ul style="list-style-type: none">• Avaliar a situação no local da emergência e estimar a sua evolução;• Identificar e avaliar o tipo de emergência• Definir as tarefas e o posicionamento dos elementos da Equipa de Emergência;• Coordenar as ações a desenvolver no local do sinistro, mobilizando os meios internos necessários;• Decidir da necessidade de recurso a meios exteriores e solicitá-los ao DP;• Apoiar os meios externos, disponibilizando a informação necessária;• Informar o DP da evolução dos acontecimentos;• Definir os meios e implementar as ações necessárias para restabelecer as condições normais, após a declaração de fim de emergência;• Providenciar que são registadas todas as ocorrências no decorrer da emergência com a maior pormenorização possível.		
Após a emergência: <ul style="list-style-type: none">• Colaborar na avaliação dos danos e na definição dos meios necessários para restabelecer as condições normais de funcionamento do edifício;• Elaborar o relatório do acidente.		
COMUNICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Telefones fixos e móveis• Verbalmente	
OBSERVAÇÕES	Os anexos das Medidas de Autoproteção incluem: <ul style="list-style-type: none">• Formulário de registo de ocorrências• Formulário de registo ameaça de bomba	

EQUIPA DE EMERGÊNCIA	
RESPONSÁVEL	Delegado de Segurança
COMPOSIÇÃO	Responsável Manutenção e Responsáveis dos pisos (SUGESTÃO)
DEVERES ESPECÍFICOS	<p>Para além dos deveres e responsabilidades aplicáveis a todo o pessoal, constituem ainda deveres dos elementos das Equipas de Emergência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a primeira intervenção com os equipamentos de segurança contra incêndios existentes; • Assegurar que a ordem de evacuação foi entendida por todos os ocupantes e proceder à evacuação das áreas da sua responsabilidade; • Orientar os ocupantes para as vias de evacuação e saídas mais adequadas e para o ponto de encontro; • Colaborar na evacuação do pessoal sinistrado, com dificuldades motoras ou outras incapacidades; • Pedir o apoio aos Socorristas para assistir elementos eventualmente doentes ou feridos em dificuldades durante a evacuação, através do Delegado de Segurança; • Manter o Delegado de Segurança informado do desenvolvimento da situação; • Assegurar que a evacuação foi completa e informar o Delegado de Segurança ou o responsável das Operações de Socorro de algum incidente que se verifique durante a mesma.
LOCAL DE REUNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria/Acolhimento • A DESIGNAR
ZONAS DE ATUAÇÃO	De acordo com instruções do Delegado de Segurança ou nas suas áreas de responsabilidade
FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES	
<p>Tem as seguintes responsabilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao sinal de alarme proceder à evacuação das áreas da sua responsabilidade e dirigir-se para o local de reunião; • Realizar as ações tendentes a combater ou controlar o sinistro; • Solicitar apoio aos Socorristas, se necessário; • Cumprir com as instruções do Delegado de Segurança; • Manter o Delegado de Segurança informado do desenvolvimento da emergência. <p><u>Após a emergência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no restabelecimento da normalidade e na avaliação dos danos. 	
COMUNICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Telefones fixos e móveis • Verbalmente
OBSERVAÇÕES	

SOCORRISTAS	
RESPONSÁVEL	Delegado de Segurança
COMPOSIÇÃO	Colaboradores com formação em socorrismo
DEVERES ESPECÍFICOS	<p>Para além dos deveres e responsabilidades aplicáveis a todo o pessoal, constituem ainda deveres dos Socorristas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estar sempre disponível para as ações de modo a garantir um elevado nível de preparação em emergências; • Propor melhorias nos meios disponíveis e estratégias de evacuação do edifício.
LOCAL DE REUNIÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria/Acolhimento • A DESIGNAR
FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES	
<p><u>Tem as seguintes responsabilidades:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Intervir quando solicitados pelo Delegado de Segurança ou pelos elementos da Equipa de Emergência; • Avaliar a situação e iniciar os primeiros socorros aos sinistrados; • Apoiar as ações de resgate de eventuais vítimas soterradas/aprisionadas prestando-lhe os primeiros socorros adequados à situação e monitorizando os sinais vitais; • Efetuar a triagem de eventuais vítimas de acordo com as indicações e prioridades definidas; • Reportar aos socorros externos a situação dos sinistrados; • Permanecer em contacto com Delegado de Segurança informando-o das ações e seguindo as suas instruções. <p><u>Após a emergência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no restabelecimento da normalidade e na avaliação dos danos. 	
COMUNICAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Telefones fixos e móveis • Verbalmente
OBSERVAÇÕES	Conhecer a localização das caixas de primeiros socorros

VIGILÂNCIA		
RESPONSÁVEL	Vigilante da Portaria/Acolhimento	SUBSTITUTO:
		Não tem (prestador de serviço externo)
DEVERES ESPECÍFICOS	Para além dos deveres e responsabilidades aplicáveis a todo o pessoal, constituem ainda deveres da Vigilância: <ul style="list-style-type: none">Mediante instruções do Delegado de Segurança, ou fora do horário normal de funcionamento do edifício, entrar em contacto com o 112, número nacional de emergência, solicitando apoio;Encaminhar para o Diretor do Plano todos os pedidos de esclarecimento que possam ser solicitados pelos meios de comunicação social ou pelo público em geral.	
LOCAIS DE REUNIÃO/FUNIONAMENTO	Portaria/Acolhimento	
FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES		
Tem as seguintes responsabilidades:		
<ul style="list-style-type: none">Contactar imediatamente o Delegado de Segurança, através da rede de telefones e de acordo com a lista de chamada em emergência;Em emergência, impedir o acesso a pessoas e viaturas às áreas de estacionamento, exceto meios de socorro e pessoas autorizadas;Assegurar todas as comunicações solicitadas pelo Delegado de Segurança;Encaminhar para os locais adequados os apoios externos solicitados pelo DP;Assegurar a saída franca de pessoas e viaturas, após o sinal de evacuação;Manter o Delegado de Segurança informado do desenvolvimento da intervenção.		
COMUNICAÇÕES	Rede telefónica	
OBSERVAÇÕES		

F4 – Procedimentos de Atuação para a Evacuação

Procedimentos de atuação destinados a todos os ocupantes em geral em caso de evacuação do edifício e aos Socorristas em particular em caso de ser necessário proceder à busca e salvamento de pessoas desaparecidas e para tratamento a vítimas de acidentes graves e providenciar a prestação de primeiros socorros:

- Procedimento geral de evacuação
- Procedimento de busca e salvamento
- Procedimento para socorro a vítimas

PROCEDIMENTO GERAL DE EVACUAÇÃO	
RESPONSÁVEIS	Delegado de Segurança
COMPOSIÇÃO	Colaboradores designados para a evacuação do edifício
ALARME	<ul style="list-style-type: none"> • Atuar de acordo com as orientações do Delegado de Segurança • Seguir os procedimentos de atuação em emergência <p>NOTA: sempre que detete uma situação ou sinistro, que possa representar risco para os ocupantes do edifício, os elementos da equipa têm autonomia para dar ordem imediata de evacuação da área.</p> <p>De seguida contactam de imediato Delegado de Segurança e aguardam instruções.</p>
ATUAÇÃO GERAL EM CASO DE EVACUAÇÃO	<p><u>Se receber ordem para evacuar a área da sua responsabilidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Interrompa o seu trabalho e inicie os preparativos para a evacuação da sua área; • Desobstrua os caminhos de evacuação e abra as portas; • Mantenha-se nas proximidades, contactável e atento à receção de mais informação; • Inicie a evacuação da área, informando todos os ocupantes da sua área que se vai iniciar a evacuação; • Conduza os ocupantes no sentido das saídas de emergência, de acordo com as plantas de emergência; • Ajude as pessoas fisicamente mais desfavorecidas a deslocarem-se; • Tranquelize as pessoas durante a evacuação, atuando se necessário, com firmeza, para o conseguir; • Não permitir a ninguém o regresso aos locais evacuados, para recolher algum pertence; • Verifique se todas as pessoas abandonaram a área; • Informe o Delegado de Segurança quando a sua área estiver evacuada e os colaboradores no Ponto de Encontro; • Uma vez terminada a evacuação da zona, um dos elementos da equipa efetua uma ronda final e verifica todos os compartimentos (instalações sanitárias, etc.); • À medida que efetua a verificação dos compartimentos, fecha as portas atrás de si; • <u>Caso a evacuação seja devida a ameaça de bomba e/ou objeto suspeito, deixar as portas abertas.</u>
ATUAÇÃO EM CASO DE FERIDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Se detetar alguém impossibilitado de se mover ou bloqueado pela origem do sinistro, comunique de imediato a situação ao Delegado de Segurança e ao Socorrista solicitando o apoio necessário.
RECOMENDAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a calma; • Não grite nem corra; • Tranquelize as pessoas, durante a evacuação, fundamentalmente com a sua postura, que deve ser calma, mas determinada; • Evite que as pessoas comecem a correr, se necessário com firmeza, mas cordialmente; • Desempenhe as funções de acordo com a estrutura definida; • Obedeça às instruções dadas pelos Delegado de Segurança; • Preste as informações solicitadas e aguarde instruções.

PROCEDIMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO	
RESPONSÁVEIS	Delegado de Segurança
COMPOSIÇÃO	Elementos da Equipa de Emergência/Socorristas
ATUAÇÃO	<p>De uma forma geral, os elementos da Equipa de Emergência atuarão da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dirigem-se para a área do sinistro ou possível zona onde se encontrem pessoas bloqueadas ou desaparecidas, de acordo com as instruções do Delegado de Segurança e efetuam uma ronda de controlo. • Se detetarem feridos ou pessoas soterradas: <ul style="list-style-type: none"> o Informam de imediato o Delegado de Segurança indicando a sua localização e gravidade o Mantem-se junto dos sinistrados o Se possível e sem perigo, tentar a sua libertação, retirando os escombros um a um, começando pelo de cima. Não se precipite, não agrave a situação dos feridos ou a sua • Se existirem pessoas num espaço confinado: <ul style="list-style-type: none"> o Fazem-se acompanhar de um socorrista até ao espaço confinado o Desenvolvem as ações de recolha da vítima para um local seguro e arejado o Aplicam os procedimentos de socorro a vítimas • Informam o Delegado de Segurança da situação e ações tomadas e aguarda instruções.

PROCEDIMENTO PARA SOCORRO A VÍTIMAS	
RESPONSÁVEIS	Delegado de Segurança
COMPOSIÇÃO	Elementos da Equipa de Emergência/Socorristas
ATUAÇÃO	<p>De uma forma geral, se um elemento da Equipa de Emergência encontrar feridos ou for convocado para um local onde haja vítimas deve atuar da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dirigir-se ao local do sinistro; • Afastar as pessoas que não sejam envolvidas nos socorros e tentar acalmar a vítima; • Proceder a um inquérito muito sumário do acidente. Proceder a um exame sumário da(s) vítima(s) para detetar as prováveis alterações das funções vitais; • Se a(s) vítima(s) apresenta(m) sinais de inconsciência ou desequilíbrio do estado geral: <ul style="list-style-type: none"> o Deitar a(s) vítima(s) suavemente no chão; o Desobstruir as vias aéreas e verifique se há respiração; o Verificar se há pulsação: <ol style="list-style-type: none"> i. Se a(s) vítima(s) apresenta(m) sinais de respiração e pulsação, voltá-la(s) suavemente para a Posição Lateral de Segurança (PLS) ii. Se a(s) vítima(s) não apresenta(m) sinais de respiração, nem de pulsação, proceder à reanimação cardiopulmonar iii. Se a(s) vítima(s) apresenta(m) sinais de pulsação, mas não de respiração, proceder à execução de respiração boca / boca • Informar o Delegado de Segurança das ações de socorro efetuadas e/ou da necessidade de intervenção dos meios de socorro externos; <ul style="list-style-type: none"> o O Socorrista deve manter-se junto do(s) sinistrado(s), ou pedir a alguém que o faça, até à chegada dos meios de socorros externos • Se a(s) vítima(s) apresenta(m) sinais de traumatismo, não mexer ou tocar, aguardar pela chegada das equipas de socorro externo; • Se a(s) vítima(s) apresenta(m) sinais de consciência, proceder de acordo com os sintomas; • Aguardar por instruções; • Se for dada ordem de evacuação: <ul style="list-style-type: none"> o Verificar se o estado da vítima torna possível a sua deslocação o Se for possível, designar outros elementos para auxiliar o transporte até ao ponto de encontro • No ponto de encontro informar de imediato o Delegado de Segurança das ações de socorro efetuadas e/ou da necessidade de intervenção dos meios de socorro externos.

APÊNDICE G

APÊNDICE G – LISTA DE CONTACTOS EM EMERGÊNCIA

LISTA DE CONTACTOS EM EMERGÊNCIA			
FUNÇÃO	TITULAR	TELEFONE FIXO	TELEFONE MÓVEL
PORTARIA/ACOLHIMENTO			
RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA			
DIRETOR DO PLANO			
DELEGADO DE SEGURANÇA			
MANUTENÇÃO			

Equipa de Primeira Intervenção

Emergência - Primeira Intervenção	Piso	Telefone

Coordenadores Evacuação

Emergência - Coordenadores Evacuação	Piso	Telefone

Socorristas

Curso Europeu de Primeiros Socorros	Piso	Telefone

NÚMERO NACIONAL DE SOCORRO - 112

Contactos telefónicos das entidades oficiais

ENTIDADE	TELEFONE
CDOS - Setúbal	
Serviço Municipal de Proteção Civil (Setúbal)	
Regimento de Sapadores Bombeiros	
ACT - Centro Local de Setúbal	

Contactos telefónicos dos hospitais e emergência médica

ENTIDADE	TELEFONE
Hospital de São Bernardo	265549000
Centro de Informação antivenenos (CIAV)	808 250 250

APÊNDICE H

APÊNDICE H – EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIOS

LOCAL	TIPO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Piso 1	Carretéis de 25 mm		
	Extintores de CO ₂ 5 kg		
	Extintores de Pó ABC 6 kg		
	Extintor de Água de 6 l		
Piso 0	Carretéis de 25 mm		
	Extintores de CO ₂ 5 kg		
	Extintores de Pó ABC 6 kg		
	Extintor de Água de 6 l		
Cave	Carretéis de 25 mm		
	Extintores de CO ₂ 5 kg		
	Extintores de Pó ABC 6 kg		
	Extintor de Água de 6 l		

APÊNDICE I

APÊNDICE I - PLANTAS DE SEGURANÇA

Incluem-se neste anexo:

- Planta de localização do edifício;
- Plantas de segurança do edifício (áreas consideradas nas Medidas de Autoproteção) considerando:
- Classificação de risco e efetivo previsto para cada local, de acordo com o disposto no regulamento;
- Localização de todos os dispositivos e equipamentos ligados à segurança contra incêndio;
- Vias horizontais e verticais de evacuação, incluindo os eventuais percursos em comunicações comuns;
- Localização dos cortes de energia e fluidos;
- Vias de acesso aos socorros externos.

APÊNDICE J

APÊNDICE J- CARTAS DE RISCO

Equipamentos de Proteção Individual

Equipamentos de Proteção Individual Obrigatórios



Equipamentos de Proteção Individual Eventuais



Proteção obrigatória das vias respiratórias



Proteção obrigatória do corpo



Proteção individual obrigatória contra quedas



Proteção obrigatória do rosto



Proteção obrigatória dos ouvidos



Proteção obrigatórias das mãos

CONDIÇÕES DE TRABALHO

<input type="checkbox"/>	Trabalho em pé	<input type="checkbox"/>	Temperaturas elevadas
<input type="checkbox"/>	Trabalho sentado	<input type="checkbox"/>	Temperaturas baixas
<input type="checkbox"/>	Trabalho em altura	<input type="checkbox"/>	Ambiente Ruidoso
<input type="checkbox"/>	Trabalho no exterior	<input type="checkbox"/>	Ambiente com poeiras
<input type="checkbox"/>	Trabalho em gabinete	<input type="checkbox"/>	Ambiente com gases
<input type="checkbox"/>	Trabalho em Espaço Confinado	<input type="checkbox"/>	

EXPOSIÇÃO A AGENTES FISICOS E QUIMICOS

<input type="checkbox"/>	Corrosivos	<input type="checkbox"/>	Ruído
<input type="checkbox"/>	Solventes	<input type="checkbox"/>	Vibrações
<input type="checkbox"/>	Óleos	<input type="checkbox"/>	Radiações Ionizantes
<input type="checkbox"/>	Inflamáveis	<input type="checkbox"/>	Radiações não Ionizantes
<input type="checkbox"/>	Tóxicos	<input type="checkbox"/>	Poeiras de Papel
<input type="checkbox"/>	Explosivos	<input type="checkbox"/>	Poeiras de Madeira

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO, comunique de imediato a ocorrência falando de forma calma e clara, indicando o seu nome, o local onde se encontra (o mais preciso possível), o tipo de acidente (se o tiver presenciado) e o número de vítimas.

EM CASO DE INCÊNDIO DEPOIS DE DAR O ALERTA, atue imediatamente utilizando o agente extintor mais indicado, se tiver conhecimentos para tal e sem nunca pôr em risco a sua própria segurança ou de terceiros.

SE DETETAR ALGUM DERRAME OU FUGA, alerte imediatamente o operador ou o responsável de área. Afaste-se do local e intervenha apenas se solicitado, cumprindo as indicações das Fichas de Segurança Resumo afixadas nos tanques dos químicos em causa.

LIGUE		
Emergência	23333	112
Posto Médico	23122/23272	265709122
Bombelro	32000/23262	932762000/265709262
Portaria Pasta	23127/23274/23174	265709127
Portaria ATF 2	21270/21172	
Portaria Fábr. Papel 1	22546	265700546
Supervisor R&E	36610	932766010
Supervisor Pasta	36391	931123951
Supervisor Madeiras	23153	265709153
Supervisor MP 4 – Fábr. Papel 2	36612	932766012
Supervisor Transf. – Fábr. Papel 2	36152	932763546
Supervisor MP 1 + MP 3 – Fábr. Papel 1	36635	939781635
Supervisor Transf. – Fábr. Papel 1	36202	932762152

EM CASO DE EVACUAÇÃO

Desloque-se para o **PONTO DE ENCONTRO** mais próximo e mais seguro, **SEGUINDO OS CAMINHOS DE EVACUAÇÃO** definidos na Planta de Emergência.

MANTENHA-SE CALMO, desloque-se ordeiramente e **NÃO CORRA**.

Se estiver a circular no complexo fabril, **ESTACIONE NUM LOCAL SEGURO**, deixe a chave no veículo e **DESLOQUE-SE A PÉ**.

Observe a **DIREÇÃO DO VENTO**.

CARTA DE RISCO DE FUNÇÃO

Técnicos de Controlo e Potência



A Manutenção é uma atividade que exige muita atenção.

Actividades de risco mais frequentes :
- Diagnosticar avarias ou anomalias no funcionamento das máquinas e equipamentos no local
- Ensaiar/testar o funcionamento da máquina ou equipamento após intervenção
- Executar intervenções no âmbito das ações de manutenção sistemática (AMS), segundo o plano estabelecido para as instalações.
- Avaliar sensorialmente, ou por equipamentos de medição e monitorização, o estado e condição das máquinas, equipamentos e da instalação em geral e detectar necessidades de intervenção imediata
- Efetuar o diagnóstico da anomalia/avaria, ou identificar as várias hipóteses, e seleccionar a metodologia a seguir, recorrendo a a <i>softwares</i> dedicados, se aplicável.
- Acompanhar e/ou montar/instalar máquinas e equipamentos, no seguimento das instruções técnicas
- Consignar / Desconsignar a máquina ou equipamento para a intervenção.
- Acompanhar e/ou montar/instalar máquinas e equipamentos, no seguimento das instruções técnicas
-Trabalhos em bancada (na Oficina)

ÁREA DE TRABALHO: _____ DATA: __/__/_____

A segurança é uma preocupação constante da nossa empresa!

PERIGOS / RISCOS														
	Choques Eléctricos	Riscos Ergonómicos	Incêndio/Explosão	Quedas em Altura	Queda ao mesmo nível	Queda de Objetos	Choques/Impactos	Fungos/Bactérias	Radiações Ionizantes	Salpicos/Projeções	Poeiras/Partículas	Fumos/Gases/Vapores	Ruído/Vibrações	Temperatura (Calor /Frio)
Potenciais Danos														
		X											X	Fadiga
													X	Surdez
			X					X		X				Intoxicação
	X		X											Queimadura
				X	X	X	X							Hematomas
				X	X	X	X							Cortes
				X	X	X	X							Fraturas
	X						X	X		X	X	X		Lesões Olhos
	X		X	X		X		X	X		X	X		Morte
Zonas do corpo vulneráveis														
							X	X	X	X				Crânio
														Ouvidos
		X	X	X		X					X			Olhos
X				X					X	X	X			Rosto
		X		X		X					X			Vias Respiratórias
X			X				X	X	X	X		X		Mão
							X	X	X	X		X		Braço
							X	X	X	X		X		Tronco
							X	X	X	X		X		Perna
							X	X	X	X		X		Pé
X		X		X		X					X			Pele
X	X		X	X	X				X	X	X	X	X	Corpo Inteiro

Equipamentos de Proteção Individual

Equipamentos de Proteção Individual Obrigatórios



Equipamentos de Proteção Individual Eventuais



Proteção obrigatória das vias respiratórias



Proteção obrigatória do corpo



Proteção individual obrigatória contra quedas



Proteção obrigatória do rosto



Proteção obrigatória dos ouvidos





Proteção obrigatórias das mãos

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO, comunique de imediato a ocorrência falando de forma calma e clara, indicando o seu nome, o local onde se encontra (o mais preciso possível), o tipo de acidente (se o tiver presenciado) e o número de vítimas.

EM CASO DE INCÊNDIO DEPOIS DE DAR O ALERTA, atue imediatamente utilizando o agente extintor mais indicado, se tiver conhecimentos para tal e sem nunca pôr em risco a sua própria segurança ou de terceiros.

SE DETETAR ALGUM DERRAME OU FUGA, alerte imediatamente o operador ou o responsável de área. Afaste-se do local e intervenha apenas se solicitado, cumprindo as indicações das Fichas de Segurança Resumo afixadas nos tanques dos químicos em causa.

		
LIGUE		
Emergência	23333	112
Posto Médico	23122/23272	265709122
Bombelro	32000/23262	932762000/265709262
Portaria Pasta	23127/23274/23174	265709127
Portaria ATF 2	21270/21172	
Portaria Fábr. Papel 1	22546	265700546
Supervisor R&E	36610	932766010
Supervisor Pasta	36391	931123951
Supervisor Madeiras	23153	265709153
Supervisor MP 4 – Fábr. Papel 2	36612	932766012
Supervisor Transf. – Fábr. Papel 2	36152	932763546
Supervisor MP 1 + MP 3 – Fábr. Papel 1	36635	939781635
Supervisor Transf. – Fábr. Papel 1	36202	932762152

EM CASO DE EVACUAÇÃO

Desloque-se para o **PONTO DE ENCONTRO** mais próximo e mais seguro, **SEGUINDO OS CAMINHOS DE EVACUAÇÃO** definidos na Planta de Emergência.

MANTENHA-SE CALMO, desloque-se ordeiramente e **NÃO CORRA**.

Se estiver a circular no complexo fabril, **ESTACIONE NUM LOCAL SEGURO**, deixe a chave no veículo e **DESLOQUE-SE A PÉ**.

Observe a **DIREÇÃO DO VENTO**.

CARTA DE RISCO DE FUNÇÃO

Mecânico



CONDIÇÕES DE TRABALHO

<input type="checkbox"/> Trabalho em pé	<input type="checkbox"/> Temperaturas elevadas
<input type="checkbox"/> Trabalho sentado	<input type="checkbox"/> Temperaturas baixas
<input type="checkbox"/> Trabalho em altura	<input type="checkbox"/> Ambiente Ruidoso
<input type="checkbox"/> Trabalho no exterior	<input type="checkbox"/> Ambiente com poeiras
<input type="checkbox"/> Trabalho em gabinete	<input type="checkbox"/> Ambiente com gases
<input type="checkbox"/> Trabalho em Espaço Confinado	<input type="checkbox"/>

EXPOSIÇÃO A AGENTES FISICOS E QUIMICOS

<input type="checkbox"/> Corrosivos	<input type="checkbox"/> Ruído
<input type="checkbox"/> Solventes	<input type="checkbox"/> Vibrações
<input type="checkbox"/> Óleos	<input type="checkbox"/> Radiações Ionizantes
<input type="checkbox"/> Inflamáveis	<input type="checkbox"/> Radiações não Ionizantes
<input type="checkbox"/> Tóxicos	<input type="checkbox"/> Poeiras de Papel
<input type="checkbox"/> Explosivos	<input type="checkbox"/> Poeiras de Madeira



A Manutenção é uma atividade que exige muita atenção.

Actividades de risco mais frequentes :
- Reparação de bombas e motores (eventualmente contamina- das com produtos químicos);
- Mudança de válvulas (eventualmente contaminadas com produtos químicos)
- Construção e/ou montagem de estruturas metálicas de su- porte ou proteção ou componentes, seguindo as instruções técnicas
- Lubrificação de componentes mecânicos, se necessário (em qualquer condição atmosférica)
-Raquetização de tubagens na área (em qualquer condição atmosférica)
- Ensaiai/testar o funcionamento da máquina ou equipamento após intervenção
- Avaliar sensorialmente, ou por equipamentos de medição e monitorização, o estado e condição das máquinas, equipa- mentos e da instalação em geral e detectar necessidades de intervenção imediata
- Acompanhar e/ou montar/instalar máquinas e equipamentos, no seguimento das instruções técnicas
-Trabalhos em bancada (na Oficina)

ÁREA DE TRABALHO: _____ DATA: _/___/_____

A segurança é uma preocupação constante da nossa empresa!

PERIGOS / RISCOS														

Equipamentos de Proteção Individual

Equipamentos de Proteção Individual Obrigatórios



Equipamentos de Proteção Individual Eventuais



Protecção obrigatória das vias respiratórias



Protecção obrigatória do corpo



Protecção individual obrigatória contra quedas



Protecção obrigatória do rosto



Protecção obrigatória dos ouvidos



Protecção obrigatórias das mãos

CONDIÇÕES DE TRABALHO

<input type="checkbox"/>	Trabalho em pé	<input type="checkbox"/>	Temperaturas elevadas
<input type="checkbox"/>	Trabalho sentado	<input type="checkbox"/>	Temperaturas baixas
<input type="checkbox"/>	Trabalho em altura	<input type="checkbox"/>	Ambiente Ruidoso
<input type="checkbox"/>	Trabalho no exterior	<input type="checkbox"/>	Ambiente com poeiras
<input type="checkbox"/>	Trabalho em gabinete	<input type="checkbox"/>	Ambiente com gases
<input type="checkbox"/>	Trabalho em Espaço Confinado	<input type="checkbox"/>	_____

EXPOSIÇÃO A AGENTES FISICOS E QUIMICOS

<input type="checkbox"/>	Corrosivos	<input type="checkbox"/>	Ruído
<input type="checkbox"/>	Solventes	<input type="checkbox"/>	Vibrações
<input type="checkbox"/>	Óleos	<input type="checkbox"/>	Radiações Ionizantes
<input type="checkbox"/>	Inflamáveis	<input type="checkbox"/>	Radiações não Ionizantes
<input type="checkbox"/>	Tóxicos	<input type="checkbox"/>	Poeiras de Papel
<input type="checkbox"/>	Explosivos	<input type="checkbox"/>	Poeiras de Madeira

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO, comunique de imediato a ocorrência falando de forma calma e clara, indicando o seu nome, o local onde se encontra (o mais preciso possível), o tipo de acidente (se o tiver presenciado) e o número de vítimas.

EM CASO DE INCÊNDIO DEPOIS DE DAR O ALERTA, atue imediatamente utilizando o agente extintor mais indicado, se tiver conhecimentos para tal e sem nunca pôr em risco a sua própria segurança ou de terceiros.

SE DETETAR ALGUM DERRAME OU FUGA, alerte imediatamente o operador ou o responsável de área. Afaste-se do local e intervenha apenas se solicitado, cumprindo as indicações das Fichas de Segurança Resumo afixadas nos tanques dos químicos em causa.

LIGUE		
Emergência	23333	112
Posto Médico	23122/23272	265709122
Bombelro	32000/23262	932762000/265709262
Portaria Pasta	23127/23274/23174	265709127
Portaria ATF 2	21270/21172	
Portaria Fábr. Papel 1	22546	265700546
Supervisor R&E	36610	932766010
Supervisor Pasta	36391	931123951
Supervisor Madeiras	23153	265709153
Supervisor MP 4 - Fábr. Papel 2	36612	932766012
Supervisor Transf. - Fábr. Papel 2	36152	932763546
Supervisor MP 1 + MP 3 - Fábr. Papel 1	36635	939781635
Supervisor Transf. - Fábr. Papel 1	36202	932762152

EM CASO DE EVACUAÇÃO

Desloque-se para o **PONTO DE ENCONTRO** mais próximo e mais seguro, **SEGUINDO OS CAMINHOS DE EVACUAÇÃO** definidos na Planta de Emergência.

MANTENHA-SE CALMO, desloque-se ordeiramente e **NÃO CORRA**.

Se estiver a circular no complexo fabril, **ESTACIONE NUM LOCAL SEGURO**, deixe a chave no veículo e **DESLOQUE-SE A PÉ**.

Observe a **DIREÇÃO DO VENTO**.

CARTA DE RISCO DE FUNÇÃO

Operador Fábrica Papel



A Produção de Papel é uma atividade que exige muita atenção.

Actividades de risco mais frequentes :

- Proceder a limpezas em zonas específicas da PM (e.g. utilizando ar comprimido) e à substituição de outros materiais de desgaste que não exijam a intervenção da manutenção.
- Acompanhar e apoiar as intervenções de manutenção preventiva e conservação dos equipamentos/instalações
- Inspeccionar, sensorialmente, os equipamentos e registar o estado dos mesmos
- Substituir vestimenta da PM, sempre que necessário, observando os procedimentos
- Recolher amostras de papel
- Executar ensaios laboratoriais locais para medir parâmetros específicos do papel
- Controlar o processo de revestimento, monitorizando os aditivos químicos
- Apoiar, sempre que solicitado e necessário, os colegas dos outros postos de trabalho em intervenções diretas na PM.
- Retomar a produção, após quebra, articulando as operações com os colegas

ÁREA DE TRABALHO: _____ DATA: __/__/____

A segurança é uma preocupação constante da nossa empresa!

PERIGOS / RISCOS

	Choques Elétricos	Riscos Ergonômicos	Incêndio/Explosão	Quedas em Altura	Queda ao mesmo nível	Queda de Objetos	Choques/Impactos	Fungos/Bactérias	Radiações Ionizantes	Salpicos/Projeções	Poeiras/Partículas	Fumos/Gases/Vapores	Ruído/Vibrações	Temperatura (Calor /Frio)
Potenciais Danos														
X		X											X	Fadiga
													X	Surdez
			X					X		X		X		Intoxicação
X	X		X											Queimadura
							X	X	X	X				Hematomas
							X	X	X	X				Cortes
							X	X	X	X				Fraturas
			X	X	X		X	X				X		Lesões Olhos
	X		X	X		X	X	X	X	X		X		Morte
Zonas do corpo vulneráveis														
							X	X	X	X				Crânio
														Ouvidos
	X		X	X	X									Olhos
X				X					X	X	X			Rosto
			X		X		X					X		Vias Respiratórias
X				X					X	X	X	X		Mão
								X	X	X	X		X	Braço
								X	X	X	X		X	Tronco
								X	X	X	X		X	Perna
								X	X	X	X		X	Pé
X		X		X		X					X			Pele
X	X		X	X	X				X	X	X	X	X	Corpo Inteiro

! Equipamentos de Proteção Individual

Equipamentos de Proteção Individual Obrigatórios



Equipamentos de Proteção Individual Eventuais



Proteção obrigatória das vias respiratórias



Proteção obrigatória do corpo



Proteção individual obrigatória contra quedas



Proteção obrigatória do rosto



Proteção obrigatória dos ouvidos





Proteção obrigatórias das mãos

! SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

EM CASO DE ACIDENTE DE TRABALHO, comunique de imediato a ocorrência falando de forma calma e clara, indicando o seu nome, o local onde se encontra (o mais preciso possível), o tipo de acidente (se o tiver presenciado) e o número de vítimas.

EM CASO DE INCÊNDIO DEPOIS DE DAR O ALERTA, atue imediatamente utilizando o agente extintor mais indicado, se tiver conhecimentos para tal e sem nunca pôr em risco a sua própria segurança ou de terceiros.

SE DETETAR ALGUM DERRAME OU FUGA, alerte imediatamente o operador ou o responsável de área. Afaste-se do local e intervenha apenas se solicitado, cumprindo as indicações das Fichas de Segurança Resumo afixadas nos tanques dos químicos em causa.

		
LIGUE		
Emergência	23333	112
Posto Médico	23122/23272	265709122
Bombelro	32000/23262	932762000/265709262
Portaria Pasta	23127/23274/23174	265709127
Portaria ATF 2	21270/21172	
Portaria Fábr. Papel 1	22546	265700546
Supervisor R&E	36610	932766010
Supervisor Pasta	36391	931123951
Supervisor Madeiras	23153	265709153
Supervisor MP 4 – Fábr. Papel 2	36612	932766012
Supervisor Transf. – Fábr. Papel 2	36152	932763546
Supervisor MP 1 + MP 3 – Fábr. Papel 1	36635	939781635
Supervisor Transf. – Fábr. Papel 1	36202	932762152

! EM CASO DE EVACUAÇÃO

Desloque-se para o **PONTO DE ENCONTRO** mais próximo e mais seguro, **SEGUINDO OS CAMINHOS DE EVACUAÇÃO** definidos na Planta de Emergência.

MANTENHA-SE CALMO, desloque-se ordeiramente e **NÃO CORRA**.

Se estiver a circular no complexo fabril, **ESTACIONE NUM LOCAL SEGURO**, deixe a chave no veículo e **DESLOQUE-SE A PÉ**.

Observe a **DIREÇÃO DO VENTO**.

CARTA DE RISCO DE FUNÇÃO

Operador Fábrica Pasta



! CONDIÇÕES DE TRABALHO

<input type="checkbox"/>	Trabalho em pé	<input type="checkbox"/>	Temperaturas elevadas
<input type="checkbox"/>	Trabalho sentado	<input type="checkbox"/>	Temperaturas baixas
<input type="checkbox"/>	Trabalho em altura	<input type="checkbox"/>	Ambiente Ruidoso
<input type="checkbox"/>	Trabalho no exterior	<input type="checkbox"/>	Ambiente com poeiras
<input type="checkbox"/>	Trabalho em gabinete	<input type="checkbox"/>	Ambiente com gases
<input type="checkbox"/>	Trabalho em Espaço Confinado	<input type="checkbox"/>	

! EXPOSIÇÃO A AGENTES FISICOS E QUIMICOS

<input type="checkbox"/>	Corrosivos	<input type="checkbox"/>	Ruído
<input type="checkbox"/>	Solventes	<input type="checkbox"/>	Vibrações
<input type="checkbox"/>	Óleos	<input type="checkbox"/>	Radiações Ionizantes
<input type="checkbox"/>	Inflamáveis	<input type="checkbox"/>	Radiações não Ionizantes
<input type="checkbox"/>	Tóxicos	<input type="checkbox"/>	Poeiras de Papel
<input type="checkbox"/>	Explosivos	<input type="checkbox"/>	Poeiras de Madeira

A Manutenção é uma atividade que exige muita atenção.

Actividades de risco mais frequentes :
- Reparação de bombas e motores (eventualmente contamina- das com produtos químicos);
- Mudança de válvulas (eventualmente contaminadas com produtos químicos)
- Construção e/ou montagem de estruturas metálicas de su- porte ou proteção ou componentes, seguindo as instruções técnicas
- Lubrificação de componentes mecânicos, se necessário (em qualquer condição atmosférica)
-Raquetização de tubagens na área (em qualquer condição atmosférica)
- Ensaiai/testar o funcionamento da máquina ou equipamento após intervenção
- Avaliar sensorialmente, ou por equipamentos de medição e monitorização, o estado e condição das máquinas, equipa- mentos e da instalação em geral e detectar necessidades de intervenção imediata
- Acompanhar e/ou montar/instalar máquinas e equipamentos, no seguimento das instruções técnicas
-Trabalhos em bancada (na Oficina)

ÁREA DE TRABALHO: _____ DATA: _/___/_____

A segurança é uma preocupação constante da nossa empresa!

PERIGOS / RISCOS														
	Choques Eléctricos	Riscos Ergonómicos	Incêndio/Explosão	Quedas em Altura	Queda ao mesmo nível	Queda de Objetos	Choques/Impactos	Fungos/Bactérias	Radiações Ionizantes	Salpicos/Projeções	Poeiras/Partículas	Fumos/Gases/Vapores	Ruído/Vibrações	Temperatura (Calor /Frio)
Potenciais Danos														
		X											X	Fadiga
													X	Surdez
			X					X		X				Intoxicação
	X		X											Queimadura
				X	X	X	X							Hematomas
				X	X	X	X							Cortes
				X	X	X	X							Fraturas
	X						X	X		X	X	X		Lesões Olhos
	X		X	X		X		X	X		X	X		Morte
Zonas do corpo vulneráveis														
				X	X	X	X							Crânio
	X													Ouvidos
		X	X	X		X					X			Olhos
X				X				X	X	X				Rosto
		X		X		X				X				Vias Respiratórias
X			X				X	X	X	X		X		Mão
							X	X	X	X		X		Braço
							X	X	X	X		X		Tronco
							X	X	X	X		X		Perna
							X	X	X	X		X		Pé
X		X		X		X				X				Pele
X	X		X	X	X				X	X	X	X	X	Corpo Inteiro